

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E LINGUAGEM  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**ADRIANA NEZEIR DE ALMEIDA DUARTE**

**O CHIQUITANO DE CÁCERES-MT: CONTRIBUIÇÕES PARA A CONSTITUIÇÃO  
DA ESCOLA COMO FRONTEIRA INTERÉTNICA E INTERCULTURAL**

**CÁCERES-MT  
2014**

**ADRIANA NEZEIR DE ALMEIDA DUARTE**

**O CHIQUITANO DE CÁCERES-MT: CONTRIBUIÇÕES PARA A CONSTITUIÇÃO  
DA ESCOLA COMO FRONTEIRA INTERÉTNICA E INTERCULTURAL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação da professora Dra. Beleni Saléte Grandó.

**CÁCERES-MT**

**2014**

© by Adriana Nezeir de Almeida Duarte, 2014.

Duarte, Adriana Nezeir de Almeida.

O Chiquitano de Cáceres-MT: contribuições para a constituição da escola como fronteira interétnica e intercultural./Adriana Nezeir de Almeida Duarte. Cáceres/MT: UNEMAT, 2014.

167 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Mato Grosso. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2014.

Orientadora: Beleni Saléte Grandó

1. Chiquitano – Cáceres/MT. 2. Educação - interétnica 3. Interculturalidade. I. Título.

CDU: 376.74(817.2)

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Regional de Cáceres

**ADRIANA NEZEIR DE ALMEIDA DUARTE**

**O CHIQUITANO DE CÁCERES-MT: CONTRIBUIÇÕES PARA A CONSTITUIÇÃO  
DA ESCOLA COMO FRONTEIRA INTERÉTNICA E INTERCULTURAL**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Dr.(a). Beleni Saléte Grando (Orientador – PPGedu/UNEMAT)

---

Dr. Aloir Pacini (Membro – PPGedu/UFMT)

---

Dr. Alceu Zoia (Membro – PPGedu/UNEMAT)

**APROVADA EM: 05/02/2014**

*Pelo passado, pelo presente e pelo futuro, espero transformar em palavras os sentimentos de meu coração. Assim, dedico esta dissertação:*

*A minha mãe Maria (in memória), que como tantas “Marias”, teve o corpo marcado pelas vicissitudes da vida, mas que a tudo e a todos superou, tendo amor suficiente para me acolher e me orientar;*

*A meu pai Enock (in memória), que em sua simplicidade me ensinou o valor dos compromissos assumidos e parafraseando Nelson Gonçalves “naquela mesa ele sentava sempre... e nos seus olhos tinha tanto brilho, que mais que seu filho eu fiquei seu fã”;*

*A vocês meus pais, que me guiaram fisicamente em parte do percurso, que me iluminaram através dos sonhos e na sensação de presença. Vocês foram e são minha inspiração de dias melhores e de que as causas abraçadas valem a nossa vida;*

*A minha pequena Julia Maria, que aos sete anos compreendeu e respeitou meu silêncio, fazendo-me rir de suas brincadeiras infantis, abrindo os bracinhos em minha direção, dando-me o sorriso que iluminava o dia;*

*A minha primogênita, Kaliny, por ser uma grande companheira, assumindo minhas funções quando de minhas ausências e distanciamento, ao administrar tudo e todos. Pelo seu companheirismo, pelo seu amor, pela sua existência;*

*Ao Janio pela sua compreensão, cuidados com nossas meninas, por possibilitar que eu chegasse até aqui. Pelas noites a minha espera, pelo café no alvorecer. Pelo seu silêncio quando necessário, enfim por ser um companheiro especial;*

*A Maria José Aguetoni, amiga/irmã, pela compreensão de minha ausência e pelo empenho possibilitando que eu tivesse pernas para caminhar, dando-me colo sempre que necessário;*

*Ao Leandro dos Santos, amigo/irmão, por sempre ter confiado e emprestado seu ombro, dando-me a segurança que esse percurso não era somente meu;*

*A Karlene Nathan (in memória) e Kellen Nathan (in memória), sobrinhas amadas que no plano espiritual sempre me inspiraram;*

*Aos meus irmãos Enoquinho, Elson, Carlinhos, Miguel, Francisco e Marcos Vinícius, minhas raízes;*

*A todos os amigos Chiquitano, pela oportunidade de aprendizagem e confiança.*

*Agradeço:*

*A Deus, ao meu anjo da guarda e aos espíritos de luz que me acompanharam durante todo o percurso, me inspirando nos pensamentos e na escrita;*

*A minha orientadora Beleni Saléte Grando, que confiou e acreditou em meu potencial, oportunizando a experiência que ora vivencio. Obrigado pelo carinho e orientação que me guiaram durante todo o processo e que certamente me acompanharão por toda a vida;*

*A companheira de conversações, Adriane Cristine Silva, pela amizade, confiança e credibilidade, obrigado por ser luz em momentos de completa escuridão;*

*Ao Aloir Pacini, pelas palavras carinhosas e pela luta que abraçamos. Pelo diálogo que estabelecemos na construção do texto. Por ser uma luz, uma inspiração e a certeza de que eu trilhava o caminho certo;*

*Ao Alceu Zóia, pelos esclarecimentos e atenção, se colocando a disposição sempre que necessário;*

*Aos professores Irton, Maria Izete, Cecília, Elizeth, Heloísa, Ilma pelos diálogos e contribuição nesse percurso;*

*A Professora Elenir Antunes de Mendonça “mamãe”, que ao oportunizar a primeira experiência de educadora, imprimiu em mim as marcas que tem me acompanhado no percurso profissional;*

*A Áurea Santana, pela disponibilidade e empenho em me auxiliar na compreensão das causas que envolvem a etnia Chiquitano;*

*Aos companheiros de curso Dilson, Selma, Cristiana, Andréia, Waigma, Maelisson, Graciele, Ednéia e Maristela, pelo carinho, incentivo, contribuição e muita amizade. Quando formos somente lembranças, não esqueçam minha admiração por vocês;*

*A vocês, Soilo, Saturnina, Milton, Pedro Célio, dona Elena, dona Elizabete e seu Fernandes, dona Clemência e seu Nicolau, representando a comunidade Chiquitano Vila Nova Barbecho, ou seja, a todos e todas, pela inspiração e respeito ao coletivo, por me iniciar nas causas indígenas;*

*A Roseane, Siria, Izabel, seu Lorenzo, dona Tereza, Cirilo, José Arruda, Benedito, Celiane, Sebastião, Roberto representando a Terra Indígena Portal do Encantado, por oportunizarem a continuidade de meu aprendizado nas questões indígenas;*

*Ao pequeno Saulo Gabriel, que ao chegar nesses momentos que antecedem o final desse texto, representa a continuidade do Ser Chiquitano presente em cada criança que trás no corpo e na alma as marcas da identidade Chiquitano;*

*À Letícia Maria Queiróz, pelo cuidado, carinho e incentivo;*

*À Anastácia, por seu carinho, mesmo quando distante, por seu ombro e suas palavras de incentivo, por me acolher e proporcionar momentos de descontração, quando eu me sentia em meio ao caos;*

*À Tia Normi, por saber que tinha sempre um par de braços abertos em minha direção, dando-me a referência de minha origem;*

*Ao Tio Dada e Sabina, pelo carinho e apoio na superação dos meus próprios limites.*

*Ao irmão Jaburu, que ao lembrar-me do bairro de origem, visualizava o sorriso franco e aberto, a me esperar na saída da escola;*

*À Ambrosina, pela preocupação e carinho;*

*Ao Régis Aparecido, pelas divergências de idéias, me acalmando nos momentos de aflição, me chamando a responsabilidade e me trazendo ao mundo do possível;*

*Ao Edson pelo carinho e empréstimos, pelas respostas sempre que solicitado, pelo sorriso aberto e cativante;*

*Ao Eurico Cabreira, pela atenção e disposição em contribuir sempre que necessário;*

*Ao José Humberto, pelas palavras iluminadas, nas rodas de conversação na mesa 14;*

*À Sonia Maria, por estender-me as mãos oferecendo carona;*

*Aos companheiros do CEFAPRO Cáceres, pela força e confiança;*

*Obrigada, a todos e todas que nessa caminhada foram estrada;*

*Agradeço ainda os que foram percalços, pois também possibilitaram meu crescimento e aprendizagem.*

## Sólo Le Pido a Dios

*Sólo le pido a Dios*

*que el dolor no me sea indiferente,  
que la reseca muerte no me encuentre  
vacío y solo sin haber hecho lo suficiente.*

*Sólo le pido a Dios*

*que lo injusto no me sea indiferente,  
que no me abofeteen la otra mejilla  
después que una garra me arañó esta suerte.*

*Sólo le pido a Dios*

*que la guerra no me sea indiferente,  
es un monstruo grande y pisa fuerte  
toda la pobre inocencia de la gente.  
es un monstruo grande y pisa fuerte  
toda la pobre inocencia de la gente.*

*Sólo le pido a Dios*

*que el engaño no me sea indiferente  
si un traidor puede más que unos cuantos,  
que esos cuantos no lo olviden fácilmente.*

*Sólo le pido a Dios*

*que el futuro no me sea indiferente,  
desahuciado está el que tiene que marchar  
a vivir una cultura diferente.*

*Sólo le pido a Dios*

*que la guerra no me sea indiferente,  
es un monstruo grande y pisa fuerte  
toda la pobre inocencia de la gente.  
es un monstruo grande y pisa fuerte  
toda la pobre inocencia de la gente.<sup>1</sup>*

---

<sup>1</sup> Composição de 1978, do argentino Raúl Alberto Antonio Gieco, conhecido como León Gieco. Regravada em 1983 por Mercedes Sosa. A composição tornou-se conhecida internacionalmente pela conotação social e política em favor dos Direitos Humanos.



## RESUMO

O presente trabalho resulta de um esforço teórico metodológico de compreender, a partir do contexto da educação escolar, as dicotomias produzidas historicamente entre os registros documentais e a realidade vivida, que marcam as relações de visibilidade e invisibilidade da presença da etnia Chiquitano no Município de Cáceres- MT. Essa etnia, localizada historicamente na região de fronteira entre Brasil e Bolívia, sentiu no corpo e na alma a chegada dos colonizadores europeus, impondo a presença do Estado em seu território tradicional, bem como os valores culturais eurocêntricos. Assim, durante séculos esses homens e mulheres têm sido vitimados pelo preconceito, tendo inclusive que esconder sua identidade cultural para garantir a sobrevivência. Os conflitos estabelecidos na atualidade remetem essa etnia à condição de estrangeiros pela sociedade envolvente, que questiona sua identidade, ou seja, são índios? E, se são índios, são indígenas brasileiros ou bolivianos? Mais do que uma pergunta, esta postura discursiva soa mais como uma afirmação que tenta negar a indianidade dos Chiquitanos. Nesse sentido, esta investigação, além de apresentar o contexto histórico de constituição da etnia, bem como os efeitos da criação da fronteira em território Chiquitano, busca evidenciar a relação antagônica estabelecida entre o Estado e a etnia em questão, marcada por movimentos de negação e reconhecimento, ao mesmo tempo em que versa sobre a presença dos Chiquitanos no espaço urbano de Cáceres a partir do contexto educacional. Para tanto, os princípios metodológicos das pesquisas históricas foram abarcados, pois se compreende que esse tipo de investigação tem como base reconstruir situações obscurecidas pela historiografia. O “ouvir” as fontes documentais é deixar que as mesmas revelem os Chiquitanos invisibilizados na constituição de Cáceres e do ser cacerense, obedecendo ao recorte temporal a partir de 1960, sem, no entanto, desconsiderar as informações obtidas em períodos anteriores. Recorreu-se às fontes documentais primárias num esforço metodológico de identificar no universo político, econômico, social e educacional do município a presença e participação dos Chiquitanos na constituição de Cáceres e consolidação do atual Estado de Mato Grosso, tendo como referência os parâmetros nominativos de identificação. Concebeu-se o espaço escolar como *locus* que possibilita a implantação de projetos educacionais direcionados às relações interétnicas e interculturais.

**Palavras- chave:** Chiquitano; Educação; Invisibilidade; Interculturalidade.

## ABSTRACT

This study results from a methodological theoretical effort to understand, from the context of school education, the dichotomies historically produced among the documentary records and the lifestyle, which show the relations of visibility and invisibility of Chiquitano ethnicity presence in the city of Cáceres - MT. This ethnic group, historically located in the region of Brazil-Bolivia border, felt their body and soul the arrival of European settlers, imposing the presence of the State in its traditional territory and Eurocentric cultural values. Thus, for centuries these men and women have been victims of prejudice and, furthermore, forced to hide their cultural identity to ensure their survival. Conflicts established nowadays remit this ethnicity to the condition of foreigners by the society, questioning their identity, that is, are they Indians? And, in case they are Indians, are they Brazilian or Bolivian indigenous? More than a question, this discursive approach sounds more like a statement that attempts to deny the Indianness of Chiquitanos. Thus, this research, apart from presenting the historical context of the constitution of ethnicity, as well as the effects of the creation of the border territory Chiquitano, intends to demonstrate the antagonistic relationship between the State and the ethnicity in question, marked by movements of denial and recognition, at the same time it relates to the presence of Chiquitanos in the urban area of Cáceres from the educational context. Therefore, the methodological principles of historical research were addressed, because it is believed that such research is based on reconstructing situations obscured by historiography. The "hearing" the documentary sources means to permit that they reveal the unseen Chiquitanos in the constitution of Cáceres and of being Cacerense, observing the time frame from 1960, without, however, ignoring the information obtained in prior periods. It was used primary documentary sources in a methodological effort to identify the political, economic, social and educational world of the municipality, the presence and participation of Chiquitanos in the constitution of Cáceres and consolidation of the current state of Mato Grosso, having as reference the identification nominative parameters. The school was conceived as the locus that enables the implementation of educational projects aiming the interethnic and intercultural relations.

**Keywords:** Chiquitano; Education; Invisibility; Interculturalism

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**APMC** - Arquivo Público Municipal de Cáceres

**CAPES** - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

**CCSV** - Companhia de Comando e Serviço

**CEFAPRO** - Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação

**CIMI** - Conselho Indigenista Missionário

**E. E. I.** - Escola Estadual Indígena

**FUNAI** - Fundação Nacional do Índio

**FUNASA** - Fundação Nacional de Saúde

**GEFRON** - Grupo Especial de Fronteira

**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**INCRA** - Instituto Nacional de Reforma Agrária

**INP** - Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

**MOBRAL** - Movimento Brasileiro de Alfabetização

**PCN** - Parâmetros Curriculares Nacionais

**PEC** – Projeto de Emenda Constitucional

**PMC** - Prefeitura Municipal de Cáceres

**SEDUC** - Secretaria de Educação

**2º BEFRON** - 2º Batalhão de Fronteira

**TI** - Terra Indígena

**UNEMAT** - Universidade do Estado de Mato Grosso

**UFMT** - Universidade Federal de Mato Grosso

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Nome de índios Chiquitano, citados por missionários em 1745 -----	32
Figura 02: Localização da Missão de Chiquitos, que compreendia as terras de domínio espanhol e português, com destaque para as reduções-----	46
Figura 03: Tratados de Limites entre os troncos ibéricos-----	59
Figura 04: Marco do Jauru, localizado na Praça Barão do Rio Branco, Cáceres- MT-----	61
Figura 05: Localização de agrupamentos de chiquitanos no Brasil. Publicado no PDPI – Diretoria de Assuntos Fundiários (FUNAI, 2002) -----	69
Figura 06: Gráfico do levantamento do total de população de Chiquitanos realizado pela Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, no Polo base: Chiquitano, em 2009-----	70
Figura 07: Localização comunidade Vila Nova Barbecho e da Terra Indígena Portal do Encantado, compreendendo as comunidades de Acorizal, Central e Fazendinha -----	71
Figura 08: Gráfico de amostragem do auto-reconhecimento populacional dos residentes na TI Portal do Encantado-----	72
Figura 09: Aulas de violino com o professor Patrício Soares na Comunidade Vila Nova Barbecho -----	83
Figura 10: Ritual praticado pelos Chiquitanos durante o Curussé nas aldeias -----	84
Figura 11: Ofício encaminhado ao Secretário de Educação do Estado de Mato Grosso por Edir Luciano Manzano, em 04 de dezembro de 2009, questionando a legalidade da criação da escola da comunidade Vila Nova Barbecho -----	88
Figura 12: Parecer da SEDUC/MT, em resposta às denúncias formuladas por Edir Luciano Manzano e Parecer da Assessoria Pedagógica de Porto Esperidião, bem como da Gerência de Educação Escolar Indígena da SEDUC/MT-----	88
Figura 13: As imagens em questão apresentam o parecer da FUNAI, quanto da criação da escola, bem como a figura seguinte traz o Ato de Criação da escola-----	89
Figura 14: Mapa de localização dos destacamentos de fronteira em Mato Grosso, onde se lê Comando dos Elementos Destacados, com as iniciais que identificam cada destacamento do 2º BEFRON -----	96
Figura 15: Movimento mensal de veículos que transitaram na Ponte Marechal Rondon, no ano de 1972 -----	97
Figura 16: Registro da vida funcional do soldado-----	101
Figura 17: Registro da vida funcional do soldado-----	102
Figura 18: Espaço de Memória, 2º BEFRON-----	104

Figura 19: Fachada escola E/D-----	142
Figura 20: Pátio interno da escola E/D-----	143
Figura 21: alunos merendando na sala de aula-----	150
Figura 22: Alunos E/D, alunos aprendendo a fazer artesanato -----	151
Figura 23: Alunos escola E/D no horário do recreio-----	152
Figura 24: Circulação dos alunos durante o recreio da Escola E/D-----	153

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Quantitativo de sujeitos identificados nas unidades escolares na fase exploratória da pesquisa-----	27
Quadro 02: Descritores utilizados na identificação de estudos realizados-----	30
Quadro 03: Lista de sobrenomes identificados nas comunidades indígenas de Fazendinha, Acorizal e Vila Nova Barbecho-----	33
Quadro 04: Nome das etnias em Mato Grosso-----	94
Quadro 05: Destacamentos militares localizados na região de fronteira-----	96
Quadro 06: Livro Companhia de Comando e Serviço – CCSV, anos 1940, 1941, 1942-----	99
Quadro 07: Livro Companhia de Comando e Serviço – CCSV, ano 1948 e 1949 -----	100
Quadro 08: Registros de nascimento 1961/1962 -----	110
Quadro 09: Livro A-38, compreende ano de 1964 – Registros Cíveis de nascimento identificados -----	112
Quadro 10: Livro de Registro de Nascimento Nº A- 39 - continuação do ano de 1964 -----	114
Quadro 11: Sistematização dos registros de óbito investigados-----	117
Quadro 12: Sistematização dos registros de óbito de 1971 a 1979 -----	117
Quadro 13: Levantamento de sujeitos com sobrenome Chiquitano da pasta “Registro de Aluno” Letra - A -----	144

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> -----	16
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>CAMINHOS E POSSIBILIDADES</b> -----	23
1.1 O percurso profissional -----	24
1.2. Do problema aos objetivos: a fase exploratória -----	25
1.3. As escolhas metodológicas -----	33
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>O SER CHIQUITANO DA FRONTEIRA: DA IMPOSIÇÃO DO ESTADO À CONSTITUIÇÃO ÉTNICA</b> -----	42
2.1. A chegada do Estado em territórios indígenas na fronteira -----	42
2.2. A construção da Chiquitania -----	45
2.3. Da educação jesuítica à integração Chiquitano na fronteira brasileira -----	51
2.4. O Estado constituído na fronteira -----	56
2.5. O Chiquitano na constituição de Mato Grosso -----	57
2.6. O Chiquitano da fronteira na consolidação do Estado de Mato Grosso a partir de Cáceres -----	63
2.7. Território Chiquitano: contradição e resistência -----	67
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>IDENTIDADES E FRONTEIRAS</b> -----	75
3.1. A construção da identidade Chiquitano na fronteira -----	76
3.2. Religiosidade e Curussé: manifestação da identidade cultural Chiquitano -----	80
3.3. O poder público e os Chiquitanos: negação e negociação de uma identidade -----	85
3.4. O Chiquitano no Estado Brasileiro -----	94
3.5. Registro Civil: o direito de existir -----	106
<b>CAPÍTULO IV</b>	
<b>EDUCAÇÃO ESCOLAR DA INVISIBILIDADE À VISIBILIDADE CHIQUITANO EM CÁCERES-MT</b> -----	122
4.1. A educação escolar e a invisibilidade das diferenças -----	123

4.1.1. O contexto escolar urbano e as relações interétnicas-----	128
4.2. O Chiquitano no Sistema de Educação Escolar de Cáceres-MT-----	133
4.2.1. Quando o silêncio fala -----	134
4.2.2. Relações interétnicas: a partir de uma escola do município de Cáceres-----	140
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> -----	155
<b>REFERÊNCIAS</b> -----	163



## INTRODUÇÃO

Em nossa trajetória profissional como professora formadora do Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação - CEFAPRO/Cáceres-MT, tivemos oportunidade, a partir de 2010, de acompanhar o Projeto Sala de Educador<sup>2</sup> nas escolas indígenas da etnia Chiquitano. Essas escolas estão localizadas no município de Porto Esperidião – MT, na região de fronteira entre Brasil e Bolívia. As escolas em questão correspondem às reivindicações das comunidades dessa etnia de Acorizal e Fazendinha, situadas na Terra Indígena Portal do Encantado e da Comunidade Chiquitano de Vila Nova Barbecho.

Apesar de nossa formação inicial ser na área de História, até então sabíamos muito pouco sobre essa etnia. No acompanhamento das escolas, sentimos necessidade de aprofundar os conhecimentos sobre a educação escolar indígena e, para tanto, buscamos na literatura disponível o embasamento teórico necessário para desenvolver o trabalho proposto.

Nesse sentido, recorreremos a Meliá (1979), que forneceu os fundamentos entre educação para o índio e educação indígena, bem como recorreremos a Bergamaschi (2008), que nos oportunizou compreender o espaço da educação escolar nas comunidades indígenas.

Com respaldo nesses teóricos, iniciamos as atividades com as escolas indígenas Chiquitano, entretanto sentíamos necessidade de mais informações que auxiliassem na compreensão do processo constitutivo da etnia em questão. Para tanto, recorreremos à tese de Silva (2007), que oportunizou preciosas informações sobre a organização dos Chiquitanos no Brasil.

No convívio com as comunidades da etnia Chiquitano, tivemos oportunidade de observar a relação que estabeleciam com a sociedade envolvente, o que suscitou inquietações que nos conduziram ao trabalho em pauta.

A etnia Chiquitano, constituída no interior da Missão de Chiquitos, no período colonial, apresenta em seu contexto histórico os elementos necessários para compreensão da lógica de seu processo organizacional na região de fronteira que, à época, correspondia aos limites territoriais entre a coroa portuguesa e espanhola.

Divididos por uma fronteira construída, que se apresentava mais no campo do abstrato do que do concreto, mantiveram com seus parentes e amigos da Bolívia uma relação de trocas culturais, que transpôs a barreira temporal.

---

<sup>2</sup> Projeto de formação continuada dos profissionais da educação, coordenado pela Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso e desenvolvido em todas as escolas estaduais do Estado.

Os Chiquitanos, organizados no Brasil, tem sido vítimas do preconceito, presente nas relações estabelecidas com a sociedade envolvente. Comumente chamados de “bugres”<sup>3</sup>, amargaram o contexto pejorativo que envolve tal denominação, buscando no silêncio uma forma de resistir às pressões advindas da negação de sua indianidade e conservar seus saberes culturais.

Mediante o silêncio da identidade étnica concebida como estratégia de sobrevivência, pode-se perceber que, embora tenham desde o período colonial, sofrido com a invasão de seu território tradicional, os mesmos permanecem na região resistindo aos avanços das forças de “propriedade”, que, implantadas no período colonial, dividiam o território entre Espanha e Portugal, posteriormente com a consolidação dos Estados Nacionais entre Brasil e Bolívia e mais recentemente com as forças do capital agropecuário.

Os conflitos instaurados na atualidade constituem-se na reivindicação da etnia Chiquitano de exigir do Poder Público o reconhecimento de sua indianidade, conquistado na década de 1990, pois, após o processo de identificação, foram então reconhecidos etnicamente pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

Envolta nesse cenário de exclusão da sociedade dominante, essa etnia, mesmo participando ativamente do processo de consolidação territorial do Brasil, permaneceu obscurecida pela história, ou seja, sua presença e contribuição na ocupação e desenvolvimento de Mato Grosso e Cáceres continuam sendo preteridas.

A partir de então, a etnia Chiquitano passou a reivindicar do Poder Público os direitos assegurados pela Constituição Brasileira de 1988, dentre os quais se destaca a demarcação de seu território. Nesse sentido de reivindicar direitos, esse povo rompe com séculos de silêncio sobre sua identidade étnica, afirmando em meio à sociedade envolvente a sua indianidade.

Porém, a reivindicação desses homens e mulheres de serem reconhecidos enquanto indígenas suscita conflitos com seu entorno, pois, ao exigirem a demarcação de seu território, passam a ter sua indianidade, nacionalidade e cidadania questionadas.

---

<sup>3</sup>Segundo Petrucelli 1998, "a terminologia bugre historicamente foi utilizada pejorativamente para denominar de forma genérica o índio bravo e/ou guerreiro" (apud SANTOS, 2006, p. 56). Porém Santos na mesma obra prefere assumir a denominação ao se referir aos descendentes indígenas da região, ressaltando que “[...] nesta pesquisa, a categoria bugre apresenta-se de forma ressignificada pelos sujeitos entrevistados, nada tendo a ver com as estereótipos construídas historicamente em relação ao conceito de bugre”. Entretanto neste trabalho apresenta-se o termo na maioria das vezes pautado no sentido pejorativo que a sociedade envolvente utiliza ao se referir aos Chiquitanos.

Os questionamentos que se apresentam na atualidade colocam esses indígenas na condição de estrangeiros, tendo como consequência a negação e o não reconhecimento de seus direitos.

A presença do capital agrário, aqui compreendido como grandes produtores rurais, tem manifestado sua indignação com tal reivindicação, suscitando o discurso da negação. Esses produtores buscam ainda, na esfera política do Estado de Mato Grosso, parlamentares que corroborem com a manutenção das relações anteriormente estabelecidas, ou seja, manterem os Chiquitanos na condição de trabalhadores rurais, sem direito às terras tradicionalmente ocupadas por eles.

Nesse sentido, no convívio com os Chiquitanos, organizados nas comunidades de Fazendinha, Acorizal e Vila Nova Barbecho, tiveram a oportunidade de observar o constante “ir” e “vir” de seus moradores em busca de melhores ofertas de trabalho, na garantia de manutenção de suas famílias.

Portanto, ao enveredarmos por essa seara, de compreensão da (in) visibilidade dos Chiquitanos no espaço urbano, submetemos o projeto de pesquisa ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, buscando compreender as dicotomias produzidas a partir do contexto histórico da presença e participação dos Chiquitanos na edificação e consolidação de Vila Maria do Paraguai atual município de Cáceres – MT, tendo como cenário de nossas investigações o contexto de educação escolar da cidade.

Ao realizar estudos no intuito de identificar produções científicas que tratam dessa temática no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, foi observada a carência de estudos que tratam dos chiquitanos, organizados nos espaços urbanos, tomando como base da investigação o município de Cáceres. Os estudos já realizados formam uma rede de informações que auxiliaram a compreender a lógica de constituição dessa etnia, bem como sua trajetória frente à sociedade envolvente.

Nesse sentido, ao considerar a realidade social como um processo construído em tempos e lugares distintos, questionamos: como a historiografia compreende o processo histórico das relações interétnicas em Cáceres, por meio do papel social da escola, a partir da participação dos Chiquitanos na constituição de Cáceres e do ser cacerense? Ou, ainda, como, em uma escola do contexto urbano de Cáceres, se estabelecem as relações interétnicas (de

identificação, afirmação e negação da identidade étnica) dos alunos, cuja referência é a cultura chiquitano?

Em meio à teia de relações construídas no interior das reduções, como compreender a confluência étnica e seus resultados na constituição do ser Chiquitano? Pois envoltos no movimento de expulsão dos jesuítas no período colonial, que ocasionou a dispersão dos mesmos, dividindo-os entre duas nações (Brasil e Bolívia), é recorrente na região o discurso que suscita, nos termos atuais, o questionamento da nacionalidade dos mesmos, ou seja, são índios brasileiros ou bolivianos?

Essas inquietações justificam-se pelos conflitos estabelecidos na atualidade, pois o resgate e a revitalização de aspectos culturais inerentes a essa etnia, bem como a reivindicação de seu território tradicional, altera e promove mudanças de comportamento dos Chiquitanos, iniciando um processo de rompimento com o silenciamento de sua identidade. As reivindicações pela demarcação do território ameaçam os interesses dos fazendeiros da região, que, no intuito de manterem sua hegemonia agrária capitalista, passam a questionar a identidade desse povo, colocando-os na condição de estrangeiros.

Assim, recorreremos à pesquisa histórica com base na investigação documental de fonte primária, registros fotográficos, entrevistas e levantamento bibliográfico que possibilitasse realizar o contraponto histórico entre o que se tem de registros documentais quanto à presença dessa etnia e o que ela vivencia no Município de Cáceres – MT, a partir do contexto da educação escolar.

Os resultados obtidos na compreensão desse processo foram divididos em quatro capítulos que compõem o texto dissertativo, nos quais apresentamos elementos que possibilitem compreender a (in) visibilidade do Chiquitano no município de Cáceres - MT.

No primeiro capítulo, apresentamos o processo de construção do problema e das opções metodológicas. Diante da questão de (in) visibilidade da etnia Chiquitano, o estudo se define metodologicamente como uma pesquisa histórica cuja análise dos dados se baseiam em fontes documentais primárias, orais, fotográficas e bibliográficas. Assim, optamos por uma análise qualitativa.

Para compreender as opções metodológicas desta pesquisa, dialogamos com os seguintes autores: André (1995), Lüdke (1985), Oliveira (1998, 2011), Triviños (2006), Melo (2010), Costa (2010), Munanga (2005), Rodrigues (2010), Sarat (2010), Bacellar (2006) e Santos (2006). Nesse diálogo, encontramos os fundamentos e a orientação necessária para construção da metodologia.

Outro elemento constitutivo da caminhada foi o nosso percurso profissional que proporcionou a necessária aproximação da complexidade que envolve a etnia em questão, pois, em nosso amadurecimento profissional, nos conscientizamos das responsabilidades inerentes às demandas sociais, ao considerarmos que o tratamento humanizado, voltado para o reconhecimento das diferenças enquanto algo positivo quase sempre não se efetiva na prática, nos impelindo a buscar explicações que pudessem contribuir na ruptura de velhos conceitos que estigmatizam pessoas e grupos.

Ressalta-se ainda que, sendo nossa formação inicial em História, a linha de pesquisa foi fortemente influenciada, pois temos com o passado uma relação de continuidade, ou seja, quando nos propomos a uma investigação nesse sentido, buscamos, por meio das fontes primárias e estudos realizados, indícios que auxiliem a compreensão dos elementos inerentes à constituição do ser cacerense, tendo como referência a cultura da etnia Chiquitano.

No segundo capítulo do texto dissertativo, é apresentada a contextualização do processo histórico de constituição do “ser Chiquitano”, com respaldo em estudos desenvolvidos por Garcia (2010), Paula (2010), Silva (2007), Pulh (2011), Grandó (2004), Santana (2012), Januário (2004), Chaves (2011), Moreira da Costa (2006), Secchi (2010), Grandó (2007), Tomichá (2002), Santana (2009) e (2012), Cintra (2006), Silva (2008), Silva (2009), Pacini (2012) e Queiróz (2013).

Os estudos em questão orientaram a compreensão de constituição da fronteira “inventada” que, na atualidade, corresponde a Brasil e Bolívia, perpassando pelos tratados que legalizaram a posse do território em detrimento de seus habitantes históricos, a fim de identificar os efeitos da presença do Estado no modo de ser e viver das etnias da região. Outro ponto relevante nesse capítulo é a compreensão da participação dos Chiquitanos na constituição de Mato Grosso e edificação de Vila Maria do Paraguai, atual cidade de Cáceres; nesse sentido a alusão à Vila Maria do Paraguai se refere ao período colonial e a referência a Cáceres remete ao período mais recente, ou seja, pós Proclamação da República (1889).

O diálogo com os dados obtidos da realidade foram estabelecidos com os estudos desenvolvidos por Meliá (1979), Rosário (2012), Garcia (2010), Paula (2010), Silva (2007), Pulh (2011), Grandó (2004), Santana (2012), Januário (2004), Chaves (2011), Moreira da Costa (2006), Tomichá (2002), Santana (2009) e (2012), Silva (2008), Silva (2009), Silva (2011), Pulh (2011), Pacini (2012), Araujo (2001), Meireles (1989), Castrillon-Mendes (2000).

Os trabalhos dos autores citados contribuíram ainda para ampliar a visão quanto aos valores culturais manifestados por esse povo, exigindo um olhar sensível e apurado, obtido pelos fundamentos teóricos da antropologia fornecidos pela orientadora Beleni Sálete Grandó e pelo olhar histórico fruto da parceria com Adriane Cristine Silva.

O terceiro capítulo traz o contexto histórico que auxilia a compreensão do processo de construção da identidade cultural dos Chiquitanos, marcados por relações com a sociedade envolvente desde o período colonial. O texto ressalta que, embora tenham sido “incorporados” pelo Estado brasileiro em sua fase embrionária, os mesmos desenvolveram estratégias de manutenção dos elementos culturais ancestrais, o que permitiu à etnia constituída sua sobrevivência, mesmo em condição de expropriados de suas terras.

Propomos ainda refletir, a partir da literatura disponível, as relações antagônicas estabelecidas entre o Estado e os Chiquitanos no processo de visibilidade e invisibilidade vivenciado pelos mesmos, manifestado pelas forças políticas que ora os reconhece etnicamente, ora nega sua indianidade.

Outro elemento que enriquece o capítulo em questão trata-se da reflexão em torno da constituição da identidade cultural dessa etnia, que apresenta em sua gênese elementos da cultura espanhola, portuguesa e de religiosos. Aborda-se ainda a presença dos Chiquitanos no Estado nacional brasileiro, expressa por documentos localizados no Arquivo da Câmara Municipal, Arquivo do 2º Batalhão de Fronteira e Cartório do Segundo Ofício de Cáceres.

Ao apresentar análise dos documentos identificados, pretende-se ressaltar a disparidade produzida historicamente entre o que versam os registros e o discurso impregnado de ideologia contrária ao reconhecimento étnico dos Chiquitanos, suscitando as dificuldades em ser índio Chiquitano em situação tão adversa.

Para tanto, buscamos respaldo teórico em Pacini (2012), Grandó (2004)(2007), Silva & Grandó (2007), Tomichá (2002), Silva (2008), Silva (2009), Puhl (2011), Moreira da Costa (2006), Passos (2010), Fleuri (2003), Bhabha (1998), Laraia (1986), Queiróz (2013), Santana (2012), Silva (2013), Pacini (2013) e Bacellar (2006), que possibilitaram um diálogo no desenvolvimento de nossos estudos.

No quarto capítulo, destaca-se o contexto da educação escolar, retomando as reflexões a partir da presença dos jesuítas no Brasil, enfatizando o papel social da educação na mediação das diversidades que permeiam seu contexto.

Nesse sentido, foi abordado o contexto da educação indígena enquanto resultado das demandas sociais, bem como o contraponto entre as escolas indígenas e as escolas não

indígenas no desenvolvimento de ações pedagógicas que atendam as necessidades específicas das relações interétnicas.

A base para esse estudo foram os desenvolvidos por Grando (2004), Monteiro (1995), Secchi (2013), Pacini (2012), Brandão (1985), Lima (2002), Monte (2002), Brand (2002), Kreutz (1999), Oliveira (1995), Gomes (2005), Sant'Ana (2005), Gomes (2005), Moura (2005), Silva (2005) e Freire (1992). Os trabalhos em questão oportunizaram ampliar a compreensão das relações de poder constituídas a partir das necessidades do Estado na composição da sociedade brasileira, observando as unidades escolares que ainda mantêm no cerne de sua constituição os resquícios do discurso construído historicamente na concepção de uma sociedade igualitária, desconsiderando a diversidade étnica racial que figura em seu contexto.

O capítulo em questão versa ainda sobre os dados colhidos em uma escola do município de Cáceres, localizada em um bairro que abriga grande quantidade de famílias da etnia Chiquitano. As informações obtidas nessa unidade escolar permitiram ampliar a compreensão da presença na atualidade de alunos dessa etnia no contexto escolar, e, por meio dos registros escolares e das observações, constatar as relações que estes estabelecem no âmbito escolar, bem como analisar a percepção dos profissionais da instituição quanto à presença de alunos indígenas.

Assim, as considerações finais não poderiam ser encerradas com um ponto final, mas com uma vírgula, pois consideramos que o estudo em questão, desenvolvido a partir de múltiplos diálogos estabelecidos com os teóricos elencados, com os profissionais das instituições públicas por onde passamos e com os indígenas da etnia Chiquitano, oportuniza maiores aprofundamentos que possam ampliar as discussões que envolvem essa etnia, contribuindo com os mesmos em seu protagonismo e fornecendo à ciência novos elementos que contribuam na compreensão da complexidade que envolve o ser Chiquitano.

Tal complexidade parece se estender também ao uso da denominação Chiquitano, pois ora foi encontrada pluralizada ora somente no singular. A opção escolhida para este estudo desmembrou-se em duas vertentes: quando a referência era à etnia/povo/população, usou-se somente no singular, quando era aos indivíduos/sujeitos, homens ou mulheres, usou-se no plural, se necessário; mas sempre no masculino, consoante eles mesmos usam.

## **CAPÍTULO I**

### **CAMINHOS E POSSIBILIDADES**

Neste capítulo, apresenta-se a opção metodológica adotada para a realização desta investigação, bem como fragmentos da trajetória profissional pessoal que influenciaram a composição do texto dissertativo, evidenciando o estranhamento vivido diante da homogeneização promovida no universo da educação escolar que pretere as diferenças, colocando todos e todas em situação de iguais.

Ao versar sobre questões que envolvem a etnia Chiquitano, reconhece-se o processo de resistência empreendido por essa etnia, que, embora expropriados da posse de seu território ancestral, se mantêm presentes na composição étnica de Cáceres e região.

Optou-se por uma pesquisa histórica que permitisse compreender as tramas históricas de construção da visibilidade e invisibilidade da presença dos Chiquitanos na região, a partir do contexto da educação escolar, buscando nos referenciais históricos respostas a essas indagações.

O recorte temporal estabelecido a partir de 1960 definiu-se por compreender que se trata de um período efervescente da história do país com a instalação dos governos militares no poder e, na continuidade, com o processo de reabertura política a partir de 1980 e por entender que os anos que se seguiram marcaram avanços políticos nas reivindicações dos grupos sociais, historicamente estereotipados, através da Constituição Federal brasileira em 1988. Ainda nesse sentido, o período que corresponde às décadas de 1990 e 2000 foi expressivo para a educação com a introdução no currículo de questões específicas na construção de projetos pedagógicos na perspectiva de uma auto-imagem positiva de homens e mulheres advindos dos diversos grupos sociais.

As escolhas metodológicas que orientaram o texto dissertativo, constituíram-se a partir de estudos bibliográficos, da análise de fontes documentais primárias elaboradas por instituições públicas, das observações desenvolvidas no interior de uma escola do município de Cáceres, da utilização da oralidade como instrumento de valorização da memória individual e coletiva dos sujeitos que trazem os referenciais culturais da etnia Chiquitano. As análises foram ancoradas nos parâmetros qualitativos que orientam esse tipo de investigação.

Portanto, ao apresentar as escolhas metodológicas, descreve-se o percurso empreendido no desenvolvimento da pesquisa, elencando a problemática envolvida e os objetivos desta investigação, bem como se ressaltam os estágios de desenvolvimento da mesma e os percalços encontrados.



Nesse sentido, espera-se que este estudo possa contribuir na desconstrução da negação histórica da indianidade e nacionalidade da etnia, oportunizando compreender os elementos antagônicos que fomentam tais discursos.

### **1.1 O percurso profissional**

Ao iniciar as atividades de docência em 1998, na educação básica, tive reacesa as velhas angustias ao deparar-me com as práticas conteudistas, enciclopedistas e tradicionais da organização escolar em detrimento do saber acumulado dos alunos.

A forma engessada como o sistema educacional pensava o currículo assustava; a forma como a escola desconsiderava o contexto social, econômico e cultural de seus alunos causava indignação; a forma como em muitas reuniões pedagógicas o currículo oculto se manifestava, rotulando determinados alunos, causava decepção; por fim, a forma como a escola criava um ar de igualdade, sem considerar as diferenças que permeiam seus espaços, inquietaram-me profundamente.

Ainda caminhando pelo universo da educação básica, ao ingressar, em 2009, no Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica – CEFAPRO/Cáceres-MT, passei a vivenciar a experiência de professora formadora na área das ciências humanas, por meio do acompanhamento às escolas estaduais do pólo de Cáceres.

Convém ressaltar o papel do CEFAPRO junto às escolas. Esse centro é regimentado pela Lei n.º 8.405 de dezembro de 2005, vinculado à Superintendência de Formação da Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso, com o objetivo de ocupar-se da formação continuada dos profissionais da educação da rede pública de ensino, bem como da inclusão digital dos profissionais, da inserção às novas tecnologias no processo de ensino e de aprendizagem.

O acompanhamento pedagógico é extensivo a todas as escolas estaduais dos municípios que compõem o pólo de Cáceres, Mirassol D'Oeste, São José dos Quatro Marcos, Araputanga, Reserva do Cabaçal, Indiavaí, Rio Branco, Salto do Céu, Lambari do Oeste, Curvelândia, Glória do Oeste e Porto Esperidião. Ressalta-se, ainda, que esse acompanhamento compreende as escolas urbanas, as do campo e as indígenas.

No exercício das atividades profissionais tive a oportunidade de observar as complexas relações que se estabelecem no âmbito escolar a partir das diferenças que nele se manifestam, pude, ainda, pelo diálogo, perceber o déficit de conhecimento dos vários

profissionais que labutam nessas instituições, bem como observar que, apesar da existência de toda uma legislação que orienta os trabalhos pedagógicos para as diversidades, existe morosidade na efetivação das mesmas.

Ainda como professora formadora, foi possível realizar o acompanhamento da Escola Estadual Indígena "Chiquitano José Turíbio", na Aldeia Vila Nova Barbecho (2010 e 1011) e da Escola Estadual "Indígena Chiquitano" (2011), localizada na Terra Indígena, Portal do Encantado, compreendendo as aldeias Fazendinha e Acorizal.

A presença dessa etnia estabelecida na região de fronteira entre o Brasil e Bolívia tem sido, ao longo da sua história, questionada quanto a sua identidade étnica, pois ora são considerados bolivianos, ora bugres, ora índios – designações vinculadas a um contexto que compreende tempo e espaço, expressando preconceitos e expropriação de suas terras.

Nesse viés de deslocamento dos Chiquitanos pela região de fronteira, observou-se a presença dos mesmos nos municípios localizados nas imediações do perímetro fronteiriço, onde destacamos a cidade de Cáceres – MT. Entretanto, ao tomar o contexto escolar como referência deste estudo, identificou-se que os Chiquitanos não são percebidos em sua indianidade, o que suscitou compreender a lógica que alicerça tais relações.

## **1.2. Do problema aos objetivos: a fase exploratória**

Nesse contexto de dúvidas e de inquietações, por compreender o processo de invisibilidade de grupos sociais historicamente marginalizados, submeteu-se, em 2011, o projeto de pesquisa ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UNEMAT, na linha Educação e Diversidade, que o aprovou e o inseriu no programa em 2012. Logo após as primeiras orientações, definiram-se os caminhos a serem percorridos para que se pudesse compreender a lógica das relações marcadas pela visibilidade e invisibilidade de homens, mulheres e crianças que trazem no corpo as marcas da cultura Chiquitano.

Paralelamente ao cumprimento das disciplinas, foi iniciada a fase exploratória desta pesquisa; no segundo semestre de 2012, foram visitadas algumas instituições a serviço do Estado sediadas no município de Cáceres, dentre os órgãos percorridos, destacam-se escolas da rede estadual e municipal e o Cartório de Registro Civil. Então, questionou-se: como os sujeitos que apresentam o fenótipo da etnia Chiquitano são percebidas nos espaços públicos?

Frente a esse questionamento, optou-se por apresentar-se como pesquisadora, sem, no entanto, revelar a intenção e os objetivos da pesquisa. A omissão nesta fase da pesquisa se justifica pela decisão de não interferir e nem induzir a concepção das pessoas.

Para tanto, foram procuradas três instituições escolares no município, e, por questões éticas, optou-se por preservar o nome das instituições, identificando-as como E/A, E/B e E/C, além da escola E/D, escolhida posteriormente para realização das observações e levantamento documental.

Objetivava-se, nas unidades escolares, identificar a presença ou não de alunos indígenas, para definir onde se concentrariam as atividades, tendo em vista o tempo que se dispunha para realizar a pesquisa. Os critérios que direcionaram a escolha da escola consistiram em constatar a presença de alunos Chiquitanos, possível de ser obtida através de parâmetros nominativos, discutido em maior profundidade no decorrer deste texto, e na quantidade de educandos para que se pudesse observar as relações deles entre si e com seu entorno.

Outro critério para a escolha da escola foi o próprio contexto de organização geográfico da etnia no município, possível de ser identificado em um primeiro momento pela documentação identificada no Arquivo Público Municipal, fazendo referência à localização dos Chiquitanos em Cáceres, no que se percebeu que havia número expressivo de moradores no bairro onde se localiza a escola escolhida.

Na fase exploratória em busca de identificação da escola, ao estabelecer contato com gestores, coordenadores e professores, tomou-se conhecimento da inexistência de índios nas escolas. Entretanto, nos diálogos estabelecidos, os servidores indicavam a presença de alunos de origem estrangeira, especialmente bolivianos.

Questionados sobre a nacionalidade desses alunos, os funcionários relatavam que além dos sobrenomes confusos, os mesmos tinham características físicas de “bugre”, ou seja, o fenótipo dos bolivianos e ainda ressaltavam a dificuldade desses alunos ou dos pais de falarem corretamente o português.

Diante das evidências da presença de bolivianos nos espaços escolares percorridos, buscou-se mais elementos que pudessem confirmar ou não a fala dos servidores em questão.

Conforme dito anteriormente, respeitando a não identificação das escolas pelo nome, optou-se em identificá-las como Escola A (E/A), Escola B (E/B), e Escola C (E/C), conforme Quadro 01.

**Quadro 01:** Quantitativo de sujeitos identificados nas unidades escolares na fase exploratória da pesquisa

Identificação	Idade	Ciclo/série	Total de alunos	Total identificado
E/A	06 a 08 anos	1º Ciclo	132	15
E/B	06 a 08 anos	1º Ciclo	152	12
E/C	06 a 10 anos	1º ao 4º ano	130	16

**Fonte:** Elaborado pela autora a partir dos dados das Escolas Estaduais e Municipais de Cáceres-MT, 2012.

Dentre os sujeitos identificados pode-se considerar que, mesmo tratando-se de um universo amplo de indivíduos, a presença dos Chiquitanos, embora modesta em números, afirma sua participação no contexto educacional de Cáceres e região.

As unidades escolares visitadas estão localizadas geograficamente seguindo as coordenadas do Mapa de Cáceres. A E/A situa-se a sudoeste do Município, em um bairro bem antigo da cidade, bastante afastada do centro da cidade, não tem em seu entorno ruas pavimentadas e as condições físicas da unidade são bastante frágeis.

A escola E/B, ao contrário da anterior, é bem centralizada, localizada a oeste, próxima da área central da cidade, o entorno da mesma é todo pavimentado, dispõe de um espaço bastante amplo com quadra poliesportiva. A localização privilegiada ainda pode ser percebida na relação da escola com a comunidade, tendo em vista que os moradores residem no bairro há bastante tempo, quando gerações de uma mesma família passaram pela unidade. Devido a sua localização e à oferta do Ensino Médio, a mesma atende alunos oriundos dos bairros próximos.

A unidade identificada como E/C, por sua vez, localiza-se a sudoeste, em um bairro periférico do município, com sérios problemas estruturais que vão desde escassez de serviço de saneamento básico, falta de iluminação pública e falta de pavimentação. O bairro em questão resulta da ocupação de uma área pública e seu traçado não seguiu o projeto de urbanização condizente com as especificações do município. A escola, a exemplo do bairro, apresenta, em sua estrutura física, sérios problemas, como número insuficiente de salas de aulas adequadas para atender toda a demanda, falta de quadra poliesportiva e de pátio coberto, entre outros.

Entretanto, as árvores em seu pátio ajudam a abrandar o calor e servem de entretenimento para os alunos, que desenvolvem várias brincadeiras em seu entorno ou sobre

seus galhos. Dentre as brincadeiras identificadas, percebe-se que o maior entusiasmo é por folguedos que envolvam “correria”, como pegador, dos quais tanto os meninos como as meninas participam, embora a maioria das situações ocorra com divisão de gênero.

Os aspectos econômicos dos moradores do bairro podem ser considerados modestos, chegando, em alguns casos, a dependerem dos programas de assistência do governo (Bolsa Família) como forma de complementar o orçamento familiar. Os reflexos da condição financeira das famílias podem ser percebidos também no horário do recreio, pois as crianças demonstraram apreço ao consumirem a merenda disponibilizada pela instituição, não consumindo nenhum outro alimento comercializado nas imediações da unidade.

Diante da oportunidade de presenciar o horário do recreio da unidade, percebeu-se a liberdade desfrutada pelas crianças que correm, pegam umas nas outras, estabelecendo contato físico. A ausência de muros na instituição parece não ser percebida pelos alunos que, no decorrer das brincadeiras, costumam permanecer nos limites estabelecidos.

Por se tratar de uma escola que atende do 1º ao 4º ano, a faixa etária varia de 06 a 10 anos, o que contribui para o processo de socialização das crianças, permitindo maior interação entre elas.

O espaço de trocas e aprendizagens observadas no período do recreio forneceu elementos para considerar esse momento como de grande relevância no desenvolvimento social desses indivíduos que negociam entre si o lugar de cada um dentro do grupo, remetendo às comunidades indígenas, onde todos os momentos são considerados no processo de desenvolvimento humano.

As informações obtidas na fase exploratória da pesquisa tiveram como parâmetro alunos na faixa etária de 06 a 10 anos, compreendendo os anos iniciais da educação escolar (1º Ciclo e 1º ao 4º ano) no período vespertino em duas escolas da rede estadual e uma da rede municipal.

As informações obtidas na fase inicial da pesquisa no ano de 2012 possibilitaram redefinir as estratégias da investigação, ampliando os locais a serem percorridos no intuito de compreensão da forma como se estabelecem as relações interétnicas em uma cidade de fronteira, tendo como contexto a educação escolar e sua contribuição no processo de visibilidade e invisibilidade dos alunos de origem Chiquitano.

Realizada a verificação das escolas, procurou-se o Cartório de Registro Civil de Cáceres-MT, e, ao questionar sobre a existência de registros de nascimento e óbito de indígenas, a resposta obtida foi que não havia tais registros.

Ao perguntar sobre registros de estrangeiros ou descendentes, o interlocutor afirmou com convicção de que era comum bolivianos procurarem a instituição para realizá-los. Diante da afirmativa, questionou-se se essas pessoas se autodeclaravam bolivianos, a resposta foi negativa. Buscou-se saber como se dá a percepção de origem boliviana, o servidor em questão salientou que é possível presumir a origem pelos sobrenomes apresentados, bem como pelo aspecto físico dos indivíduos.

Diante da percepção dos sobrenomes, buscou-se saber mais sobre o assunto e utilizá-lo na investigação, pois poder-se-ia, a partir deles, identificar a presença dos Chiquitanos no contexto urbano de Cáceres, considerando que a invisibilidade ia além da identidade étnica, pois era atribuída a essas pessoas a condição de estrangeiros.

Ao optar por essa estratégia, visou-se que, assim, não haveria necessidade de expor alguém à autoatribuição, pois, desde o início dos trabalhos de pesquisa, tem-se como princípio balizador das ações não expor aqueles que, em função do processo de marginalização, preferem manter-se no anonimato.

Ao decidir pelo levantamento nominativo, perceberam-se as dificuldades que se manifestavam, tornando necessário um maior preparo por parte da pesquisadora, pois os entraves desse tipo de análise podem ser mais bem compreendidos através das palavras de Bacellar (2006, p.70):

O acompanhamento nominativo de indivíduos apresenta problemas metodológicos consistentes. O mais complexo é, evidentemente, a falta de regras na transmissão de sobrenomes que imperou nos diversos segmentos de população livre durante todo o período colonial e mesmo mais adiante. Filhos herdavam nomes sem qualquer lógica, fosse em diversas combinações dos sobrenomes familiares de pais e avós, seja adotando sobrenomes de padrinhos ou outros conhecidos que se julgasse interessante homenagear.

Os apontamentos do autor permitiram um parâmetro das dificuldades em se trabalhar com levantamento nominativo. Tornou-se necessário ir além dos nomes e buscar a genealogia dos mesmos, pois a consistência e argumentação deste trabalho dependeram em grande parte da busca em fontes oficiais das relações de ascendência, pois, caso contrário, corria-se o risco de deixar sujeitos fora da investigação.

A partir de então, buscou-se, nos estudos realizados sobre essa etnia, os sobrenomes que figuram nas comunidades de Chiquitano, para então organizar uma lista com a qual se pudesse identificar a presença dos mesmos em Cáceres.

Nessa fase da investigação, percebeu-se a ausência de produções específicas, ou seja, teóricos que, no decorrer de suas investigações, tivessem tratado a questão nominativa dos

Chiquitanos brasileiros. Esse episódio instigou mais ainda em navegar nesse oceano de possibilidades e dificuldades.

Ampliando o universo de possibilidades quanto aos caminhos metodológicos, recorreu-se aos estudos já realizados sobre essa etnia, buscando no Banco de Dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES produções que assinalam a presença dos Chiquitanos nos espaços urbanos, a sua participação na formação de Cáceres e sua presença na fronteira Brasil/Bolívia.

**Quadro 02:** Descritores utilizados na identificação de estudos realizados

<b>Descritores</b>	1-Chiquitano	2- Chiquitano em Cáceres-MT.	3-Chiquitano urbano	4- Índios da fronteira Brasil/Bolívia
<b>Trabalhos identificados</b>	21	-----	03	07
<b>Dissertações</b>	12	-----	02	03
<b>Teses</b>	09	-----	01	----

**Fonte:** Elaborado pela autora a partir do Banco de Dados Capes

Para realizar a pesquisa junto a CAPES, foram selecionados alguns descritores que, conforme o Quadro 02, forneceram o seguinte resultado: descritor 1: identificados 21 estudos realizados, dos quais 12 publicações compreendem textos dissertativos, sendo divididos nas seguintes áreas do conhecimento: Geografia (03), História (02), Antropologia (01), Linguística (02) Geociência/ Geologia (01), Ciências Ambientais/ Biológicas (01), Botânica (01) e Geoquímica (01). Quanto às teses de doutorado, foram identificados nove estudos compreendendo as seguintes áreas do conhecimento: História (02), Antropologia (03), Genética (01), Linguística (01), Ciências Ambientais/ Biológicas (01) e Botânica (01).

Ao utilizar o descritor 2, não se identificou nenhum estudo realizado na perspectiva organizacional dos Chiquitanos nos espaços urbanos, no período recente da história de Cáceres e região.

O descritor 3 indicou o estudo de Santana (2005), intitulado “Transnacionalidade linguística: a língua Chiquitano no Brasil”, na área da linguística, que compreende o estudo da língua Chiquitano, e, ao discorrer sobre o processo histórico, localização, movimentação desse povo, a autora apresenta algumas considerações sobre a dispersão e presença dos mesmos nos espaços urbanos.

Ainda no descritor 3, identificou-se a dissertação de Paris (2011), “Turismo e patrimônio cultural . O desafio da preservação na Chiquitania Boliviana”. Nesse estudo, o autor investiga o desenvolvimento regional e a conservação do patrimônio cultural da etnia, considerando o desenvolvimento turístico da região.

O terceiro estudo identificado no descritor 3 trata-se da tese de doutorado de Silva (2009), intitulada “Brasileiros, Bolivianos ou Indígenas? Construções identitárias dos Camba no Brasil”, que compreende os indígenas Camba, organizados em Corumbá/MS. Busca compreender as relações estabelecidas com a sociedade envolvente, perpassando pelos conflitos, negociações e articulações no processo de organização urbano.

O descritor 4 apontou a dissertação de Duck (2005), “Vozes silenciadas: situação sociolinguística dos Chiquitano do Brasil - Acorizal e Fazendinha-MT”, estudo sociolinguístico, realizado na Terra Indígena Portal do Encantado, compreendendo as comunidades Chiquitano de Acorizal e Fazendinha.

Nesse sentido, é possível perceber que a quantidade de estudos relacionados a essa etnia, embora de alta qualidade, ainda é pequena em relação à problemática deste estudo, não conseguindo identificar nenhum trabalho específico, apenas referência à presença dos Chiquitanos no Município de Cáceres.

A questão nominativa exigiu leitura e releitura de diversas pesquisas, destacando-se as teses de Santana (2012), Pacini (2012), Puhl (2011), Silva (2007) e as dissertações de Queiroz (2013), Garcia (2010), Paula (2010), Cintra (2006), entre outros autores.

Por meio desses estudos, verificaram-se várias transcrições de entrevistas, contendo o nome dos entrevistados, bem como as narrativas dos pesquisadores indicando nomes de pessoas das comunidades pesquisadas, destacando-se as comunidades de Acorizal, Fazendinha e Vila Nova Barbecho.

Na medida em que se avançou nessa trajetória, teve-se acesso aos estudos de Roberto Tomichá (2002), que apresenta, em seu livro “La Primera Evangelización En Las Reducciones de Chiquitos, Bolivia (1691-1767)”, um item intitulado “Los nombres chiquitanos”, no qual o autor apresenta uma lista, conforme Figura 01, com os sobrenomes de Chiquitanos presentes nas reduções. Porém, o mesmo ressalta a escassez de documentos produzidos no período colonial que pudessem trazer maiores informações do processo de construção dos nomes, bem como sua significação anterior e posterior à presença dos jesuítas.



**Figura 01:** Nome de índios Chiquitano, citados por missionários em 1745

NOMBRE INDÍGENA	NOMBRE CRISTIANO	LENGUA	FUENTES
Assoné		Zamuca	GUASP 1763 (MURIEL 1766: f. 97v, 101v)
Collina		Terena	<i>Anuas</i> , 1730-1735 (CORTESÃO 1955: 197); MONTENEGRO 1745: f. 48
Casorere		Zamuca	BANDIERA 1725
Dioné	Diego	Zamuca	CHOMÉ 1745
Eyonadigi		Guaicurú	SÁNCHEZ LABRADOR 1767/1910: 39
Equiniquinao		Guaná	SÁNCHEZ LABRADOR 1767: f. 434v; 1767/1910: 41
Gapayeque	Nicolás	Zamuca	CHOMÉ 1745
Gofoiidé		Zamuca	<i>Anuas</i> , 1730-1735 (CORTESÃO 1955: 192)
Guarayo	Melchor	Guaraní	FERNÁNDEZ XVII: 119
Mancio	Pedro	Arawaca	ARCE 1715: f. 75
Mazabí	José	Chiquita	FERNÁNDEZ XVII: 119; CASTAÑARES 1738: f. 64v
Moseré	Jacinto	Guaraní	<i>Vida del P. Felipe Suárez</i> : cuad. 9, f. 7
Motoré	Felipe	Chiquita	FERNÁNDEZ VII: 157-160
Nupe	Estanislao	Zamuca	CHOMÉ 1745
Oveza		Terena	<i>Anuas</i> , 1730-1735 (CORTESÃO 1955: 197); MONTENEGRO 1745: f. 48
Oyonaoligi		Guaicurú	SÁNCHEZ LABRADOR 1767: f. 445
Pachuris	Balthasar	Chiquita	GUASP 1763 (MURIEL 1766: f. 97v-98)
Paticú		Zamuca	<i>Anuas</i> , 1730-1735 (CORTESÃO 1955: 197)
Pichaté		Zamuca	Guasp 1763 (MURIEL 1766: f. 104)
Poó		Chiquita	FERNÁNDEZ VII: 166
Poquibiquí	Jacinto	Chiquita	FERNÁNDEZ XVII: 119; CASTAÑARES 1738: f. 64v
Quiara	Santiago	Chiquita	FERNÁNDEZ VII: 145s.
Quiriquiri	Juan	Zamuca	GUASP 1763 (MURIEL 1766: f. 93v, 101)
Sinemaca	Juan	Arawaca	ARCE 1715: f. 75
Subé	Julián	Chiquita	<i>Vida del P. Felipe Suárez</i> : cuad. 9, f. 7
Tapaiuene		Zamuca	<i>Anuas</i> , 1730-1735 (CORTESÃO 1955: 192)
Tapochí	Antonio	Guaraní	FERNÁNDEZ VII: 164
Tubarí	Pablo	Chiquita	ARCE 1715: f. 75; FERNÁNDEZ XVII: 119
Xarupá	Lucas	Chiquita	FERNÁNDEZ VII: 161-163, 172
Zurubí	Andrés	Guaraní	FERNÁNDEZ VII: 166
Zurubí	Agustín	Guaraní	FERNÁNDEZ VII: 167

Fonte: Tomichá (2002).

O estudo empreendido pelo autor mostrou que, mediante o batismo, foi acrescentado um nome cristão aos indígenas, que, até então, mantinham um único nome, que representava sua família e seu grupo de pertencimento.

No sentido de ampliar a lista com os nomes que remetem aos Chiquitanos, recorreu-se aos arquivos da FUNAI, por concebê-la como uma representação do Estado. Assim, obteve-se acesso aos dados da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA (2009), Polo base – Chiquitano. O documento em questão tornou-se o cerne dessa lista, tendo em vista tratar-se de um documento oficial, fruto de levantamento realizado nas comunidades Chiquitano, e que, além de elencar o nome e descendência materna, oportunizou informações quanto à quantidade de moradores e faixa etária dos mesmos.

**Quadro 03:** Lista de sobrenomes identificados nas comunidades indígenas de Fazendinha, Acorizal e Vila Nova Barbecho

Ordem	Sobrenome	Ordem	Sobrenome	Ordem	Sobrenome
01	Arruda <sup>4</sup>	11	Pachuri	21	Tossue
02	Chuê - Chué	12	Petea	22	Tomichá
03	Joviô	13	Poquiviqui	23	Urup
04	Jovió	14	Rup	24	Urupi
05	Manacá	15	Rupe	25	Ortiz
06	Massavi	16	Salvaterra	26	Sabala
07	Maconhão	17	Saboré	27	Ponhes
08	Maconho	18	Surubi	28	Ardaia
09	Muquissai	19	Surubim	29	Marçal
10	Parava	20	Suquerê - Suquere	30	Charopá

**Fonte:** Arquivo FUNAI, 2013.

A lista, segundo Quadro 03, elaborada a partir de estudos já realizados por diversos estudiosos, passou a nortear este trabalho, pois, à medida que esta investigação avançava, outras possibilidades nominativas iam surgindo através das relações de parentesco, sem que, no entanto, esses sobrenomes tivessem sido identificados no interior das comunidades Chiquitano.

Assim, o levantamento nominativo permitiu a identificação dos Chiquitanos presentes na sociedade cacerense, conforme mostraram as fontes documentais, mesmo tendo sua indianidade e nacionalidade negada ou questionada pelo olhar estereotipado da sociedade envolvente.

### 1.3. As escolhas metodológicas

Ao definir a metodologia, optou-se pela pesquisa histórica, pois o desafio a ser superado consiste em, a partir do presente, estabelecer um diálogo com o passado, tentando reconstruir na escrita as relações sociais cotidianas, estabelecidas em contexto educacional, trazendo à baila as contradições, os conflitos, as aproximações, as negações e negociações, fruto das relações interétnicas de grupos sociais que permeiam um mesmo espaço.

---

<sup>4</sup>A referência ao sobrenome Arruda se justifica na identificação do mesmo em algumas comunidades chiquitano, sendo necessário maiores estudos para identificar sua origem.

Nesse sentido, acredita-se ser necessário analisar a construção social/histórica do preconceito a partir da escola como instrumento de reprodução das relações excludentes e autoritárias presentes na sociedade, a partir da sociedade plural em que vivemos, onde as diferenças se manifestam no cotidiano, levando muitas vezes a conflitos ou a um nivelamento que homogeneiza as pessoas envolvidas numa economia globalizada, em que o homem vale pelo que tem e não pelo que é. Nesse sentido, o conceito de identidade cultural é abarcado como bom e progressivo, quando importado das nações consideradas desenvolvidas, ficando as demais associadas ao atraso ou compreendidas como exóticas.

Dessa relação complexa, é possível perceber a necessidade de buscar respostas, encaminhamentos e soluções. Nesse sentido, a problemática desta investigação consiste em, a partir do contexto da educação escolar, compreender as dicotomias produzidas historicamente entre os registros documentais e a realidade vivida, que marcam as relações de visibilidade e invisibilidade da presença da etnia Chiquitano no Município de Cáceres - MT.

Nesse contexto de inquietações, entende-se que a pesquisa surge como um instrumento capaz de compreender em profundidade a realidade que envolve a etnia em questão e a sociedade envolvente, possibilitando meios para transformá-la.

Assim, objetiva-se compreender, pela historiografia, como se estabelecem, no contexto de uma escola urbana de Cáceres, as relações interétnicas de identificação, afirmação e negação da identidade cultural dos sujeitos, cuja referência é a cultura Chiquitano, a partir de fontes documentais primárias, registros fotográficos, entrevistas e aporte bibliográfico, no contraponto de visibilidade e invisibilidade dos Chiquitanos.

Para tanto, se fez necessário o empenho em ampliar os conhecimentos na área da História, a fim de apreender os instrumentos necessários ao desenvolvimento da investigação, pois, na perspectiva de Costa (2010, p.195), "[...] o fazer história é distinto de escrever sobre a história. O primeiro é a história propriamente dita, o desenrolar dos fatos. O segundo é a historiografia, ou seja, o ato de se escrever a história”.

Conforme orienta a Nova História<sup>5</sup>, deve-se ater à construção de novos referenciais que darão sustentação aos estudos. De acordo com Rodríguez (2010, p.39), “lidar com fontes

---

<sup>5</sup>A Nova História é a corrente historiográfica correspondente à terceira geração da “Escola dos Annales”. Surgiu nos anos de 1970 e seu nome derivou da publicação da obra “Fazer a História”, organizada pelos historiógrafos Jacques Le Goff e Pierre Nora, segundo Burke (1992) no capítulo introdutório do livro *A Escrita da História: novas perspectivas*. O autor esclarece que a História Nova é uma reação deliberada contra a antiga História (Historia rankeana). Tal corrente pode ser compreendida como a história das mentalidades. Propõe que se estabeleça uma história serial das estruturas mentais das sociedades, e cabe ao historiador a análise dos dados. Disponível em: [http://ethohistoria.fflch.usp.br/sites/ethohistoria.fflch.usp.br/files/Burke\\_Nova\\_Historia.pdf](http://ethohistoria.fflch.usp.br/sites/ethohistoria.fflch.usp.br/files/Burke_Nova_Historia.pdf). Acessado: 08/01/2014.

históricas implica planejamento e procedimentos metodológicos, além do domínio de conceitos e categorias do Método da História. Para pesquisar em arquivos históricos, requer-se um preparo específico”. Nessa perspectiva, as fontes não falam por si só, elas dependem da maturidade epistemológica de quem as manipula.

Para Rodríguez (2010, p. 37):

Os historiadores visam à análise das sucessivas mudanças das estruturas econômicas e da formação das classes sociais ao longo do tempo. Procuram compreender e explicar esse processo dinâmico, a partir do estudo e da interpretação das ‘provas’, ‘vestígios materiais’, documentos disponíveis do passado. Essa tarefa requer critérios específicos para discriminar e selecionar as fontes que se pretendem analisar para entender os inúmeros fatos e fenômenos que aconteceram no passado.

Ainda nesse sentido, Santos (2004), ao discutir a metodologia científica e a construção do conhecimento nos diferentes tipos e níveis de pesquisas, afirma que "cada tentativa, seguida de avanços ou fracassos científicos, é um pedaço da história de uma necessidade humana, dividida e reconhecida por meios dos diferentes nomes com que se identificam as diversas ciências" (p. 21).

Assim, os resultados oriundos de pesquisas científicas não podem ser tomados como algo inquestionável, pois estão condicionados a um determinado momento histórico, bem como à “neutralidade” do pesquisador, compreendendo os critérios de escolha metodológica e a interpretação dos dados pelo investigador, segundo as teorias que o orientam.

Ao propor uma investigação científica, deve-se estar atento ao planejamento da mesma, afinal trata-se de uma atividade teórica e racional que exige do investigador preparo, dedicação e sensibilidade no trato com o seu objeto, a fim de obter respostas as suas indagações.

Para tanto, optou-se por uma abordagem qualitativa, cuja análise advém das fontes documentais primárias e orais, bem como registros fotográficos e observações, por compreender que a mesma “[...] enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes” (ANDRÉ; LÜDKE, 1986 p.13), bem como “uma das grandes postulações da pesquisa qualitativa é a de sua atenção preferencial pelos pressupostos que servem de fundamento à vida das pessoas” (TRIVIÑOS, 2006, p. 130).

Nesse sentido, é preciso considerar que:

Os princípios que caracterizam a abordagem qualitativa de pesquisa é a descrição, a interpretação, a procura dos significados para os fenômenos estudados. Deve-se tecer uma descrição e interpretação minuciosa dos dados coletados de forma crítica e consistente (OLIVEIRA, 2011, p.13).

Assim, propôs-se uma investigação que levasse a identificar e a compreender as contradições presentes no contexto histórico e social que marca a presença dos Chiquitanos em Cáceres e região, destacando o envolvimento dos mesmos e as relações estabelecidas no âmbito da escola, tendo como cenário o espaço urbano, na promoção de que os sujeitos obscurecidos pela historiografia emergjam e ganhem voz.

É importante ressaltar que se compreende a escola como “[...] espaço social em que ocorrem movimentos de aproximação e de afastamento, onde se criam e recriam conhecimentos, valores e significados [...]” (ANDRÉ, 1995, p. 41).

No intuito de buscar o preparo necessário para o desenvolvimento da pesquisa, considerou-se que, após definir a problemática a ser pesquisada e a delimitação do campo de estudo, era chegado o momento de definir a concepção teórica que iria subsidiar a análise. Dessa forma, buscou-se uma base teórico-metodológica bem definida, garantindo a cientificidade da investigação, pois se considera que:

O uso das fontes também tem sua história porque os interesses dos historiadores variam no tempo e no espaço, em relação direta com as circunstâncias de suas trajetórias pessoais e com suas identidades culturais. Ser historiador do passado ou do presente, além de outras qualidades, sempre exigiu erudição e sensibilidade no tratamento das fontes, pois delas depende a construção convincente de seu discurso. (JANOTTI, 2006; p.10).

Nessa perspectiva, na literatura disponível procurou-se identificar os tipos de fontes e o método necessário no manuseio das mesmas, antes de definir a metodologia.

Para tanto, coadunou-se ainda com Bacellar (2006) que aponta a pesquisa bibliográfica como necessária, pois fornece ao pesquisador o “olhar” daqueles que o antecederam no estudo em questão, indica ainda as precauções necessárias no desenvolvimento do estudo. Assim utilizou-se a pesquisa bibliográfica como um aporte necessário à investigação, buscando estudos que remetessem ao problema de pesquisa, no intuito de compor o referencial teórico que iria subsidiar as análises, bem como possibilitaria a ampliação dos conhecimentos, tanto da temática abordada, quanto das questões inerentes a ela.

Dessa forma, a investigação foi direcionada às fontes documentais, a fim de definir o campo de investigação, ou seja, o que e onde pesquisar. Conforme Melo (2010, p. 31), “[...] o valor e a originalidade desse tipo de pesquisa também pode ser aquilatado pelo apelo às fontes e aos métodos, no caso, legados escritos, testemunhos diretos ou contemporâneos do objeto a ser investigado”.

Ainda permeando por essa seara, tomou-se por base as palavras de Karnal & Tastch (2009), quando se referem à subjetividade da leitura que se faz de um determinado documento, que, mesmo havendo consenso sobre sua importância, pode gerar opiniões contrárias por parte de quem o manuseia.

Nesse sentido, outra observação no cuidado com as fontes documentais consiste em se ter clareza de que o documento reflete um determinado momento, assim deve-se considerar o contexto no qual foi produzido.

Conforme observa Oliveira (1998, p. 3):

Sabemos que a sociedade se desenvolve e se transforma e junto com ela, o homem também muda seu modo de pensar e de agir; as crenças e os valores oscilam e as relações sociais se modificam. Diante desse quadro, podemos questionar o modelo de ciência dito neutro, pois ele desconsidera esse momento histórico, tentando passar uma impressão de ciência descomprometida, sem qualquer interesse.

Dispostos a embrenhar nessa empreitada, buscou-se, por meio das incursões em arquivos de instituições públicas, documentos escolares, artigos de jornais, registros de nascimento, óbitos, entre outros, que pudessem auxiliar na compreensão das relações interétnicas em nosso município, tendo como referência o contexto social e escolar a partir de 1960.

Portanto,

Os distintos comportamentos devem ser estudados em correlação com as necessidades sociais geradas pelo processo histórico, as quais requerem novas posturas em relação ao cotidiano. Antagônicos, velhos e novos comportamentos são observados em luta, permitindo comprovar que isso ocorre na mesma medida em que são contraditórias as preocupações e as necessidades humanas que caracterizam as relações sociais (MELO, 2010, p. 27).

Na perspectiva de compreensão das tramas sociais operadas no contexto escolar, contou-se ainda com a observação, por compreendê-la como essencial no entendimento das demandas sociais que envolvem identidades culturais diferentes. Para tanto, observou-se a disposição em sala de aula, dos alunos que trazem as marcas da cultura Chiquitano, na organização dos espaços coletivos/sociais, na cooperação entre os sujeitos nas atividades pedagógicas, bem como procurou-se identificar se os traços de exclusão/inclusão que originam a negação ou não do Chiquitano como cidadão indígena, brasileiro e cacerense.

Assim, após a fase exploratória de nossa pesquisa foi eleita, como *locus* de investigação, uma escola do município de Cáceres que, por questões éticas, conforme dito anteriormente teve seu nome preservado, passando a identificá-la como escola E/D, buscando

compreender como esta escola atendeu ao longo do tempo as disposições legais que tratam da inclusão e do combate ao preconceito referente às questões étnicas.

Pois, os documentos produzidos a partir da escola poderiam fornecer os indícios de como, durante o recorte temporal estabelecido, a educação em Cáceres tratou de questões relativas à presença do aluno de origem Chiquitano.

A escola foi pensada a partir de um padrão eurocêntrico, que determinava o bom, o salutar e o progressivo, a partir dos valores europeus, e, apesar de ter evoluído muito nos últimos anos, ainda mantém resquícios de uma educação ancorada no enciclopedismo. Acredita-se que o educador torna-se a peça central nesse mosaico, pois tem como referência seus próprios conceitos construídos ao longo de sua vida, determinando sua postura frente às diversidades que, nesta propositura, se restringem às questões étnico-raciais.

Outro instrumento de coleta de dados adotado se constituiu nas fontes orais, em que os sujeitos envolvidos na investigação puderam livremente narrar suas impressões quanto à sociedade envolvente. Embora não se tenha constituído em um instrumento devidamente explorado em virtude das dificuldades de se obter autorização, reconhece-se a sua relevância como procedimento que corrobora para a manutenção da memória do grupo investigado, recorrendo a ele na ampliação da compreensão.

A História Oral é vista por uma grande maioria de pesquisadores como uma metodologia ou método de pesquisa que utiliza a técnica da entrevista para registrar as narrativas das experiências das pessoas, histórias que há muito as pessoas sabiam e contavam, mas que estavam à margem da documentação produzida pela História oficial (SARAT; SANTOS, 2010, p. 51).

Nesse sentido, buscou-se, através da oralidade, trazer ao cenário desta investigação fatos e acontecimentos obscurecidos pela historiografia, bem como evidenciar os registros de objetos que contribuem na manutenção da memória individual como parte de uma coletividade.

Sarat & Santos (2010), no texto "História Oral como Fonte: Apontamentos Metodológicos e Técnicas da Pesquisa", fazem profunda reflexão sobre a utilização da História Oral como fonte de pesquisa em suas análises, apresentam a relevância dessa fonte como forma de inclusão de fatos e de pessoas que, segundo eles, “estavam à margem dos registros oficiais”. Dessa maneira, é possível perceber o debate em torno da memória individual e coletiva que, segundo afirmam os autores, “[...] a geração atual, a nosso ver, está fundamentada no fato de que as experiências sociais, ainda que coletivas, podem ser percebidas pelas pessoas de forma única, e a elas se atribui um significado singular” (p. 56).

Posto dessa forma, considera-se que uma mesma situação vivida de forma coletiva pode ser percebida conforme as especificidades de cada pessoa.

Conforme argumenta Costa (2010, p. 195):

[...] o surgimento de novas abordagens, a visualização de novos aspectos de uma determinada realidade, resulta muito mais das transformações no tempo presente e da forma de inserção do pesquisador em seu próprio mundo do que propriamente da incorporação de novas fontes. Aliás, a própria incorporação de novas fontes denota uma preocupação com aspectos da realidade que eram, até então, relegados a um plano secundário.

Nessa concepção, propõe-se que o arcabouço deste trabalho de investigação se constitua na pesquisa bibliográfica e análise documental, esta necessária à reconstrução histórica dos fatos que marcam a presença dos Chiquitanos no município de Cáceres, descrevendo seu percurso, seu ingresso social e instrucional na escola, tendo em vista ser a escola um espaço de interação.

As observações possibilitam ao investigador captar as impressões, os comportamentos dos diversos sujeitos que figuram em um mesmo espaço social, revelando sentimentos mascarados com o tempo. As fontes orais visam ao registro das narrativas, no que diz respeito às relações constituídas no espaço urbano e à função que a escola desempenha nesse processo, valorizando assim, a memória.

As narrativas ou depoimentos, como meio de compreender situações ou informações que se revelaram durante outras etapas, tornam-se meios complementares para novos dados; e por fim, o registro em caderno de campo, necessário nos registros quanto à impressão da pesquisadora sobre os fatos presenciados, pelas etapas já elencadas.

No desenvolvimento da pesquisa, foram levantados dados que descrevem os significados culturais, a construção da identidade e a influência desse contexto escolar e urbano na visibilidade ou não dos sujeitos envolvidos, a fim de identificar a constituição do capital cultural dos alunos Chiquitanos no contexto urbano, ou seja, a classe social, as relações familiares, a religiosidade, as relações de gênero, a idade e a sua distribuição espacial.

Ao descrever os fundamentos que orientaram o recorte temporal adotado, elencam-se algumas características que justificam a escolha pelo período a partir de 1960.

O golpe militar de 1964 pode ser considerado como o início de um período conturbado da historiografia nacional, quando os direitos políticos foram suspensos, a censura se constituiu num aparelho de domínio e controle do cidadão, o uso da violência foi concebido



como meio de se manter a ordem, a educação se tornou um importante instrumento de construção ideológica, isso frente ao projeto de desenvolvimento nacional que prometia, entre outras metas, alavancar a economia brasileira.

No cenário implantado pela ditadura militar, buscou-se em um primeiro momento identificar como estava organizada a “sociedade” cacerense, tendo como referência cultural os chiquitanos. Para tanto, recorreu-se aos arquivos da Câmara Municipal de Cáceres, ao Arquivo Público Municipal de Cáceres, Cartório do Segundo Ofício de Cáceres, uma escola do Município de Cáceres e 2º Batalhão de Fronteira.

Ao analisar a documentação oficial, como atas, listas de alunos, indicações do legislativo, solicitações do executivo, comunicados, projetos, memorandos, boletins de informação interna, registros de nascimentos e óbitos e documentos da imprensa local da época, buscava-se indícios da presença dos Chiquitanos em Cáceres, e, por meio desse procedimento, pleiteava-se compreender como os Chiquitanos figuravam no cenário social cacerense, como eram percebidos.

Nesse sentido, pretendia-se identificar a participação dos Chiquitanos nos cenários concebidos como espaços sociais, nos quais a escola se configura como de extrema relevância, considerando a dinâmica social, política e econômica da sociedade vigente, diante das contradições ocorridas ao longo desse período. Conforme salienta Rodrigues (2010, p.36), “[...] a história é um processo contínuo, constituído por rupturas e descontinuidades, e não uma mera somatória de fatos, o estudo histórico é entendido como uma construção social, e não uma sucessão linear de fatos”.

O processo de reabertura política, gestado no início da década de 1980 e concretizado em 1985, corroborou para que os movimentos sociais no Brasil, com o apoio das diversas academias, organizações não governamentais, organizações religiosas entre outras, ganhassem mais expressão, conseguindo, pela Constituição Federal de 1988, o reconhecimento institucional de seus direitos. Porém, apenas a legislação não foi suficiente para garantir aos diversos grupos sociais marginalizados historicamente a efetivação da mesma na prática.

Ainda nessa perspectiva de recorte temporal, reconhece-se a importância da composição da Lei n.º 10.639/03, que alterou a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabeleceu as diretrizes e as bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". E, por fim, a Lei n.º 11.645/08 que modifica a Lei n.º 10.639, de 09 de janeiro de 2003, estabelecendo as

diretrizes e as bases da educação nacional, incluindo no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

Em consonância com a legislação, percebe-se a necessidade de compreender que:

[...] a democracia é, ao mesmo tempo, fundamento e finalidade do exercício da cidadania, a educação deve proporcionar a formação de cidadãos que respeitem a diferença e que, sem perder de vista o caráter universal do saber e a dimensão nacional de sua identidade, tenham garantido o direito à memória e ao conhecimento (MUNANGA, 2005, p.76).

Nesse sentido, considera-se a democracia como um avanço legalmente instituído, fruto de reivindicações dos movimentos sociais, com destaque para os povos indígenas e para os afrodescendentes, que observam esse momento como de reflexão, de transformação e de implementação do papel social da escola frente às diferenças. Conforme sugerem as Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais:

No Brasil a discriminação étnico-cultural e racial reproduz-se em vários contextos sociais das relações entre brancos/as e não brancos/as. A escola não se isenta dessas reproduções. Mesmo não sendo produtora de relações excludentes, acaba por refletir as tramas sociais existentes no espaço macro da sociedade (BRASIL, 2010, p. 76).

Enfim, este trabalho propôs-se a enveredar pelo campo da História para identificar e analisar a construção de um discurso que, construído a partir de fundamentos capitalistas, se sustenta na expropriação territorial, bem como na resistência dos indígenas que, apesar dos percalços, buscam na atualidade romper com a continuidade de práticas de (in)visibilização e de negação étnica, tendo em vista o processo de (re)organização desenvolvido pelos Chiquitanos brasileiros dispostos nas aldeias, e que, nesse movimento dialético, atinge também os demais indígenas organizados nos espaços urbanos.

## **CAPÍTULO II**

### **O SER CHIQUITANO DA FRONTEIRA: DA IMPOSIÇÃO DO ESTADO À CONSTITUIÇÃO ÉTNICA**

Rever a história dos Chiquitanos no Brasil é levar em consideração os conflitos vivenciados por essa etnia no processo de seu reconhecimento em território nacional. Ao contrário das demais etnias brasileiras, têm sido, ao longo do tempo, questionadas a sua indianidade e nacionalidade, resultado da luta de forças antagônicas entre essa etnia, fazendeiros e o próprio poder público na região fronteiriça entre o Brasil e a Bolívia.

Os elementos que sustentam esses questionamentos exige um resgate histórico da constituição da etnia Chiquitano, tendo em vista que o processo de colonização empreendido pelas coroas portuguesa e espanhola, o papel das missões, a educação ofertada pelos jesuítas, a construção da fronteira em território chiquitano e a presença na atualidade das forças militares e agropecuárias, mantêm reflexos na constituição do ser Chiquitano contemporâneo.

Ao versar sobre essas questões, pretende-se ampliar o entendimento dos múltiplos fatores que advêm das relações que se estabelecem entre a visibilidade e invisibilidade de homens e mulheres que transitam entre universos culturais diferentes, imprimindo nesse contexto de fronteira sua presença e participação.

#### **2.1. A chegada do Estado em territórios indígenas na fronteira**

A fragmentação do sistema feudal na Europa propiciou a constituição do Estado Moderno (século XV a XVIII), especialmente na Espanha e Portugal. Fundamentado no fortalecimento da autoridade do monarca, esse episódio contou com o apoio tanto da nobreza quanto da burguesia.

As duas coroas vislumbravam nas práticas mercantilistas meios para ampliar seu poder, manter os privilégios da nobreza, aumentar os lucros da burguesia por meio da expansão ultramarina e propagar a fé cristã satisfazendo a Igreja católica.

Conforme Castrillon-Mendes (2000, p.36):

Adotado pelas monarquias absolutas como sistema de reforma do Estado, o Iluminismo fortalece o poder real, tornando-o mais eficiente pelo uso da razão. A ação na colônia é marcada por esse sentido burguês de conquista sob um modelo de

metrópole que garantiu sua continuidade pela necessidade de extensão ultramarina. Novas forças emergem com base num governo forte, absoluto que é irradiado, na colônia, pela transferência do poder central através da figura dos administradores locais.

Nesse contexto, espanhóis e portugueses chegaram oficialmente ao continente americano entre os séculos XV e XVI, onde perceberam possibilidades de obter riquezas para suas respectivas coroas. A chegada dos colonizadores representou uma alteração profunda no modo de viver dos povos nativos, pois a base das relações humanas foi constituída por meio da exploração da mão de obra.

Ao considerar essa exploração humana e de recursos naturais como um dos principais motivos da colonização em sua fase inicial, não se pode preterir que consolidar essa base exigiu dos monarcas uma estratégia pela qual pudessem vencer a resistência dos indígenas e ao mesmo tempo garantir sua posse territorial frente às demais monarquias.

Para tanto, foi empreendido o uso da violência como forma de dominação dos ameríndios. Essa prática se desenvolveu de várias formas perpassando pela física, bem como pela consideração errônea de inferioridade dos indígenas, pois o pensamento de civilidade europeu desconsiderava outro modelo de sociedade que não se assemelhasse ao seu.

Quanto aos interesses relacionados à posse do território, as coroa portuguesa e espanhola trataram de, no âmbito político, construir acordos que estabeleciam os limites de posse entre ambas ao mesmo tempo em que tentavam impedir que outros reinos reivindicassem direitos sobre as Américas.

Garcia (2010), em seus estudos, apresenta uma análise dos conflitos oriundos das questões de limites territoriais entre Portugal e Espanha; argumenta que, a princípio, os interesses dos espanhóis se limitaram à utilização forçada dos povos indígenas como mão de obra, num segundo momento, a presença das bandeiras lusas e espanholas teve a preocupação em garantir a posse do território. Nesse sentido, as missões jesuíticas corroboraram para a concretização dos projetos espanhóis e, posteriormente, também os portugueses recorreram aos avanços de suas fronteiras no continente com o apoio fundamental dos religiosos.

Sobre essa questão, argumenta Silva (2007, p.63):

O principal objetivo das missões era a evangelização dos índios, o que se conseguia também por meio da celebração das frequentes missas, aproveitando-se do talento e o gosto indígena em expressões artísticas, como a música e o teatro, dentre outras, as quais eram utilizadas nas celebrações religiosas, nas procissões, nas festas etc. Garantia a obediência dos índios, pelo medo frente aos castigos divinos causadores de desgraças individuais.

Diante das dificuldades para lidar com os nativos, espanhóis e portugueses recorreram aos jesuítas que, ao chegarem a seus respectivos domínios coloniais, fundaram as missões que, *a priori*, tinham por objetivo propagar a fé cristã ao mesmo tempo em que impunham aos ameríndios os conceitos de civilidade europeus.

Ainda sobre o sistema colonial, pode-se considerar a eficiência dos jesuítas no processo de aproximação, em que a educação ofertada tanto na América espanhola como portuguesa consistia em educar na e para a fé, tendo como pilares de sustentação os princípios morais cristãos. Ressalta-se que essa estratégia ficou tão enraizada na constituição social brasileira que seus resquícios ainda podem ser percebidos no processo de educação formal.

Porém, mesmo que a colonização praticada pelos jesuítas tivesse sido eficaz no processo de catequização dos indígenas, não conseguiu sobrepor-se completamente aos referenciais culturais indígenas, que conseguiram preservar elementos das tradições étnicas.

A política mercantilista, à época, consistia no monopólio comercial da burguesia mercantil em negociar com as colônias, obtendo assim lucros extraordinários e beneficiando o Estado pelo pagamento de impostos. A lógica mercantilista adotada pelas coroas europeias tinha como base a exploração do então desconhecido Novo Mundo, extrair dessas terras suas riquezas e potencialidades.

A base da relação econômica entre Brasil e Portugal, ao longo do período colonial, se alternou, perpassando pela extração de madeira “pau-brasil”, pela monocultura da cana de açúcar (engenhos), extração de minérios, tráfico de escravos, entre outros, pois, conforme apresentado anteriormente, o papel da colônia era o de suprir as necessidades da metrópole.

Assim, as missões se tornaram importante espaço de dominação, marcando profundamente a cultura dos povos nativos, preteridos em função da lógica mercantilista, essa estratégia de dominação se sustentou até a chegada do capitalismo séculos depois, consolidando a classe burguesa no poder, mesmo depois do domínio luso espanhol.

## 2.2. A construção da Chiquitania

A Grande Chiquitania está geograficamente localizada na extensão do Grão-Chaco, ou apenas Chaco<sup>6</sup>, entre a margem esquerda do Rio Guaporé, a margem direita do alto Rio Paraguai e o norte de Santa Cruz de La Sierra/Bolívia.

Essa região, conforme figura 02, serviu de cenário para a edificação de missões na Bolívia, onde vários grupos étnicos foram reunidos em um mesmo espaço, conforme mostram as investigações de Silva (2007, p.15), esse complexo étnico, compreendido como Chiquitania, era formado por Samucos<sup>7</sup>, Paikoneka, Saraveka, Otuke, Kuruminaka, Kuravé, Koraveka, Tapiis<sup>8</sup>, Korokaneka, Paunak e os chiquitano.

A referência aos Chiquitanos fundamenta-se nos estudos empreendidos por Silva (2007), ao se referir aos mesmos como um grupo expressivo populacionalmente que, em função da língua e da supremacia bélica em relação às demais etnias, foram, no decorrer do tempo, tomados como importantes aliados na conquista de outras parcialidades, consolidando a presença missional na região. A respeito da superioridade bélica, a autora observa que “os chiquitano dominavam os Zamuco, pelo temor destes por suas flechas envenenadas [...]”. (p.22-23).

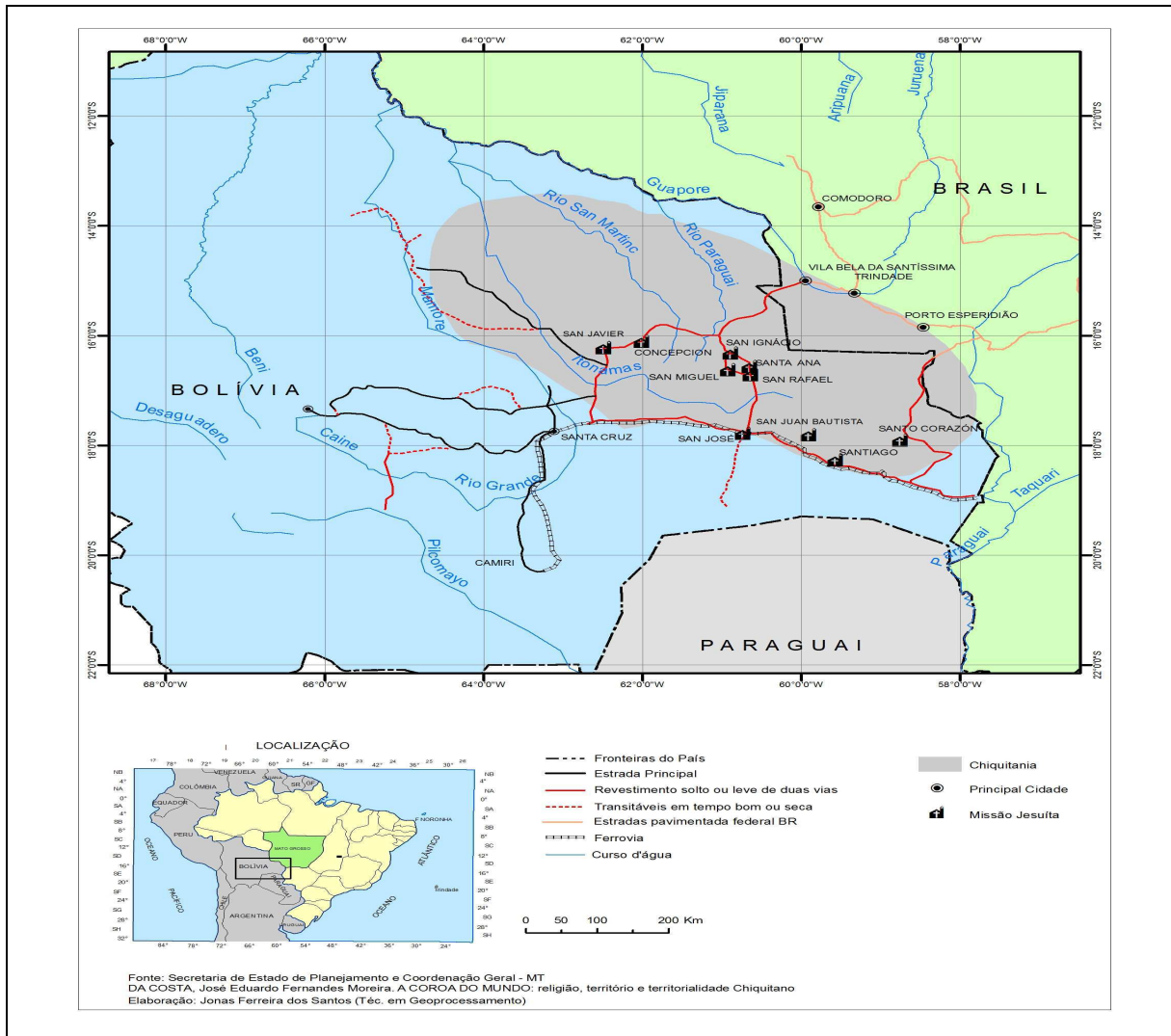
---

<sup>6</sup> Segundo Melatti (2011), trata-se de uma área plana, de baixa altitude, pouco inclinada. Essa área geográfica situa-se ao sul da Bolívia, oeste do Paraguai, norte da Argentina e ainda numa pequenina parte do oeste do Brasil. Fica entre a margem direita dos rios Paraná e Paraguai, de um lado, e o sopé dos Andes, de outro.

<sup>7</sup> Transcrito conforme texto da autora.

<sup>8</sup> Transcrito conforme texto da autora.

**Figura 02:** Localização da Missão de Chiquitos, que compreendia as terras de domínio espanhol e português, com destaque para as reduções



Fonte: SANTANA, 2012.

Segundo Garcia (2010, p. 50-51):

O que hoje se reconhece como povo indígena chiquitano é uma amálgama de vários grupos aldeados por missões religiosas durante os séculos XVII e XVIII na chiquitania, localizada entre a margem esquerda do rio Guaporé e na direita do alto rio Paraguai, ao norte da estrada de ferro Porto Quijarro – Santa Cruz de La Sierra.

As missões na região que compreendia a Grande Chiquitania, além de reunir sob o poder da Igreja católica diversas etnias que a habitavam, serviram ainda para resguardar a fronteira com a coroa portuguesa.

O avanço dos bandeirantes constituiu num elemento importante para mudança da política de ocupação do Oriente boliviano, por colocar em risco a possessão espanhola naquelas paragens. Assim os chiquitanos apresentaram-se como aliados

estratégicos na defesa do espaço colonial, capazes de obstar uma possível expansão dos domínios portugueses. (MOREIRA DA COSTA, 2006, p.51).

Com o objetivo de garantir os domínios territoriais e a expansão do cristianismo, o processo de formação da Missão de Chiquitos compreendeu várias etapas, sendo seu ponto de partida a criação da comunidade de San Javier. Localizada entre os Piñocas<sup>9</sup>, criada pelo padre José de Arce, em 1691, teve como característica os conflitos constantes entre os jesuítas e os escravagistas, por conta do comércio de escravos indígenas. Para Meireles (1989, p.142), “Na América espanhola, em alguns momentos, os jesuítas conseguiram apoio do governo para armar os índios, aliando seus interesses de proteção às missões aos interesses oficiais da guarda dos territórios da coroa”. Nesse sentido, as tensões constantes contribuíram para que armas de fogo fossem permitidas aos indígenas, que se tornaram agregados.

A comunidade de San Rafael, fundada em 1696, pelos padres Juan Baptista Zea e Francisco Hervás, pode ser compreendida como continuidade dos trabalhos da Companhia de Jesus, tendo como cerne de suas ações a expansão da fé cristã.

Ainda no projeto evangelizador, pode-se destacar a fundação das comunidades em direção ao sul da província, San José dos Chiquitos (1698), e mais a sudoeste em direção ao rio Paraguai, a redução de San Ruan Bautista (1698), reinstalada em 1716, próxima 20 léguas de San José.

Posteriormente, foram criadas San Miguel (1721), San Ignacio (1748), San Tiago (1754), Santa Ana (1755) e San Corazón (1760), cuja constituição só foi possível, segundo Meireles (1989), diante da situação de estabilidade vivida pelas comunidades anteriormente implantadas, que forneceu aos jesuítas um número expressivo de indígenas dedicados à expansão do cristianismo como base sólida da organização social e econômica empreendida pelos jesuítas.

Concepción teve sua fundação inicial no ano de 1699, por meio das obras do padre Lucas Caballero, mas não durou muito tempo. O contexto de formação apontado por Moreira da Costa (2006) dá conta que a mesma é o resultado de duas comunidades, ou seja, Concepción e San Ignacio, celebradas pelo padre Caballero.

Segundo Moreira da Costa (2006), esses agrupamentos tornaram-se um efetivo econômico, geográfico e humano, pois ao organizarem o território da Chiquitania, a Companhia de Jesus manteve a rota de acesso entre as reduções e Santa Cruz de La Sierra, através de San Javier, tornando-a um centro de aquisição e distribuição de mercadorias.

---

<sup>9</sup> Agrupamento étnico habitante da região compreendida como Grande Chiquitania.



As estratégias desenvolvidas pelos jesuítas a fim de se aproximarem dos indígenas consistiam em presenteá-los com ferramentas, oferecer a proteção da fé cristã e cuidados na área da saúde, combatendo as constantes epidemias.

Sobre essa questão:

Los colonos cruceños, los jesuítas y los indígenas que habían tenido ya contacto con los españoles, y por tanto ya inmunizados, eran los principales portadores de pestes y enfermedades a los nativos que vivían en su hábitat natural. Sobre los religiosos, numerosas fuentes testimonian cómo los jesuitas, obviamente sin quererlo, transmitieron a las naciones chiquitanas tanto el evangelio de Jesucristo como las epidemias. (TOMICHA, 2002, p. 370).

As epidemias entre os indígenas geralmente eram causadas pelo contato com espanhóis, jesuítas e indígenas infectados. Por dependerem de conhecimento no tratamento de determinadas moléstias, acabaram por desencadear um processo de aproximação, logo os jesuítas perceberam que a cura oferecida poderia ser explicada mediante os valores religiosos cristãos.

Los jesuítas enfrentaban las epidemias de los ranchos indígenas dando una gran importancia al aspecto religioso-sacral de la mentalidad indígena. En general, solían visitar los ranchos y cuando encontraban algún enfermo se cercioraban de la fe del nativo para aplicarle luego la imagen de algún santo con gran confianza puesta en la ayuda divina. (TOMICHA, 2002; p.371-372).

Segundo Silva (2007, p.57), “as missões serviam de proteção para os índios que fugiam do sistema colonial imposto pelos espanhóis, uma vez que, nesses lugares, a administração colonial não podia intervir”. Assim esses espaços também protegiam os indígenas de outros elementos, como a supremacia bélica empreendida pelo uso da pólvora, por espanhóis e portugueses que cruzavam a fronteira impondo às comunidades indígenas a sua dominação.

Sobre essa questão, Pacini (2012, p. 107) argumenta:

Estas relações interétnicas dos Chiquitanos na fronteira do Brasil com a Bolívia demonstram que o elemento da habilidade bélica é um aspecto relevante para o domínio do território tradicional que levou também ao afastamento dos mamelucos brasileiros e dos *encomenderos cruceños*. Ou seja, o elemento novo que alterou enormemente as relações interétnicas foi a chegada dos colonizadores da Espanha e de Portugal, de Asunción (Paraguai), Lima (Peru) ou São Paulo (Brasil), o que desequilibrou o processo mais igualitário de forças bélicas das diferentes etnias que viviam nas terras baixas da América do Sul. Essa diferença se deu principalmente por causa das armas de fogo e das epidemias que disseminavam doenças contagiosas desconhecidas e dizimavam aldeias inteiras ou até mesmo etnias.

Ainda pelas causas de aproximação, pode-se citar que a situação das comunidades indígenas acabou por compor o mosaico étnico chamado chiquitania, o qual advém também da falta de opções por parte desses povos, tendo em vista que se viam comprimidos entre os conflitos interétnicos, os encomendeiros<sup>10</sup> e os bandeirantes lusitanos.

Desde o início das missões, os Chiquitanos encontraram junto aos jesuítas uma maneira de conter os conflitos que viviam com os encomendeiros e escravistas, e, em troca, segundo Pacini (2012, p.117), "os Chiquitanos participavam ativamente nas expedições para a “conversão” de outras parcialidades ou etnias", consequência do temor que outras etnias nutriam em relação aos Chiquitanos, que dispunham de uma relativa superioridade bélica, conforme dito anteriormente.

A esse respeito, Tomichá (2002, p.308) argumenta:

La vida cotidiana de los chiquitos en el momento del contacto con los jesuitas se caracterizaba también por las constantes guerras con las diversas naciones vecinas. Durante los muchos años de conflictos bélicos, los chiquitanos habían alcanzado una cierta supremacía sobre las demás etnias, debido tanto a la valentía y coraje que demostraban en sus campañas militares como al empleo de un arma muy particular: las flechas envenenadas.

A proporção geográfica da missão exigia uma organização interna, tendo em vista o número reduzido de jesuítas para o grande contingente de indígenas, assim, como então manter a organização administrativa e social? Os estudos que remontam a esse período apontam que as negociações estabelecidas entre os jesuítas e as lideranças indígenas oportunizaram a consolidação das mesmas.

Em meio a esse processo de negociações, pode-se citar a instituição do Cabildo<sup>11</sup>, uma organização introduzida nas missões Chiquitano, como meio de mediar as relações sociais e administrativas.

A autoridade do governo da província era representada pela função de corregedor e os jesuítas eram considerados a autoridade máxima do conselho, cabendo a eles as decisões finais. Destaca-se ainda o papel desempenhado pelos caciques no conselho que, ao ostentarem um bastão de madeira com punho de prata, desfrutavam de prestígio social e autoridade junto aos demais indígenas.

---

<sup>10</sup>A encomienda era uma espécie de contrato, no qual os colonos assumiam a obrigação de alimentação, vestimenta e a catequese do indígena que, em troca desses benefícios, tinham de prestar todo tipo serviço ao encomendeiro. Nesta perspectiva, o encomendeiro era transformado num agente civilizador. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ihb/Textos/NMSousa.pdf> . Acessado em 26/12/2013.

<sup>11</sup>“Instância governamental que formava uma espécie de gabinete composto pelos caciques representantes das diversas etnias presentes em cada *pueblo* da Missão de Chiquitos”. (PACINI, 2012, p. 36).

Silva ressalta:

Outra modificação imposta pelo sistema jesuítico foi a hierarquização política, instituindo o cabildo, ou seja, estrutura por cargos políticos ocupados por índios das diferentes parcialidades, mas sempre encabeçado por um missionário, obviamente com bastantes poderes superiores aos dos outros. As autoridades indígenas eram utilizadas para garantir a manutenção da ordem, frente aos índios, oferecendo-lhes algumas regalias que os mantinham subordinados aos missionários (apud HOFFMAN, 2007, p. 63).

O cabildo, além de deliberar na administração, tornava-se responsável em manter a ordem local, inclusive cabendo às lideranças indígenas a aplicação das punições aos indígenas que cometessem infrações.

Durante el proceso reduccional, no solo los chiquitanos debieron adaptarse e integrarse a la nueva cosmovisión cristianeuropea transmitida por los jesuítas, sino que también éstos sufrieron un proceso de adaptación a las costumbres y mentalidade indígena.[...] este proceso de adaptación integral (exterior e interior, a nível de significados y significantes) fue vivido por los jesuítas em contacto con el ambiente sociocultural y con los propios neófitos chiquitanos durante los años de labor misional en la región (TOMICHA, 2002, p. 656).

Portanto, diante das proporções humanas e territoriais compreendidas pela Missão de Chiquitos, pode-se afirmar que sua prosperidade e duração só foram consolidadas devido ao movimento que possibilitou a representatividade étnica na administração, bem como ao intercâmbio entre a cultura cristã e a cultura dos indígenas nas reduções.

Em 1767, a exemplo do que aconteceu no Brasil (1759), os jesuítas da América espanhola também tiveram que deixar as missões. Com a saída dos jesuítas, a administração das missões ficou a cargo do governo colonial, o que significou na prática uma ruptura com os padrões sociais, econômicos e organizacionais anteriormente estabelecidos. Nesse sentido, o período pós-jesuítico caracterizou-se por conflitos internos, os quais se tornaram constantes, levando vários indígenas a tentar retornar as suas antigas comunidades ou cruzar a fronteira erguida entre as duas colônias imperiais.

A diminuição de assistência à saúde, outrora desenvolvida pelos jesuítas, ocasionou a proliferação de doenças, bem como as guerras pela independência da colônia espanhola (1809-1825), acabaram por ceifar muitas vidas. Assim, em 1850, frente ao esvaziamento das missões, o sistema missional da Chiquitania chegou ao fim.

Ao ressignificar informações do processo histórico e organizacional da etnia Chiquitano, percebe-se o papel desempenhado pelas missões na formação do ser Chiquitano,

pois a base de constituição desse povo na atualidade traz os resquícios de valores morais, culturais e religiosos que remontam ao período colonial.

Mesmo que a ação missionária tenha sido invasiva e objetivasse a transformação cultural daquelas populações, foi a partir dela que se iniciou o processo que culminou com a construção de uma identidade sob a qual essas populações evitaram desaparecer enquanto grupos etnicamente diferenciados (GARCIA, 2010, p. 63).

Dessa maneira, é possível perceber as estratégias desenvolvidas pelos povos indígenas do Chaco, que vislumbraram nas missões uma forma de preservar e agregar elementos para sua continuidade, porém a presença do Estado, efetivada pelos jesuítas, consolidou a fronteira que, mais do que limites entre Estados Nacionais, representou na prática o início da expropriação territorial das comunidades tradicionais, que, após essa ação missionária, passaram a ser identificados como Chiquitanos.

### **2.3. Da educação jesuítica à integração Chiquitano na fronteira brasileira**

Ao aportarem no continente americano, os jesuítas tinham uma missão: propagar a fé cristã e consolidar o modelo de colonização objetivado pelas coroas portuguesa e espanhola. A relação de dependência entre colônia e colonizador é um dos elementos do capitalismo comercial, ou seja, a expansão da política mercantilista européia, empreendida entre os séculos XV e XVIII.

A primeira ordem religiosa a se instalar no Brasil foi a Companhia de Jesus em 1549, subsidiada pela coroa portuguesa, e trazia na bagagem os princípios educacionais tomistas. Tinha como finalidade educar os indígenas, formar novos religiosos, ofertar instrução aos filhos dos colonos e impedir o avanço do movimento protestante.

Pois,

Sendo objetivo essencial da missão a evangelização e vindo os agentes dessa evangelização do mundo “civilizado”, passa-se facilmente ao suposto que civilizar é cristianizar e que para cristianizar se tem que civilizar. Todos os modos de vida civilizada, que na escola têm um tempo e lugar privilegiado, são tidos como condições indispensáveis para atingir os objetivos da missão (MELIÁ, 1979, p.46).

Imbuídos em alcançar os objetivos propostos, os jesuítas iniciaram suas atividades dispostos a salvar as almas pagãs pela catequização, adotando um processo de educação formal que consistia em batismo, dar nome cristão aos índios, ensinar a língua oficial e promover a aceitação das regras morais do Ocidente, especialmente para subjugar o poder local e as estratégias tradicionais de organização e produção.

A educação dos indígenas, além de seguir o padrão europeu de comportamento cultural que desacreditava toda e qualquer cultura diferente daquela estabelecida, tornou-se ainda importante instrumento político de dominação portuguesa.

Para Meliá (1979, p.43):

Aos jesuítas, “coube-lhes desempenhar as funções de agentes de assimilação dos índios à civilização cristã. Em termos práticos, isso significa que os jesuítas conduziram a política de destribalização, entre os indígenas que optaram pela submissão aos portugueses e desfrutaram da regalia de “aliados”.

Essa submissão, no entanto, foi marcada por um histórico de dominação por armas de fogo e doenças que levaram algumas etnias a se aliarem para sobreviverem como grupo, dentro do caos instaurado.

A presença dos jesuítas no Brasil colonial, a exemplo do ocorrido nas Missões espanholas ao utilizarem instrumentos de dominação similares, tornaram-se importante elemento a serviço do Estado português ao servirem de mediadores no processo de assimilação pelos indígenas da ideologia dominante, que tinha como sustentáculo a exploração da mão de obra. Para tanto, a educação formal aplicada aos ameríndios se dedicava especialmente a combater os hábitos considerados “selvagens” e a promover a consolidação do Estado português.

Dentre os elementos a serem combatidos, destacavam-se a nudez, a antropofagia, as relações intertribais, a territorialização e a variação linguística, além, é claro, do paganismo, considerado demoníaco. Impedir a nudez e a antropofagia tinha em seu cerne motivações morais.

Entretanto, as relações intertribais se constituíam pilares políticos, tendo como objetivo a conservação e a manutenção do território, das comunidades e dos saberes ancestrais, colocados em risco pela invasão dos colonizadores.

As relações de proteção mútua estabelecidas por meio de alianças também podem ser compreendidas como forma de combater as divergências entre as etnias presentes na região. Os conflitos interétnicos se apresentavam aos colonizadores como um mal a ser extirpado em nome da soberania do Estado em terras brasileiras, para tanto combater tais conflitos se apresentava como fundamental no projeto colonizador.

Diante das dificuldades dos religiosos em “transformar” os indígenas adultos, optaram então por trabalhar com as crianças, ensinando-lhes a língua, o que facilitou o contato com os

demais membros do grupo, colocando-as na condição de interlocutores com os pais e outros membros do grupo.

Nessa relação, observa-se que os jesuítas, sabendo que seria mais fácil instruir nos princípios cristãos as crianças, projetaram nelas a concepção de “projeto de futuro”<sup>12</sup> para servir aos interesses do Estado.

Ao longo do século XVI, os padres e irmãos acreditavam na idéia de que as crianças indígenas bem doutrinadas e educadas na virtude serviriam para substituição de gerações e relatavam aos seus superiores, com muita alegria e esperança, exemplos bem-sucedidos. Nesses relatos, louvavam os meninos educados que passavam a abominar os costumes de seus pais. Além de progredirem na doutrina, os meninos repreendiam e delatavam seus pais e os mais velhos que teimassem em praticar, às escondidas, seus horríveis costumes (GRANDO, 2004, p.77).

A proposta educacional encampada pelos jesuítas, segundo Grandó (2004), além de priorizar a fé e a moral ocidental na conversão das “crianças”, consistiu em um rígido sistema disciplinar, premiações por desempenho, negação da sua origem, bem como a preparação para o trabalho como mão de obra. Assim, o projeto pedagógico aplicado aos indígenas atendia os ideais da coroa portuguesa ao propiciar a usurpação de territórios e desagregação dos elementos culturais indígenas em nome de uma política integracionista.

É preciso pensar que essa proposta educacional priorizava a fé e a moral ocidental em detrimento do conhecimento intelectual para a maioria da população, uma proposta pautada em uma pedagogia livresca e no formalismo pedagógico, tornando a pedagogia cristã realmente efetiva no projeto de dominação de um grupo sobre outros.

Esse modelo de educação formal implantado pelos jesuítas, segundo Rosário e Silva (2004, p. 06), pautava-se na pedagogia humanista<sup>13</sup> ornamental que trazia marcas da herança “anticientífica” do “*Ratio Studiorum*”.

A Companhia de Jesus permaneceu no Brasil por 210 anos (1549-1759), quando então foram expulsos por ordem de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, que, ao assumir a Secretária do Estado do Reino, não via com bons olhos a presença dos jesuítas, pois entre outras coisas observava o acúmulo de poder dos mesmos, tendo em vista que só deviam obediência ao Papa e, por serem contra a escravização dos indígenas, dificultavam a abertura de mais uma fonte de exploração econômica em prol da coroa portuguesa, ou seja, os

---

<sup>12</sup> O termo faz referência ao modelo de educação formal pensado para atender aos interesses e necessidades do Estado, para quem a infância era considerada uma fase em que o sujeito criança estava invisibilizado socialmente, somente sendo percebido enquanto esboço de futuro cidadão.

<sup>13</sup> Objetivava a formação de novos sacerdotes.

jesuítas representavam, na visão de Pombal, um empecilho à ampliação do sistema de exploração.

As ideias do Marquês de Pombal, na perspectiva de Silva (2011, p.73), “[...] vinham do movimento iluminista, fundamentada na razão do Estado, o qual estava centrado em motivos econômicos, no sentido de intensificar o comércio”. Para implementar essas ideias, a “escravização indígena” deveria ser ampliada e a Companhia se opunha à exploração dessa mão de obra.

Com a expulsão da Companhia de Jesus do Brasil, o sistema educacional implantado por eles foi substituído pelas “aulas régias”<sup>14</sup>. Esse modelo de educação pode ser considerado o primeiro sistema de ensino público no Brasil, sua gênese consistia no enciclopedismo e se manteve voltado para atender aos interesses do Estado.

Ferreira da Silva (Apud Grando, 2004, p. 93), ao analisar o contexto histórico de desenvolvimento da educação escolar no Brasil, afirma que “a invasão das áreas tradicionais e a submissão política das populações nativas, atreladas à pilhagem e à destruição de suas riquezas, têm sido, desde o século XVI, o resultado de práticas que sempre souberam aliar métodos de controle político a algum tipo de atividade escolar civilizadora”.

A estudiosa destaca ainda que “São vários os documentos que apontam uma relação intencional dos governos entre a educação escolar indígena e o processo de desocupação dos territórios indígenas para a ocupação de civilizados” (p.93); nesse sentido, percebe-se a intrínseca relação entre Estado e educação, sendo essa última utilizada a serviço do primeiro na constituição do Estado Nação.

Ao se ampliar os pilares de sustentação do sistema educacional formal no Brasil, não se pode preterir que, desde o período colonial, a educação proposta aos indígenas sempre foi respaldada pela perspectiva de integração.

As reformas que levaram a significativos avanços teve seu início na década de 80, com a organização de grupos populares como negros, camponeses e indígenas que reunidos em fóruns de debate buscavam uma educação escolar que contemplasse suas especificidades, com destaque ao acesso, à permanência e conclusão desses sujeitos na superação das dicotomias produzidas pela reprodução de uma educação voltada para a “comunhão nacional”.

Segundo GRANDO (2004; p.99):

---

<sup>14</sup>Segundo Albano; Stamatto (2008; p.02), “As aulas régias buscavam dar as disciplinas uma utilidade para a vida cotidiana do homem”. Disponível em [http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais/st\\_trab\\_pdf/pdf\\_st1/paula\\_albano\\_st1.pdf](http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais/st_trab_pdf/pdf_st1/paula_albano_st1.pdf). Acessado em 18/11/2013.

[...] para os povos indígenas, a luta pela terra está aliada ao processo de afirmação étnica, e **o direito à educação escolar diferenciada não se refere somente ao direito à escola, mas ao reconhecimento de processos próprios de aprendizagem**, isto é, cada povo tem direito à própria forma de aprender e ensinar na sua cultura. Assim a educação escolar passou a ser pauta de encontros regionais, nacionais e internacionais expressos em diversos documentos. (Grifo nosso)

O contexto de discussões envolveu ainda universidades, organizações religiosas, organizações não governamentais, movimentos sociais e Estado na elaboração de legislações que contemplassem os interesses das populações indígenas.

Os embates e reivindicações culminaram com avanços significativos para os indígenas na Constituição de 1988, porém, ao se conceber as populações indígenas em constante movimento de fricção com a sociedade envolvente, não se pode desconsiderar que os avanços educacionais operados no interior das comunidades indígenas não se refletiam nas unidades urbanas e camponesas controladas pelos não índios.

Assim, a legislação que trata dos parâmetros educacionais brasileiros, onde se destaca a Lei 10.339, de 09 de janeiro de 2003, posteriormente substituída pela Lei 11.645, de 10 de março de 2008, que tornaram obrigatória a inserção de estudos da história e cultura dos africanos e indígenas nas escolas, propiciou uma nova forma de educação, em que as diversidades se confrontam e dialogam entre si, oportunizando a interculturalidade dos trabalhos pedagógicos. A essa questão, retornar-se-á no Capítulo III do texto dissertativo.

A referência ao modelo de educação formal implantado no Brasil justifica, portanto, ampliar o contexto histórico das relações entre indígenas e Estado, sendo esse processo mediado pelos religiosos. Compreende-se que, embora sendo a colonização desenvolvida por coroas diferentes, quando se tratava de regiões de fronteira na América do Sul, parece evidente que tanto a coroa portuguesa quanto a espanhola influenciaram o comportamento histórico de seus habitantes.

Portanto, ao buscar compreender como se constitui o chiquitano na atualidade, faz-se necessário recorrer ao processo histórico de sua constituição, bem como identificar os efeitos da educação jesuítica desenvolvida no interior das Missões nessa região de fronteira uma vez que, no início da colonização, o domínio do Estado estava em mãos espanholas.

Esse processo histórico auxilia na compreensão da identidade étnica dos Chiquitanos em sua fase inicial e que, com a consolidação da fronteira, terminou por agregar elementos culturais da colônia portuguesa.



#### 2.4. O Estado constituído na fronteira

No desenvolvimento dessa investigação histórica, não se pode preterir os elementos constituidores da fronteira, assim, como parte desse estudo, foram elencados os tratados firmados entre Portugal e Espanha, bem como a criação da Capitania de Mato Grosso e de Vila Maria do Paraguai, considerando suas implicações na consolidação dos limites territoriais entre Brasil e Bolívia, a partir do Estado de Mato Grosso.

Ao se fazer referência à invenção da fronteira, consideraram-se as transformações na configuração do território Chiquitano, empreendidas pelas coroas imperiais, o que contribuiu sobremaneira na constituição do ser Chiquitano na atualidade.

O advento mercantilista e a disputa territorial empreendida por Portugal e Espanha, durante o período das grandes navegações, originaram vários tratados que pretendiam legitimar as conquistas dessas coroas em territórios da África, Ásia e América. A identificação da América por Cristovão Colombo, em 1492, ampliou as disputas entre as coroas, pois que cada uma buscou garantir seus interesses e reafirmar seus poderes.

Para tanto, em 1494, foi assinado o Tratado de Tordesilhas entre Portugal e Espanha, conforme figura 02, dividindo as terras da América entre ambas. Definido a partir de um meridiano a 370 léguas a ocidente de Cabo verde, estabelecido como linha divisória, sendo as terras a oeste dos espanhóis e as terras a leste dos portugueses.

Entretanto, esse tratado não fornecia, a espanhóis e portugueses, precisão dos limites de fronteira entre as colônias, tomando por base a denominação atual dos limites fronteiriços entre Brasil e Bolívia.

Frente ao desenho de fronteira esboçado no século XV, Mato Grosso pertencia legalmente à Espanha, o que na prática não se concretizou. Com o advento de intensificação dos preceitos que orientaram o modelo colonizador, a partir do século XVI, sendo sua base a exploração de recursos naturais e humanos, as bandeiras portuguesas, assim como os encomendeiros espanhóis, avançaram em busca de riquezas e do apresamento de índios.

Esse intenso fluxo de pessoas no interior de suas respectivas colônias fazia com que os limites territoriais entre ambas não fossem respeitados, desencadeando conflitos entre as missões, geralmente localizadas em regiões limítrofes de ocupação entre as coroas e as bandeiras, bem como a crescente preocupação entre os respectivos monarcas que temiam pela garantia de suas conquistas.

Araujo (2001, p.86) enfatiza que:

A imagem da fronteira produzida historicamente é constitutiva do movimento da conquista, da fortificação e do povoamento dos “espaços vazios”, determinando a relação entre o colonizador e o colonizado que, no século XVIII, se projeta em forma de tratados e acordos diplomáticos. Atitude que fixa “a priori” o sentido do contato e seus resultados.

Na perspectiva de espaço a ser “preenchido” associado a interesses econômicos de consolidação do Estado nacional, observa-se a diversidade cultural que adveio desse processo que envolveu portugueses, espanhóis e indígenas na constituição de Mato Grosso.

## **2.5. O Chiquitano na constituição de Mato Grosso**

O território que hoje constitui o Estado de Mato Grosso pertencia oficialmente, no século XVIII, à Capitania de São Paulo, que mantinha como base de sua economia entre outros, o tráfico de índios, comumente utilizados como mão de obra. A organização dessas bandeiras que se dedicavam ao apresamento de índios pelo sertão brasileiro desencadeou a ampliação do território nacional com a descoberta de zonas auríferas.

A compreensão dos efeitos da descoberta do ouro na colônia pode ser considerada a partir da localização de minas auríferas na Capitania de Minas Gerais, o que contribuiu sensivelmente para o aumento de bandeiras em direção ao interior do Brasil.

Nesse sentido, as bandeiras paulistas terminaram por se destacar, ocupando relevância no processo de domínio da região que, posteriormente, seria denominada Mato Grosso.

O interesse na localização de novas zonas auríferas promoveu a entrada de bandeiras que, ao se depararem com as etnias da região mato-grossense, empreenderam lutas desiguais por dominarem o uso da pólvora. Porém a resistência em se deixarem conquistar pelos colonizadores levou as etnias a desenvolverem alianças, mudança de localização e a usarem os conhecimentos sobre a região em seu favor na luta contra os invasores.

O minério disputado e desejado por ambas as coroas promoveu ainda o trânsito de espanhóis e portugueses na região fronteira, dando assim novos contornos e significados, pois a posse do território garantiria o acesso e a exploração dos recursos minerais identificados.

De acordo com Januário (2004, p.76):

Ainda no século XVII a América Ibérica foi sacudida pelos conflitos entre bandeirantes paulistas e colonos espanhóis nas regiões meridionais do continente,

causados pelo avanço dos paulistas sobre as terras consideradas da coroa espanhola, apesar de serem todos, neste momento, súditos de um mesmo rei (união das Coroas Ibéricas). A penetração dos bandeirantes paulistas pelo interior do continente, à procura de índios e metais preciosos, culminou com a ocupação da região hoje pertencente a Mato Grosso.

A ambiguidade dos reais limites entre as colônias espanhola e portuguesa contribuía para que de ambos os lados houvesse invasões, o que colocava em risco os interesses dos dois reinos e criava conflitos constantes com as missões localizadas nas imediações de fronteira.

Em meio a esse cenário de busca de riquezas e conflitos étnicos, toma-se como base a criação da Capitania de Mato Grosso no intuito de ampliar a compreensão do Tratado de Madri (1750) e suas consequências para os habitantes históricos da região, destacado a presença da etnia Chiquitano.

Movido por interesses econômicos, observa-se o movimento em direção ao oeste da colônia portuguesa, quando a bandeira de Manoel Campos Bicudo<sup>15</sup>, entre os anos de 1673 e 1682, atingiu a atual cidade de Cuiabá, retornando com a notícia de abundância de índios na região. No entanto, a chegada da bandeira de Antônio Pires de Campos, Filho de Manoel Campos Bicudo, só ocorreu em 1716, quando então atacou e capturou índios Bororo.

Segundo Siqueira (1997), somente em 1719 a bandeira paulista de Pascoal Moreira Cabral, após empreender luta contra os índios Bororo<sup>16</sup>, conseguiu consolidar sua posição na região denominada São Gonçalo Velho, onde, às margens do rio Coxipó-Mirim, acabou por encontrar ouro. Surge, assim, Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, primeiro povoado do que posteriormente se tornaria a capitania de Mato Grosso.

O fato de terem os bandeirantes paulistas encontrado ouro mudou o rumo de sua marcha, pois, ao invés de continuarem dando caça aos índios, terminaram por fixar-se na região, construindo casa, levantando capelinha. Esse primeiro povoado denominou-se São Gonçalo Velho (SIQUEIRA, 1997, p. 12).

Na sequência, ocorreu a descoberta de ouro na localidade de forquilha (margens do Rio Coxipó-Mirim) e as lavras do Sutil (um braço do Rio Cuiabá), promovendo um intenso fluxo de pessoas para a região com o objetivo de enriquecimento, pela extração do minério, comércio ou produção de bens necessários às pessoas que ali se estabeleciam.

---

<sup>15</sup>Manoel de Campos Bicudo foi um bandeirante pioneiro na penetração do Oeste brasileiro, no início do século XVII.

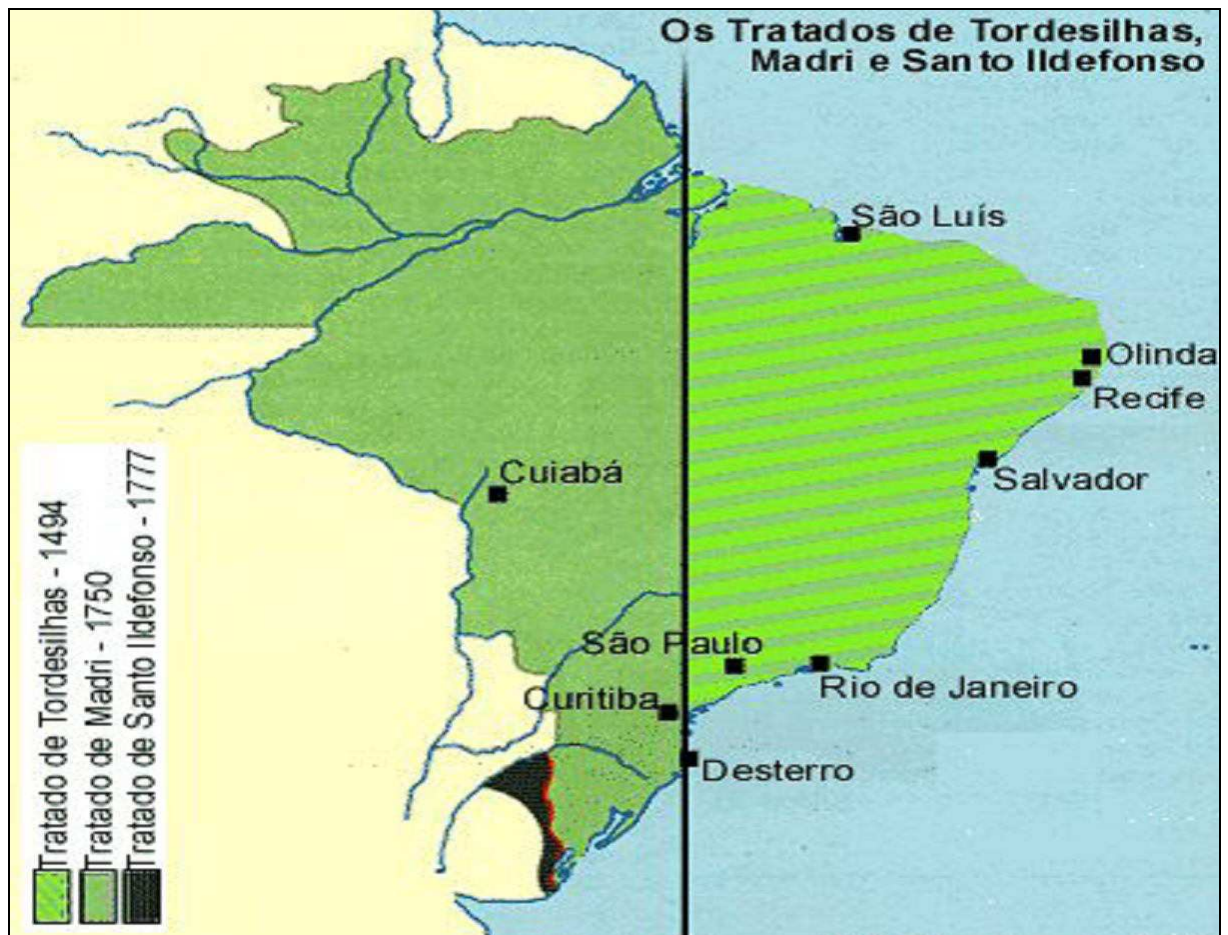
<sup>16</sup>Grando (2004), em seu estudo intitulado: “Corpo e Educação: As Relações Interculturais nas Práticas Corporais Bororo em Meruri-MT”, faz referência às várias denominações dos não índios aos Bororo, como: Porrudos, Coxiponé, Araripoconé, Cuiabá, Cabaçais, Bororo da Campanha ou Aravirá, Coroados, Orarimugodoge. Augusto de Leverger constatou, somente em 1851, tratar-se da mesma etnia.

Iniciado o processo de exploração aurífera, a coroa portuguesa passa então a incentivar o povoamento da região como estratégia de garantir a posse da terra e ampliação de seus domínios na fronteira oeste.

A descoberta de novas minas na região do Rio Guaporé determinou um deslocamento populacional para essa região, a fim de explorar o minério que brotava do subsolo mato-grossense. Nesse contexto, a prática do comércio se firmou como meio de garantir a subsistência do povoado que se formava.

Esse cenário ampliou a necessidade do Império lusitano de assegurar a posse da região. Assim, pela Carta Régia de 09 de maio de 1748, por decisão de D. João V, Mato Grosso é desmembrado da capitania de São Paulo e elevado à condição de capitania, com isso a coroa previa garantir o extremo oeste da colônia, a região do rio Guaporé. Mesmo com esse documento, mas ainda em vigor o Tratado de Tordesilhas, temendo que todas as conquistas portuguesas pudessem ser reivindicadas pelo império espanhol, foi assinado em 1750 o Tratado de Madri, como mostra a Figura 03.

**Figura 03:** Tratados de Limites entre os tronos Ibéricos



Fonte: Pacini, 2012.

O tratado de Madri, firmado entre os governos ibéricos, foi gestado na superação do tratado assinado em 1494, o Tratado de Tordesilhas. Esse novo acordo, ao contrário do anterior, considerou rios e montanhas, tendo em vista que alguns mapas do interior das colônias já haviam sido produzidos. Este, por sua vez, teve como base o “*Uti Possidetis*”<sup>17</sup>.

O Tratado de Madri, assinado em 1750 na cidade de Madri, visou por fim aos conflitos diplomáticos entre as coroas, ao definir o limite territorial entre elas. Esse acordo previa vários benefícios à coroa portuguesa, dos quais pode-se destacar a ocupação militar do território dos Sete Povos das Missões na região Sul do Brasil, ressaltando a qualidade de suas terras, o que permitiria aos portugueses as práticas agrícolas, bem como o controle dos principais rios da capitania de Mato Grosso, possibilitando acesso à Capitania do Grão-Pará e Maranhão, garantindo assim o comércio entre Vila Bela da Santíssima Trindade e Belém e a possibilidade de se estabelecer comércio com Santa Cruz de La Sierra, Potossi e Missões espanholas de Moxo e Chiquitos, tendo em vista a distância entre essas povoações e o porto espanhol instalado em Buenos Aires.

Chaves (2011, p.19) considera que:

A partir desse acordo, destacamentos militares, fortificações e povoações foram erigidas com o intuito de garantir a defesa político-territorial e a livre navegação com o Estado do Grão-Pará e Maranhão. A companhia geral do comércio do Grão Pará e Maranhão, criada pela Coroa em 1755, tinha como missão abastecer as capitanias da Amazônia portuguesa e de Mato Grosso e, nas décadas de 1760-1770, procurou por meio do contrabando oficial, introduzir mercadorias nos povoados espanhóis vizinhos, com a finalidade de obter a prata extraída do altiplano andino.

Dessa forma, o Tratado de Madri beneficiou sobremaneira a coroa portuguesa, oficializando a posse sobre a região do atual Mato Grosso, consolidando os domínios de Portugal em terras espanholas.

Como símbolo de demarcação da fronteira entre as colônias, foi fixado na foz do rio Jauru, em 17 de janeiro de 1754, o Marco do Jauru uma peça arquitetônica trazida da Europa, lavrada em mármore e que traz gravada em suas faces as armas de Portugal e Espanha. Atualmente, essa peça que compõe o patrimônio histórico material de Mato Grosso, hoje fixada na Praça Barão do Rio Branco, centro da cidade de Cáceres, como mostra a Figura 04.

---

<sup>17</sup>Trata-se de um princípio de Direito Internacional o qual os países que de fato ocupam um território possuem direito de posse sobre este. Disponível em: <http://fatoshistoricosdobrasil.blogspot.com.br/2012/02/uti-possidetis-post.html>. Acessado: 18/11/2013.

**Figura 04:** Marco do Jauru, localizado na Praça Barão do Rio Branco, Cáceres- MT



Fonte: Adriana Nezeir de Almeida Duarte, 2013.

Como foi possível observar no contexto histórico da constituição dos limites territoriais entre as coroas, não bastavam apenas os acordos, era necessário consolidar a posse da terra. Em função disso, ao escolher a sede da recém-criada Capitania, foi considerada estratégica sua posição geográfica na consolidação da fronteira. Para tal, foi criada, em 1752, Vila Bela da Santíssima Trindade, por nomeação do então governador Antonio Rolim de Moura, tornando-se a sede da Capitania de Mato Grosso.

A sede da nova capitania, no entanto, ficava muito distante de Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, sendo necessários vários dias de viagem para chegar à capital. Nesse sentido, mesmo havendo a presença de indígenas na região, este espaço era concebido pelos administradores locais como um grande vazio demográfico que favorecia a entrada de espanhóis em terras conquistadas pelos portugueses, cujas descobertas auríferas na região do Guaporé mobilizavam um grande fluxo de pessoas, demandando a necessidade da coroa portuguesa ampliar seu aparato administrativo.

A esse respeito, argumenta Januário (2004):

[...] o surgimento de Cáceres relaciona-se ao período do ciclo do ouro em Mato Grosso, quando, “em 1722, sob o governo de Luís Pinto de Sousa Coutinho, criou-se um registro no ponto em que a estrada de Cuiabá a Vila Bela atravessava o Paraguai, a fim de se registrar o ouro que por ali passava e evitar defraudações do meio-quinto, de que estavam isentos os moradores de Vila Bela. No local, mandou o governador Luis de Albuquerque, em 1778, lançar as bases de uma povoação com o nome de Vila Maria (apud NUNES, p.80).

Assim, por determinação do 4º Capitão-General Luis Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, nasceu Vila Maria do Paraguai, em 06 de outubro de 1778, situada à margem direita do rio Paraguai. O nascimento de Vila Maria, atual cidade de Cáceres, surgiu como solução

aos fatores elencados anteriormente e diante da “urgência” portuguesa em povoar essa região, os indígenas considerados “mansos”<sup>18</sup> foram “acolhidos” pela coroa portuguesa e utilizados na constituição populacional da Vila.

Segundo salienta Januário (2004):

A população local contava, no século XVIII, com a presença de índios oriundos dos domínios castelhanos de Chiquitos e Mojos. Além destes grupos, destacam-se também os da etnia Bororo que, no contato com negros e brancos, deram origem e traços característicos aos grupos que habitam hoje essa região (p.82).

Portanto, na construção do núcleo urbano, destaca-se a presença dos Chiquitanos, pois, segundo Moreira da Costa (2006, p. 110) “[...] Inicialmente, as missões religiosas espanholas e mais tarde, as Vilas e destacamentos militares portugueses, visando à incorporação de mão de obra de índios mansos, objetivavam promover a ocupação territorial e a produção econômica para o abastecimento do mercado”, assim, considerados índios “mansos” tornaram-se fundamentais na edificação da atual cidade de Cáceres-MT, figurando como parte do processo de constituição social local.

Castrillon–Mendes (2000, p.54) menciona:

O novo local por ser ‘chave’ para a manutenção é a porta de entrada para os novos caminhos que se formam com ‘forças bastantes’ e, para o seu povoamento, incentivos e concessão de privilégios são oferecidos. A gradação em ‘ordenar’, ‘conceder’ e ‘convidar’, dá a idéia do grau de interesse no povoamento, cujo movimento gera respeito entre as populações confinantes.

No processo histórico de criação da fronteira entre Brasil e Bolívia, é possível localizar a etnia Chiquitano, com sua nomeação atrelada às missões jesuíticas. A saída dos jesuítas das Missões espanholas por determinação da administração colonial desencadeou conflitos entre os indígenas e os novos administradores da missão. Em associação a esse evento, as guerras de independência da Bolívia (1814-1824) e do Chaco associam elementos que contribuíram para que diversos indígenas deixassem as reduções, refugiando-se para além do conflito.

Alguns indígenas retornaram as suas comunidades ancestrais, outros permaneceram nas reduções e alguns cruzaram a fronteira buscando a proteção do império português, sendo acolhidos pela administração portuguesa, que, conforme se visualizou anteriormente, buscava consolidar a fronteira e isso só seria possível com o seu povoamento por nativos.

---

<sup>18</sup> Segundo Meireles (1989), essa denominação refere-se aos indígenas que aceitavam a catequese e a “conquista” portuguesa.



Moraes (2003, p.25) argumenta:

Vila Maria do Paraguai integrava uma rede urbana idealizada pelo governador Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres que fazia reverberar a política posta em prática pela metrópole. Esta rede foi organizada de maneira a pontilhar os espaços conquistados com a fundação de povoações, vilas e fortificações, garantindo assim a consolidação da fronteira territorial entre a Capitania de Mato Grosso e a América castelhana.

Portanto, a fundação de Vila Maria do Paraguai atendeu aos objetivos traçados pela administração colonial portuguesa ao garantir os limites territoriais em terras anteriormente concebidas como espanholas, tomando como parte desse projeto os indígenas da região, onde se destaca a participação da etnia Chiquitano, que ocupou relevância no decorrer desse processo de colonização.

## **2.6. O Chiquitano da fronteira na consolidação do Estado de Mato Grosso a partir de Cáceres**

Ainda no sentido das causas de fundação de Vila Maria do Paraguai, atual cidade de Cáceres, talvez o mais relevante aos “olhos” da coroa teria sido a consolidação da fronteira oeste da América portuguesa, que só seria garantida através do povoamento da região.

Vencida essa etapa, tornava-se necessário pensar as Vilas conforme as orientações urbanísticas portuguesas. Assim, a partir das determinações reais, os povoados e vilas começaram a ser edificados.

Na perspectiva de Bernardi (2006, p.44):

Destaque-se que as primeiras normas de direito urbanístico remontam a idade média e, no Brasil colonial, as Câmaras Municipais orientavam-se pelas Ordenações do Rei de Portugal que tratavam de disciplinar a cidade<sup>19</sup>, seu crescimento e desenvolvimento, conforme o modelo colonial português.

Os estudos empreendidos pelo autor compreendem o conceito de cidade e sua função social na formação do Estado brasileiro bem como apresentam elementos para compreensão do plano arquitetônico que, desde o período colonial, orientou e direcionou o processo de urbanização do Brasil.

---

<sup>19</sup> Bernardi (2006) realizou um estudo intitulado: Funções sociais da cidade: conceitos e instrumentos. O trabalho em questão aborda o projeto de urbanização durante o período colonial. A denominação de cidade é realizada pelo autor do texto.



Ao versar sobre o modelo de urbanização adotado pela administração da Província de Mato Grosso na edificação de Vila Maria do Paraguai, buscou-se respaldo nas afirmações de Moraes (2003, p.20), pois, segundo ela: “Vila Maria não foi apenas um novo lugar criado na Capitania, trata-se, este sim, de mais um espaço planejado que se ergue no interior da América Portuguesa, dando continuidade à política da ocupação lusitana”.

Pode-se perceber que os autores citados comungam de um mesmo conceito de edificação urbana nos primórdios das colônias, com destaque ao planejamento das cidades a partir de uma visão eurocêntrica. A tessitura de Vila Maria é concebida como necessária no atendimento das demandas apresentadas. Para tanto, como ampliar o povoamento da Vila?

A esse questionamento, revela-se como base do povoamento de Cáceres a presença de diversas etnias na região, com destaque aos índios Bororo e Chiquitano, além das diversas pessoas que migraram de outras províncias brasileiras.

A vinda de pessoas de outras regiões foi marcada por um movimento de alternância em sua configuração, ou seja, em função da instabilidade econômica e política ocorrida na colônia, esse fluxo migratório apresentou oscilações sendo mais intenso em alguns momentos do que em outros.

No sentido de povoamento da nova Vila e a respeito do pequeno número de descendentes lusitanos, pode-se considerar a presença majoritária de indígenas, destacando as etnias Bororo e Chiquitano.

Relata Moraes (2003, p.18) que:

Certamente, para o projeto de uma rápida colonização, os índios castelhanos, já cativos e conhecedores de ofícios, eram muito mais bem-vindos que os “ferozes” e “indomáveis” Bororo. Portanto, a exacerbada resistência das populações Bororo facilitou o assentimento dos índios Chiquitano prófugos, em solo luso.

Ainda segundo a autora (p.19):

[...] Vila Maria nasce com uma população que se agrega, fruto de um projeto político de ocupação de fronteira. Vale observar, ainda, a ênfase da população proveniente das missões castelhanas em detrimento ao grande contingente de nações indígenas na região notadamente Bororo. A documentação consultada, aqui e ali, traz referência sobre a resistência dos aborígenes e as posturas dos Bororo diante da perda de seu território, revidando com ataques frequentes à Vila, incendiando casas, roças e matando os animais com flechas.

Diante do exposto, ressalta-se a importância da presença dos Chiquitanos na concretização dos projetos lusitanos e a forma negativa como era percebida a resistência da etnia Bororo pelos administradores locais.

No decorrer de seu processo de formação urbana, Vila Maria teve como atividades econômicas o comércio, a agricultura e a pecuária, que representavam para a administração local arrecadação de impostos.

A pecuária se apresentou e se apresenta ainda como elemento econômico preponderante, resquício que remonta ao período colonial, pois, segundo Arruda (2002, p.133), “[...] Cáceres sempre teve sua economia ligada ao extrativismo e ao trabalho com o gado”.

Permeando por esse viés, destacam-se as fazendas Jacobina e Caiçara, desempenharam importante função no período posterior à fundação de Vila Maria, pois a elas estava a incumbência de abastecimento do núcleo urbano, conforme relata Moraes (2003, p. 94): “Concomitante à fundação de Vila Maria do Paraguai, informações oficiais dão conta da abertura de pelo menos duas grandes fazendas, com vistas ao abastecimento da população, [...]”.

A referida autora argumenta em seus estudos que os Chiquitanos foram absorvidos como trabalhadores nessas fazendas, devido ao conhecimento adquirido no manejo com gado, durante o período em que viveram nas missões.

Portanto, durante estas investigações, foi possível encontrar registros que possibilitaram identificar os Chiquitanos como força produtiva da região, sinalizando que, desde a fundação de Cáceres (1778), os mesmos têm participado ativamente como mão de obra, integrados à sociedade emergente.

A alternância de funções realizadas por essa etnia pode ser percebida mediante estudos históricos já desenvolvidos e que fazem referência à presença dos mesmos. Destacam-se, sobre o período colonial, os estudos de Moraes (2003) que, ao apresentar elementos constitutivos de Vila Maria do Paraguai, revelam a presença da etnia Chiquitano, possibilitando, nesse emaranhado de interesses e personalidades, o resgate e a temporalidade da presença dos Chiquitanos na região.

Ao retratar Cáceres, não se pretende alongar em uma descrição condizente com a historiografia, pelo contrário, busca-se identificar os Chiquitanos como sujeitos que participaram ativamente desse processo e que não aparecem na memória dessa parte do Brasil.

Sobre essa questão, argumenta Silva (2011, p.124):

Personagens entre o real e o fictício. Estes não existem senão por meia dúzia de palavras que antes de tudo os enquadram, nomeiam e limitam o que pode ser dito e não dito. Todavia, para que suas breves palavras chegassem até nós, foi preciso um

poder agir sobre elas. Foi preciso uma luz estabelecer um clarão sobre suas existências, iluminando brevemente suas passagens pela vida entre os milhares que permaneceram na escuridão do esquecimento.

O texto de Reinaldo Norberto da Silva (2011), intitulado “Luz sobre os mortos: prática dos homens infames na fronteira”, oportuniza refletir sobre as relações sociais estabelecidas na região compreendida como Vila Maria, no século XIX. Ao se reportar à participação dos Chiquitanos no contexto social, o autor rompe com o silêncio sobre a presença étnica dos mesmos, conferindo a eles o que historicamente tem sido negado – a condição de pessoas com direito a sua indianidade e nacionalidade.

A presença dos chiquitanos na região de Mato Grosso antecede o período colonial, e, ao considerar os acordos territoriais, conforme aponta a historiografia, ressalta-se que se ora estavam sobre o domínio espanhol e por isso seriam considerados índios bolivianos, o território que hoje ocupamos, ou seja, Mato Grosso também já esteve sobre a tutela da Espanha.

Quando se trata da constituição da fronteira geográfica sob a ótica dos indígenas, buscou-se aportar nos estudos de Moreira da Costa (2006, p.124), segundo ele “associada mais ao plano da abstração do que da concretude, a fronteira se evidencia múltipla e interpenetrante”, revelando que essa invenção não foi suficiente para desfazer os laços de amizade e parentesco de um mesmo grupo étnico.

Habitantes tradicionais dessa região viram em sua ancestralidade a chegada dos colonizadores e religiosos espanhóis e portugueses, que empreenderam esforços na construção de um Estado que, em momentos oportunos, visibilizou a etnia Chiquitano e que em outros a preteriu. Prova de que a fronteira construída durante o período colonial mediante o Tratado de Madri (1750) possibilitou às coroas espanhola e portuguesa a extensão além-mar de um modelo de Estado atento a interesses muito específicos, desconsiderando ou preterindo as organizações sociais, políticas e geográficas já existentes.

Nesse sentido, o Estado aqui representado pelo aparato administrativo, instalado no intuito de garantir lucros às coroas, no decorrer do tempo, foi tornando-se mais eficiente em estabelecer normas e regras que passaram a reger a sociedade em construção.

A fronteira geográfica que no passado tinha a função de garantir posses tornou-se um espaço em que a presença do Estado não apenas assegurou os interesses e a soberania de países em construção, como também passou a regular as ações e relações dos habitantes distribuídos em seu perímetro, dando ao entendimento de fronteira algo mais do que apenas aspecto geográfico, instalando as “fronteiras” que limitam os aspectos culturais, morais, sociais e econômicos de seus habitantes. A interferência desse novo padrão político rompeu

ou pelos menos tentou romper com relações ancestrais, descaracterizando os grupos sociais constituídos.

Assim, o território ancestral de comunidades indígenas, das quais é destacada a etnia Chiquitano, é tomado como região desabitada, onde os interesses nacionais se sobrepõem à realidade. Portanto, é possível observar que a etnia Chiquitano, no decorrer do processo histórico da região, foi concebida como necessária, atendendo em momentos específicos aos interesses de colonização dessa parte da América, sendo sua presença visibilizada como é o caso da edificação de povoados como Vila Bela (1752) e Vila Maria (1778), pois nesse momento, pós Tratado de Madri (1750), a regra era consolidar as posses.

De acordo com Moraes (2003, p.17):

No "Termo de Fundação" de Vila Maria do Paraguai ficou registrado como condição para a escolha do terreno de sua edificação aquele onde se congreguem todo o maior número de moradores possíveis, compreendidos todos os casais de índios castelhanos proximamente desertados para estes domínios portugueses da Província de Chiquitos. A proximidade de Chiquitos e o acesso por caminho de terra facilitavam ainda dessas populações, sempre consideradas bem-vindas ao território luso.

Entretanto, esse tratado que culminou na invenção da fronteira se, por um lado, teve como elemento de consolidação a presença e participação dos Chiquitanos, reconhecidos pelo Estado por meio de documentos oficiais, como é o caso da ata de fundação de Vila Maria do Paraguai (1778), por outro, nega a presença dos mesmos ao dividir o espaço em questão entre as duas Américas ibéricas, não reconhecendo seus habitantes históricos, nesse caso específico os Chiquitanos.

Nessa perspectiva, a fronteira geográfica assume outro contorno, pois, além de garantir a soberania nacional dos dois países em questão, tornou-se no decorrer do tempo o limite entre os interesses ligados a forças capitalistas presentes no campo e o direito de posse daqueles que tradicionalmente a habitam.

## **2.7. Território Chiquitano: contradição e resistência**

Ao destacar as comunidades Chiquitano, é possível perceber que, ao longo do tempo, elas têm ressignificado suas relações internas e externas, como forma de sobrevivência e permanência em seu território ancestral. Mesmo não detendo os direitos garantidos

legalmente sobre o mesmo, resistem à expropriação da qual têm sido vitimados desde o período colonial.

A negação da identidade entre os Chiquitanos tornou-se uma estratégia, a qual permitiu que essas comunidades não desaparecessem completamente, possibilitando que no momento oportuno essas pessoas pudessem então afirmar sua identidade étnica e reivindicar seus direitos a terras e especialmente à vida.

Sobre a negação da identidade Chiquitano, Grando (2004, p.76) afirma:

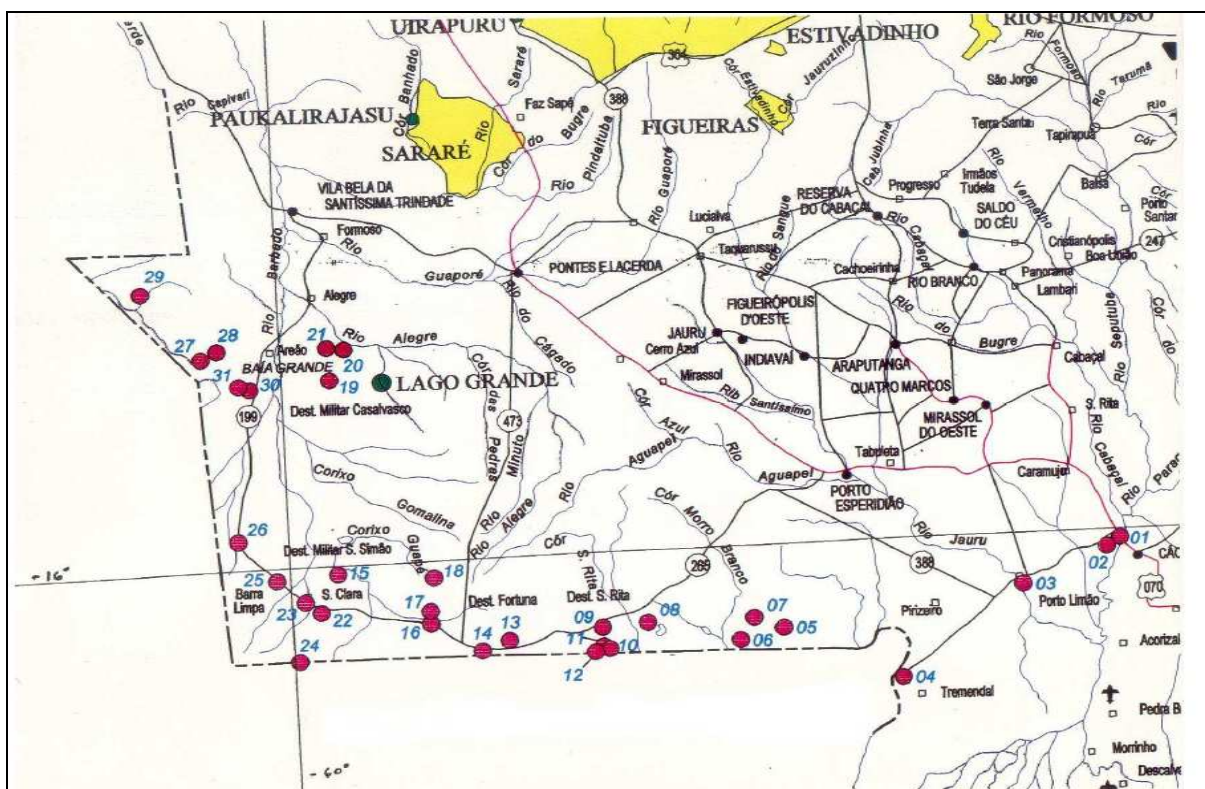
Em Mato Grosso, os chiquitanos (habitantes das fronteiras do Brasil com a Bolívia) viveram muitos anos negando a identidade indígena para permanecerem em agrupamentos de pequenas famílias e comunidades, atualmente sitiadas por fazendas e cidades. Assim como o fizeram outros povos, a forma de resistirem foi a negação da identidade indígena para o não índio e manterem sua identidade como grupo.

Nesse sentido, é possível perceber que essas comunidades historicamente desenvolveram formas de resistir às pressões impostas pela sociedade envolvente. Esse embate político, social e econômico contra as comunidades Chiquitano pode ser percebido em diversos estudos, entre os quais se destacam os trabalhos de Pacini (2011), Moreira da Costa (2006) e Silva (2008), que ressaltam a relação conflituosa, em que o poder econômico e político dos não índios (fazendeiros da região) pressionam essas comunidades colocando-as em situação de inferioridade. Assim, entende-se essa inferioridade como forma propulsora da resistência dos Chiquitanos que se arrasta há décadas na fronteira Brasil-Bolívia, prova de que o território somente é constituído por meio de lutas contraditórias.

Assim, pode-se afirmar que ser Chiquitano em uma região dominada pelo poder econômico dos grupos hegemônicos e se manter enquanto comunidade vai além de manifestar sua etnicidade, exige dos envolvidos coragem e disposição para absorver e resistir quando possível aos golpes deferidos pelos “coronéis” que concentram em suas mãos o capital agrário consolidado pelas ações do poder público.

Os estudos realizados por Moreira da Costa (2000) indicam a presença de 31 comunidades da etnia Chiquitano, localizadas na fronteira Brasil/Bolívia, conforme mostra a Figura 05.

**Figura 05:** Localização de agrupamentos de chiquitanos no Brasil. Publicado no PDPI – Diretoria de Assuntos Fundiários (FUNAI, 2002)



Fonte: Santana, 2012.

Os agrupamentos de Chiquitanos encontram-se distribuídos ao longo da região de fronteira Brasil-Bolívia, sendo que algumas comunidades estão em processo de reconhecimento étnico, outras preferem não manifestar sua etnicidade.

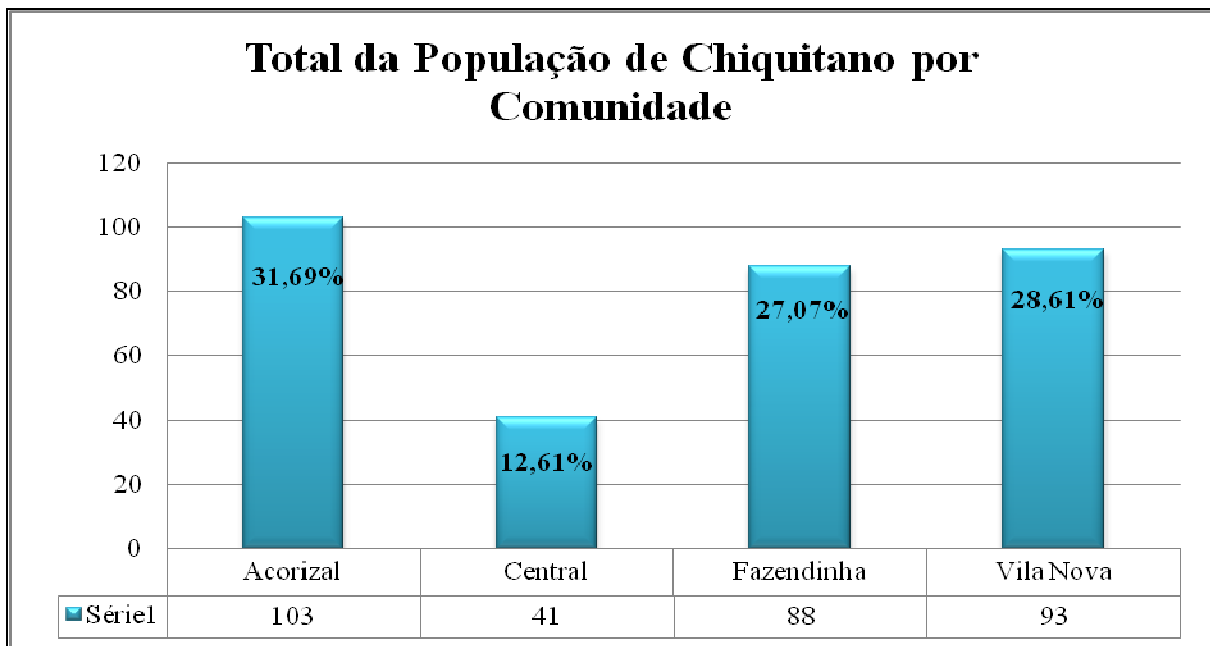
Sobre essa questão, Moreira da Costa (2000, p.12), argumenta:

Atualmente, são reconhecidas trinta e uma comunidades Chiquitano, vivendo em um Continuum ao longo da fronteira de Mato Grosso com a Bolívia, com uma população estimada em 2.400 índios. Algumas vivem permissionadas nos destacamentos do Exército, na fronteira. Outras encurraladas em cantos de fazendas, sob constante pressão dos proprietários, ameaçadas de serem expulsas dessas terras. Existem, também, aquelas que moram na faixa de servidão das estradas de rodagem, partilhando o espaço com outras famílias de sem terras que começam a chegar à região. Ainda há aqueles que habitam diminutos sítios adquiridos pelos fazendeiros para assentá-los por ocasião da despeja de suas antigas posses ou mesmo em lotes concedidos pelo INCRA.

Destaca-se ainda que esses agrupamentos mantenham relações de parentesco e laços culturais com as comunidades que buscam junto ao poder público seu reconhecimento. Considera-se que, mesmo não havendo um levantamento oficial de Chiquitanos no Estado de Mato Grosso, é oportuno evidenciar sua presença em cidades como Cáceres, Porto Esperidião, Vila Bela da Santíssima Trindade, Pontes e Lacerda, entre outras.

Assim, as comunidades de Chiquitanos brasileiros, reconhecidas pelo poder público, são as aldeias Acorizal, Central e Fazendinha, localizadas na Terra Indígena Portal do Encantado, próximas ao destacamento militar de Fortuna, e a aldeia Vila Nova Barbecho, próxima ao povoado de vila Picada, um entreposto comercial às margens da estrada estadual MT-265, todas no município de Porto Esperidião-MT. A Figura 06 (gráfico) mostra o total da população Chiquitano nas comunidades referenciadas.

**Figura 06:** Gráfico do levantamento do total de população Chiquitano realizado pela Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, no Polo base: Chiquitano, em 2009



Fonte: FUNAI, 2013.

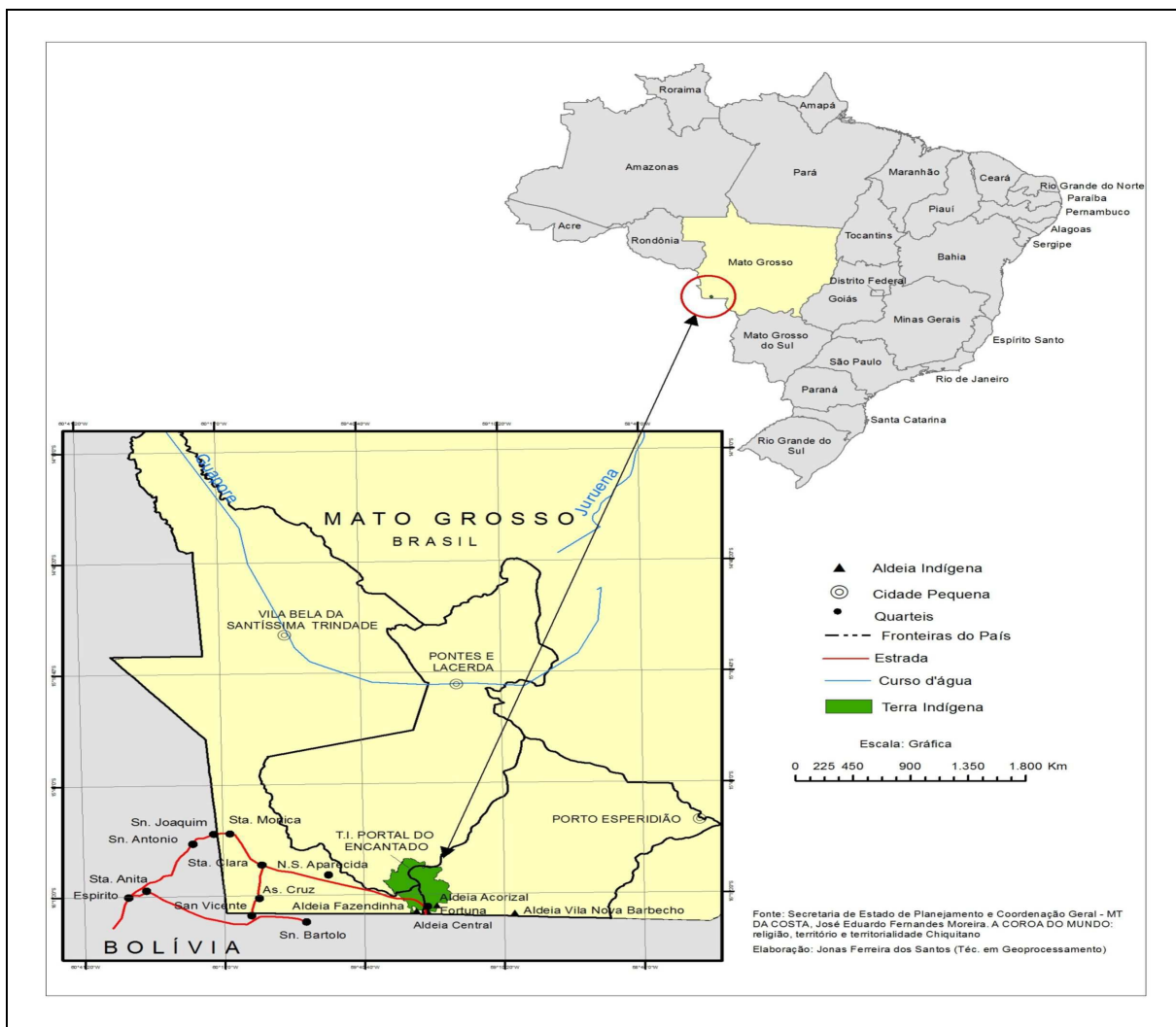
Pela Figura 06, é possível identificar o contingente populacional presente nessas comunidades, que, ao reivindicarem reconhecimento e direitos em diversas esferas do poder público, recuperam sua visibilidade étnica pelo Estado, com o atendimento da FUNASA. Porém, observou-se que os números não condizem com a realidade, tendo em vista o tempo transcorrido entre a coleta das informações (2009) e o período atual (2013). Procurou-se junto à instituição números mais atualizados sobre as comunidades, porém não se obteve êxito.

Entretanto, ao evidenciar o número de Chiquitanos organizados nas comunidades, ressalta a disparidade entre o espaço ocupado por eles e suas reais necessidades, por exemplo, a comunidade de Vila Nova Barbecho, com um total de 93 pessoas (dados 2009) que ocupam uma área de 25 ha, evidenciando que a negação da identidade dessas pessoas está diretamente

associada à questão da “terra”, que tem sido nos últimos anos alvo de grandes conflitos, tendo em vista a ocupação da área por extensas propriedades rurais.

A Figura 07 apresenta a localização da comunidade Vila Nova Barbecho e da Terra Indígena Portal do Encantado, compreendendo as comunidades de Acorizal, Central e Fazendinha. No contexto fronteiriço, é possível perceber a distância dessas comunidades da sede do Município de Porto Esperidião e a proximidade com o país boliviano. Assim, entende-se que as condições geográficas permitem a manutenção de vulnerabilidade do território Chiquitano frente aos interesses dos fazendeiros e do poder público que se omite.

**Figura 07:** Localização comunidade Vila Nova Barbecho e da Terra Indígena Portal do Encantado, compreendendo as comunidades de Acorizal, Central e Fazendinha



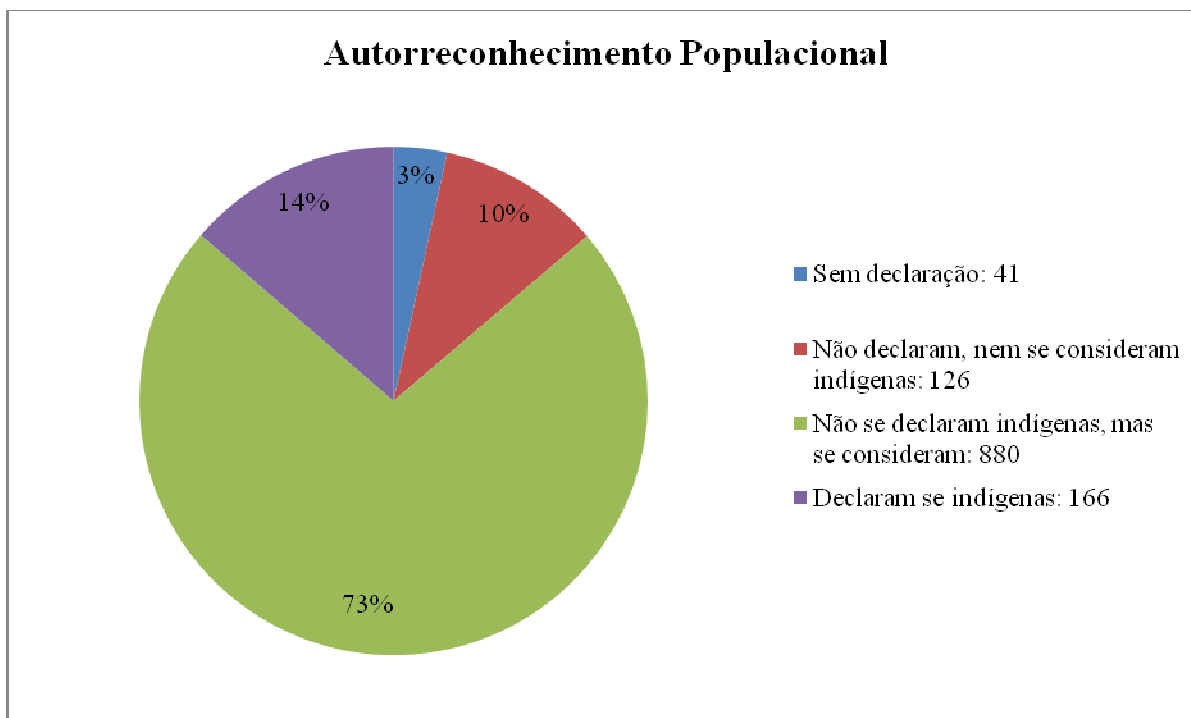
Fonte: Santana, 2012.

A Terra Indígena Portal do Encantado abriga a Aldeia Acorizal, Fazendinha e Central. Essas comunidades reúnem em seu interior grande número de famílias Chiquitano. Está localizada no município de Porto Esperidião-MT, vizinha ao Destacamento Militar de



Fortuna, às margens da estrada MT-265, próxima ainda ao povoado de Ascención – Bolívia. A Figura 08 (gráfico) apresenta o autorreconhecimento populacional das comunidades Chiquitano no Brasil.

**Figura 08:** Gráfico de amostragem do autorreconhecimento populacional dos residentes na TI Portal do Encantado



Fonte: IBGE, 2010.

Ao analisar os dados obtidos junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ano 2010, percebe-se que dentro da TI Portal do Encantado tem-se uma população total de 1.213 pessoas, porém as informações não são claras sobre a identidade étnica daqueles 166 indivíduos que se autodeclaram indígenas. Observa-se ainda que 880 pessoas não se declaram indígenas, mas se consideram, não havendo referência aos parâmetros utilizados para esse dado, o que sugere maiores estudos no sentido de compreender essa amostragem, sendo nesse momento inviável um maior aprofundamento em virtude da escassez temporal de nossa pesquisa. Os dados também revelam a presença de não índios nesse território, o que tem sido motivo de conflitos na região, pois muitos não índios e até mesmo indígenas são coagidos pelos fazendeiros para defenderem os interesses destes, fato que contraria os anseios daqueles que se autodeclaram indígenas.

Porém ao comparar os dados apontados pelo IBGE conforme Figura 08, em relação ao levantamento realizado pela Fundação Nacional de Saúde - FUNASA em 2009, fica evidente

a discrepância das informações, pois em 2009, segundo os dados da FUNASA a somatória da população das três aldeias que formam a TI Portal do Encantado era de 232 pessoas. Nesse sentido reafirmamos a necessidade de maiores estudos que possam fornecer informações mais precisas sobre o total demográfico de indígenas Chiquitanos no Estado de Mato Grosso.

Pois a pertinência dessas informações consiste em ampliar o entendimento das condições às quais os Chiquitanos têm sido submetidos pelo Estado brasileiro, na reivindicação de direitos e reconhecimento de suas necessidades.

Os elementos apresentados no decorrer do capítulo possibilitam a ampliação do entendimento da constituição do Chiquitano, sendo esse processo conduzido pelas coroas espanholas e portuguesas, pois, a considerar os tratados de limites entre colônias, pode-se considerar que essas não consideraram a presença das etnias presentes nessas regiões específicas, ficando portanto divididos entre interesses colonizadores, que, ao se fazerem presentes, transformaram profundamente a vida dos Ameríndios.

Assim, os Chiquitanos e demais etnias da região sofreram as ações transformadoras dos espanhóis, portugueses e religiosos, que, através de ações “civilizadoras” eurocêntricas, influenciaram sobremaneira a identidade cultural dos Chiquitanos. Porém, o advento da composição cultural que se fez não foi suficiente para descaracterizar essa etnia que, num movimento dialético, conseguiu agregar elementos ao mesmo tempo em que preservaram saberes ancestrais.

Portanto, a presença do Estado oficializado na invenção da fronteira em território Chiquitano no período colonial contribuiu significativamente para o discurso que nega na atualidade a nacionalidade e indianidade dessa etnia que tem como base a posse da terra. O território original anteriormente dos Chiquitanos passou então, ao longo do contexto histórico da região, a ter “dono”, primeiro Espanha e Portugal, depois Brasil e Bolívia e, em período recente, fazendeiros, promovendo a expropriação da etnia que, mesmo diante desse cenário desfavorável, encontra na dispersão uma forma de continuar existindo e resistindo, impondo, mesmo que de forma silenciosa, sua presença.

Em resumo, o Estado forjado no bojo de uma sociedade já existente que, ao se utilizar das etnias no intuito de integrá-las aos projetos monárquicos, não foi completamente eficiente em suas investidas, pois nesse espaço de “fronteira cultural” estabelecido, os Chiquitanos conseguiram manter a identidade étnica pois que, embora não organizados em comunidade, mantiveram e mantêm relações entre si.

As fronteiras referidas tratam-se de espaços concebidos pelos Chiquitanos como possibilidade de intercâmbio, onde as relações entre “eles” e os “outros”(a sociedade envolvente), apesar dos encontros e confrontos, imprimiram marcas na constituição do ser Chiquitano que se conhece na atualidade

### **CAPÍTULO III**

#### **IDENTIDADES E FRONTEIRAS**

Ao conceber a constituição e organização sócio-espacial da etnia Chiquitano em seu território, torna-se relevante estabelecer as múltiplas fronteiras que terminam por cercar essa etnia em diferentes dimensões, seja nas relações cotidianas estabelecidas nos limites das comunidades ou nas externas a estas. No contexto das fronteiras inerentes e impostas a essa etnia, descrevem-se episódios que marcam sua visibilidade e invisibilidade étnico-cultural, envoltos em relações intrincadas com grupos hegemônicos representados pelo poder ruralista no Estado nacional brasileiro.

Estas reflexões se pautaram em estudos e pesquisas já empreendidas nesse universo, bem como em impressões apreendidas junto à etnia estudada e aos registros documentais<sup>20</sup>, que evidenciaram os conflitos que advêm das forças e interesses contraditórios travados no processo de consolidação étnica dos Chiquitanos. No sentido das relações contraditórias, muitos eventos e fenômenos foram silenciados, desprovido homens e mulheres desse processo, do qual são agentes por excelência.

Diante das estratégias de consolidação étnica, muitas ações esbarram em atitudes invisibilizadoras, as quais construíram/constituíram uma falsa impressão de negação diante de uma realidade tão adversa e subjetiva. Ao lançar um olhar mais atento, é possível perceber que no decorrer do tempo diversos mecanismos foram desenvolvidos e aprimorados pelos Chiquitanos para possibilitara sobrevivência e continuidade dessa etnia que, como apresentam estudos do capítulo anterior, é constituída de uma diversidade ou “almágama”, conforme sinaliza Pacini (2012).

Nesse sentido, toma-se o Estado enquanto instituição de direito que, ao mesmo tempo em que reconhece os interesses e necessidades dos grupos étnicos, tem em sua concepção elementos e estratégias que fluem de forma direcionada à manutenção do controle da fronteira com a negação do direito à população que se identifica como Chiquitano e que defende em seu território a fronteira brasileira.

Entretanto, deve-se considerar que o Estado apresenta em sua composição a presença de grupos hegemônicos que representam os interesses ruralistas do Estado de Mato Grosso e que confabulam no intuito de driblar, alterar e negar direitos constitucionais adquiridos pela

---

<sup>20</sup>O levantamento documental se constitui a partir da década de 60, porém em função das dificuldades encontradas não se conseguiu manter linearidade temporal nas fontes consultadas.

população indígena e que, especificamente no caso dos Chiquitanos, ocorrem através dos questionamentos quanto a sua indianidade e nacionalidade.

Como analisar e compreender essas forças que paralelamente se alternam nas relações de poder e que são praticadas em favor dos interesses particulares dos que ora ocupam e utilizam o poder por interesses econômicos?

Portanto, mais que mera fronteira geográfica, a mesma se apresenta como uma limitação entre o bom, salutar e o ruim na construção de identidades que agregam em sua constituição elementos inerentes apenas a essas regiões, marcadas por conflitos, abandono e interesses econômicos.

### **3.1 A construção da identidade Chiquitano na fronteira**

Por meio de elementos sociais, políticos e culturais que compõem o processo histórico e organizacional da etnia Chiquitano, reconheceu-se o papel desempenhado pelas missões religiosas na formação étnica e sócio-espacial deles. Em sua atual conjuntura, a etnia Chiquitano apresenta resquícios de valores morais, culturais e religiosos que remetem ao período colonial.

Em relação à atuação das missões na constituição de territórios e identidades étnicas, Garcia (2010, p.63) salienta:

Mesmo que a ação missionária tenha sido invasiva e objetivasse a transformação cultural daquelas populações, foi a partir dela que se iniciou o processo que culminou com a construção de uma identidade sob a qual essas populações evitaram desaparecer enquanto grupos etnicamente diferenciados.

Dessa maneira, é possível perceber as estratégias desenvolvidas e adotadas pelos povos indígenas do *Chaco*, que vislumbraram nas missões uma forma de preservar e agregar elementos que possibilitaram sua continuidade. Nesse sentido, a etnia Chiquitano também encontrou nas missões a possibilidade de territorializar novas porções do espaço geográfico, garantindo o prosseguimento étnico-cultural, por meio da fusão de saberes entre grupos diversos nativos da região.

Conforme exposto anteriormente, diversos grupos étnicos oriundos de uma determinada região passaram a conviver nas missões, uma nova realidade começou a ser gestada a partir das diferenças que se manifestaram nesse espaço geográfico e cultural. Geográfico, pois se refere à introdução de novas técnicas na relação das diferentes etnias com

o meio, bem como ao deslocamento dos grupos de suas comunidades tradicionais a uma única porção do espaço; cultural, pois se refere às representações políticas, sociais e religiosas de cada grupo étnico, em que as diferenças se manifestam e os conflitos podem aflorar.

O certo é que o ser humano apreende a sua cultura dentro de uma sociedade, ou seja, sua diferença étnica não é inata, nem sua forma de se organizar, mas fruto de um processo de aprendizado dos códigos próprios de sua cultura que são assumidos como se fossem “de berço” (PACINI, 2012, 364).

A confluência étnica e seus resultados na constituição do ser Chiquitano perpassam por uma teia de relações construídas no interior das missões. Assim, recorreu-se à literatura disponível, considerando aquelas que pressupõem a compreensão desse fenômeno pela etnogênese. Embora tida como um conceito polêmico, foi utilizado na perspectiva de Oliveira e Bocarra (2005), elencados por Puhl (2011) em seus estudos, ao descrever o fenômeno como sendo o resultado da aproximação entre grupos distintos, por um período prolongado sobre um determinado contexto histórico, que acaba por promover o desaparecimento das diferenças, na constituição de uma nova identidade étnica, o Chiquitano.

O Chiquitano, para Puhl (2011, p. 108), é:

O resultado de um intenso processo de trocas e intercâmbios culturais nas reduções, entre distintos grupos indígenas postos em intensos contatos e convívio cotidiano, e os representantes da cristandade colonial espanhola, missionários jesuítas, depois clero secular de Santa Cruz e autoridades civis ou militares metropolitanas ou republicanas, por quase dois séculos.

O processo de homogeneização das etnias implantado pelos jesuítas suscita refletir sobre as diferenças apresentadas em meio ao processo de etnogênese que transforma a realidade concreta e específica de cada grupo em uma realidade coletiva.

De acordo com Pacini (2012, p.364):

As concepções de etnicidade compreendem que o ser humano tem dentro de si a sociedade, ou seja, a cultura está dentro das pessoas. Contudo, etnicidade tem a ver com “minorias”, grupos que se distinguem por algo que se aprende e se é capaz de transmitir, pois são adquiridos elementos constitutivos de sua identidade étnica.

As observações do autor ampliam o conceito de cultura, que ultrapassa o determinismo biológico, pois buscam as bases teóricas e conceituais que orientem a compreensão da cultura não estática, mas alicerçada nas relações construídas entre os sujeitos e o entorno espaço-temporal do qual participam e produzem cultura.

Passos (2010, p. 25) sustenta que:

A cultura não é, jamais, uma coisa exterior a nós, mas aquilo que queremos para nós, e que negociamos com o grupo humano com o qual convivemos e que nos deu origem. É nosso lugar e jeito de ser de estar no mundo com os outros e outras. Da mesma forma, é a expressão no ser humano, dado que toda imagem é sempre negociada de modo que ela poderá nos fazer presentes ao mundo, lugar da objetividade e subjetividade, do signo do sentido. É nesta negociação de percepções sobre a partir do mundo, que se estabelece o sentido de uma cultura que é construída na pele que é o que há de mais íntimo em nós.

Ainda permeando nessa seara, de ampliação do entendimento de cultura, coaduna-se com Pacini (2012) que considera a cultura como fruto de um “processo de aprendizagem” que possibilita ao sujeito apreender os “códigos próprios de sua cultura”, concebendo-os como naturalmente seus.

Entretanto, mesmo sendo a cultura um processo de aprendizagem em que, segundo Fleuri (2003), os “sujeitos sociais” têm participação preponderante nas manifestações culturais, deve-se considerar ainda que a fronteira cultural além de espaço de diálogo entre grupos distintos torna-se também espaço de conflitos envolvendo as relações de poder presentes na sociedade. Para tal, a fronteira que se estabelece entre culturas diferentes propicia a reinterpretação e reformulação, fruto do contexto histórico em que se apresenta.

Nesse sentido, argumenta Bhabha (1998, p. 20-21):

Os termos do embate cultural, seja através de antagonismo ou filiação, são produzidos performativamente. A representação da diferença não deve ser lida apressadamente como o reflexo de traços culturais ou étnicos preestabelecidos, estabelecidos e inscritos na lápide fixa da tradição. A articulação social da diferença, da perspectiva de minoria, é uma negociação complexa, em andamento, que procura conferir autoridade aos hibridismos culturais que emergem em momentos de transformação histórica.

Ao considerar tais reflexões, observa-se que a cultura não está dissociada de identidade, ambas resultam de um contexto histórico e social, pois, segundo observa Silva (2000), “[...] as identidades apresentam-se dentro ou fora do mundo da vida e estão atreladas a interesses tipificados mediante o contexto das relações sociais”, nas quais os conflitos emergem, sendo necessárias estratégias de negociação com seu entorno, que terminam por imprimir suas marcas de forma individual e coletiva.

Ampliando o conceito de identidade, o autor, ao se respaldar em Castells, faz referência a três categorias de formação da identidade, sendo a “Identidade Legitimadora” referendada pelas instituições dominantes, a “Identidade de resistência” formada a partir do desenvolvimento de estratégias daqueles que, embora inferiorizados socialmente,

desenvolvem estratégias de resistência e “Identidade de Projeto” refere-se aos sujeitos que se servem de novos elementos culturais na construção de uma identidade nova.

Portanto,

[...]cada sistema cultural está sempre em mudança. Entender esta dinâmica é importante para atenuar o choque entre as gerações e evitar comportamentos preconceituosos. Da mesma forma que é fundamental para a humanidade a compreensão das diferenças entre povos de culturas diferentes, é necessário saber entender as diferenças que ocorrem dentro do mesmo sistema. Este é o único procedimento que prepara o homem para enfrentar serenamente este constante e admirável mundo novo do porvir (LARAIA, 1986, p.101).

Os conflitos e negociações que se estabelecem em contextos culturais diversos deixam marcas na constituição da identidade do sujeito, determinando comportamentos que, em processo de constante transformação, negociam com seu entorno meios de se manterem como grupo.

De acordo com Godinho:

[...] cada povo tem sua cultura expressa nas maneiras de pensar, de sentir e de agir, guiado por normas, valores e símbolos, que constituem verdadeiros caris de conduta. Maneiras de ser que identificam os membros de uma cultura entre si e os distinguem em relação às outras culturas (apud GRANDO, p. 41).

A manutenção da identidade grupal recai em longo processo de aprendizagem no qual o sujeito em constante observação de seu entorno agrega comportamento que o torna aceito socialmente pela comunidade, portanto a identidade individual não se desvincula da identidade coletiva, que gera em cada um o sentimento de pertencimento.

Nesse sentido, Peres considera:

[...] “a fronteira entre o ‘nós’ e o ‘eles’ é estabelecida no bojo das operações simbólicas através das quais os sujeitos (re)definem o real, em condições de circulação de significados mais ou menos intensa. Logo, são os próprios atores sociais que decidem quais os signos que expressam os limites, flexíveis e mutáveis, definidores do pertencimento coletivo” (apud PACINI, 2013, p. 398).

Considerar-se aceito consiste ainda em assumir um determinado lugar na pirâmide social do grupo no qual está inserido, e que, em constante fricção com a sociedade envolvente, oportuniza se apresentar como o “outro” ao mesmo tempo em que, no interior de sua comunidade, é concebido como um “igual”.

Portanto, é possível afirmar que, a respeito da etnia Chiquitano, percebe-se que o movimento antagônico de afirmação e negação da identidade tem suas raízes fundamentadas em solo arenoso que ora favorece a afirmação étnica e ora se contrapõe à mesma.



Pois,

Os países tendem a fragmentar a Chiquitania com suas fronteiras políticas, mas a reafirmação da identidade étnica chiquitana permite trabalhar as fronteiras culturais, sociais e religiosas que representam *elos (fios ou linhas)* de ruptura e continuidade temporais que permitem intercâmbios e fluxos de referência territorial, mediações que marcam a identificação desta população como chiquitana (PACINI, 2012, p. 399).

Em contexto fronteiriço esboçado ainda no período colonial, constatou-se o movimento de elementos que na continuidade temporal estabeleceram os parâmetros identitários dos Chiquitanos brasileiros que, envolvidos pelas transformações históricas, retomam sua afirmação étnica, em oposição ao olhar pejorativo estabelecido pela sociedade e Estado nacional.

### **3.2. Religiosidade e curussé: manifestação da identidade cultural Chiquitano**

Dentre os fatores que contribuíram para a formação dos Chiquitanos, destacam-se o gosto pela música e a religiosidade, que apresentam características bem distintas e sinalizam a construção da sua identidade cultural, que os identifica diante das demais etnias brasileiras, pois trazem elementos de uma fronteira constituída entre coroas reunindo em seu espaço etnias diversas, sendo principalmente essa reunião étnica imposta por religiosos espanhóis.

O apreço pela música resulta do período missional, no qual os jesuítas, ao perceberem a influência da mesma sobre as etnias reunidas nas missões, acabaram por incorporá-la aos ritos religiosos.

A religiosidade pode ser percebida na dinâmica estabelecida no interior do grupo, expressa na celebração dos ritos cristãos, ressaltando o envolvimento das crianças e dos adolescentes nas atividades religiosas, que em muitos casos eram conduzidas por eles mesmos.

Adeptos do catolicismo recebiam frequentemente a visita de religiosos que realizavam as celebrações. Participavam ainda de eventos católicos fora da comunidade, em especial as mulheres, os jovens e as crianças.

Grando (2007, p. 240) menciona que:

Como já ressaltado em estudos realizados por Tassinari (2000 e 2003), as dimensões simbólicas da religiosidade de grupos étnicos com uma história de contato antiga têm se mostrado não como um sincretismo religioso, mas como formas complementares de práticas que não se misturam no plano teórico.

Nesse sentido, a inserção da religião católica não se sobrepôs a religiosidade dos indígenas, pois foi possível perceber através dos estudos realizados junto as comunidades Chiquitano no Brasil, que as mesmas ainda praticam, sob a orientação dos líderes espirituais, a benzeção, a utilização de ervas e argila, entre outros, no trato dos males físicos e espirituais.

A religiosidade manifestada pelos Chiquitanos remonta ao período colonial, expressa no cotidiano das famílias, resquícios do aprendizado efetivo desenvolvido pelos jesuítas.

Como argumenta Tomichá (2002, p. 658):

Esta pervivencia de la Fe Cristiana entre los actuales chiquitanos que se transmite de generación en generación es el mayor signo visible del éxito de la evangelización jesuítico-indígena en la región de chiquitos durante el período de este estudio (1691-1767). De modo tal que un serio, atento y profundo estudio de la labor evangelizadora en la región no puede obviar el carácter religioso Cristiano de la cultura de los actuales chiquitanos, y por ende, el contacto directo con los descendientes indígenas de quienes forjaron la experiencia fundante de la cristianización chiquitana.

Permeando pelo universo da religiosidade manifestada pelo povo Chiquitano, torna-se necessário evidenciar a fusão do sagrado e do profano, a expressa através do curussé.

Silva e Grando (2007, p. 107) afirmam ser o curussé uma das,

Manifestações populares como rituais sagrados acompanhados de sua religiosidade, são expressões que abrangem uma grande proporção de conhecimentos. A religiosidade contribui para fortalecer o espírito humano e é algo social, sendo também vínculo fantástico entre o sagrado e o profano, capaz de transformar o contexto da festa num espaço polissêmico e intercultural.

O curussé ou carnavalito é uma festa de cunho religioso que ocorre durante o carnaval, tendo como referência a cultura Chiquitano. “Este ritual representa aos chiquitanos uma forma de expressar sua fé, sua felicidade materializada na dança e nos objetos e vestimentas simbólicas que lhes fortalecem a espiritualidade, as crenças” (SILVA e GRANDO, 2007, p. 106).

O curussé é um evento com início no sábado de carnaval; num primeiro momento, consiste em rezas de agradecimentos, pedidos de proteção e votos de um bom lugar para os mortos. As rezas, geralmente, são direcionadas aos santos de devoção dos festeiros.

A partir dos estudos realizados por Silva e Grando (2007), no município de Porto Esperidião-MT, outro momento marcante das atividades ocorre durante o preparo da festa e pode ser compreendido como um ritual de troca, de aprendizagem e de manutenção da memória individual e coletiva.

Ressalta-se ainda que cada etnia dispõem de momentos de plenitude, ou seja, “num momento místico, as diversas formas de se constituir homem/mulher, pois nesse tempo e espaço há uma relação intercultural que permite novas formas de identificar-se como igual e diferente” (SILVA e GRANDO, 2007, p.106). Assim, pode-se comparar, a título de exemplo, os Bororo, que têm no funeral a “plenitude” da comunidade, como também os têm os chiquitanos durante o curussé.

Toma-se o conceito de plenitude como um momento em que toda a comunidade, além de expressar suas alegrias, tristezas e desejos, pode fortalecer a identidade cultural do grupo: “Pois ao dançar, expressam sua história e as relações sociais nela implícitas e que constitui o grupo e possibilita que cada membro seja integrado e revitalizado em sua identidade étnica e cultural” (GRANDO, 2004, p. 270). Sendo assim, esse momento pode ser compreendido como momento de afirmação e continuidade dos valores culturais da etnia Chiquitano.

Ainda nessa perspectiva, observa Queiróz (2013, p.71) “que as crianças Chiquitano são educadas em família, juntas com os irmãos. Essa educação acontece por meio da observação, em que as gerações mais velhas educam as gerações mais novas, como uma das formas de sobrevivência étnica”. Assim, as manifestações culturais tornam-se eventos e espaços de aprendizagem dos mais jovens e de ensinamento dos mais antigos, evidenciando o sentimento de pertencimento ao grupo e as relações estabelecidas com o espaço vivido.

No curussé, após esses momentos que imprimem a força da religiosidade dos chiquitanos, é chegada a hora da dança, na qual todos os envolvidos deixam-se embalar ao som das flautas e caixas que distribuem um som que contagia os participantes. Momento regado a “chicha”,<sup>21</sup> bebida bastante apreciada por essa etnia.

Vale ressaltar a confecção dos instrumentos musicais empregados no curussé, feitos de forma artesanal, como mostram os estudos realizados na comunidade Acorizal por Paula (2010): “estes instrumentos são confeccionados pelos Chiquitano e o material usado é a taboca (taquara ou bambu) e couro de veado mateiro para dar um som claro na caixa. A base do bumbo é feita do tronco de árvore, como cedro ou tamburi e esta construção é artesanal”. A autora relata ainda que ultimamente tem havido uma diminuição sensível entre as pessoas que dominam o conhecimento quanto à produção e utilização dos instrumentos, em virtude do cerceamento geográfico imposto a etnia na demarcação de seu território, dificultando o processo de transmissão cultural.

---

<sup>21</sup>Bebida típica dos chiquitanos, feita a partir do milho, mandioca ou banana. Fermentada apresenta alto teor alcoólico.

Sobre superar a dificuldade de manutenção da “transmissão” da cultura, refere Leontiev (2004, p. 291): “[...] o movimento da história só é possível com a transmissão às novas gerações das aquisições da cultura humana, isto é com educação”. A educação necessária ao curussé passa pela aprendizagem dos elementos inerentes a sua realização.

Como todo o processo de aprendizagem visa garantir a revitalização da tradição do ritual curussé, este reforça a preocupação com a religiosidade que se manifesta durante seu desenvolvimento.

O reencontro dos Chiquitanos com os instrumentos de corda é efetivado junto às comunidades de Acorizal, Fazendinha e Vila Nova Barbecho através de um projeto desenvolvido pelo Conselho Indigenista Missionário - CIMI, efetivado na contratação de um profissional que ensina as crianças a tocarem violino, como demonstra a Figura 09.

**Figura 09:** Aulas de violino com o professor Patrício Soares na Comunidade Vila Nova Barbecho



**Fonte:** Adriana Nezeir de Almeida Duarte (2011).

O projeto, além de arcar com o pagamento do professor, faz a doação dos instrumentos necessários, e cada criança é responsável pelo instrumento que toca. As aulas geralmente ocorrem nos espaços sociais, como na capela ou na escola e se alternavam entre as comunidades acima referenciadas, ficando o professor uma média de dez dias em cada uma. Geralmente, quando recebem visitas, organizam uma apresentação para evidenciar o apreço e o orgulho que sentem em dar vida aos instrumentos e à cultura musical.

Mais do que uma apresentação de instrumentos de corda, serve para afirmar e reafirmar o contexto histórico que resultou na constituição dos Chiquitanos, na qual a música e a religiosidade se mantiveram presentes.

Um dos momentos relevantes desse ritual é quando as pessoas são levadas à frente do altar onde estão dispostos os santos e ali são açoitadas<sup>22</sup>, como forma de punição pelas faltas cometidas durante o ano. Segundo Silva (2009), um arrepio percorre o ambiente e há uma expectativa evidente com os próximos passos do rito. Então, o que todos aguardaram durante três dias inicia-se: uma pessoa deita-se em frente ao altar, aguardando que um pai, um esposo, um irmão, uma mãe, com uma corda grossa defira golpes. A espera é para ver quantas vezes a pessoa é atingida, pois, se foi mais de uma, entende-se que as faltas do flagelado são muitas. A explicação que dada para esta prática é que isso é um “acerto de contas” entre parentes próximos.

Permeando ainda pelos estudos de Silva (2009), é possível contemplar os sacrifícios dessas pessoas na perspectiva de continuidade dos saberes tradicionais, conforme a Figura 10.

**Figura 10:** Ritual praticado pelos Chiquitanos durante o Curussé nas aldeias



Fonte: Joana Silva, 2009.

---

<sup>22</sup>Ocorre durante o curussé no interior das comunidades Chiquitano. Consiste em castigos físicos (açoite) impetrado às pessoas que agiram de forma irregular quanto às determinações do grupo.

Nesse instante de manutenção das tradições é possível perceber a concordância da pessoa na participação do ritual, ou seja, a concordância da continuidade dos saberes ancestrais.

De acordo com Queiroz (2013, p.72):

[...] o mundo simbólico da cultura é transmitido cotidianamente por meio de diferentes linguagens, que vão dando significado a cada palavra falada e aprendida, a cada gesto transmitido e repetido. Como formas ritualísticas, esses momentos de aprendizado vão garantindo uma educação integradora da pessoa à sociedade, ao mesmo tempo em que garantem a sua sobrevivência.

Vale ressaltar que a dinâmica do curussé ou carnavalito praticado no município de Porto Esperidião difere das aldeias, pois, se no primeiro caso, é considerado uma festa aberta para toda a comunidade que queira participar, no segundo, é um evento mais restrito à comunidade, com poucos convidados e muitos parentes.

O curussé, mais do que uma festa ou manifestação cultural, possibilita aos Chiquitanos da fronteira, mesmo com as permanentes investidas sobre suas identidades que visam negar os direitos de cidadão brasileiro e de população indígena, manifestarem publicamente sua etnicidade.

Os festejos em questão tornam-se então espaço de afirmação e reivindicação de luta política na garantia de serem reconhecidos como índios Chiquitanos que, mesmo ocupando um espaço de fronteira, reivindicam ao Estado brasileiro o reconhecimento de sua indianidade e nacionalidade. Ou seja, existimos, estamos aqui e queremos nossos direitos reconhecidos.

### **3.3. O poder público e os Chiquitanos: negação e negociação de uma identidade**

Conforme explicitado no decorrer do texto, os conflitos existentes na região de fronteira envolvendo a etnia Chiquitano vão além do questionamento de sua identidade étnica, pois esbarram em interesses muito maiores. O movimento de reivindicações deflagrado por essa etnia fez com que seus clamores fossem ouvidos a grandes distâncias, especialmente na esfera pública. Assim, o Estado, após longo período de silêncio sobre essas pessoas, passou a reconhecê-las, mesmo que parcialmente, como sujeitos de direito.

As ações promovidas pelo Estado, ao reconhecer a indianidade e a brasilidade dos Chiquitano, podem ser constatadas especialmente na assistência empreendida pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI, Serviço de Saúde Indígena - SESAI e pela criação das duas

escolas indígenas Chiquitano pela Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso - SEDUC.

Localizada na Terra Indígena Portal do Encantado, a Escola Estadual Chiquitano foi criada pelo Decreto nº 6.014, de 24 de junho de 2005. No Projeto Político Pedagógico da unidade escolar, em 2011, pode-se ter a noção de como esta escola encontrava-se organizada em relação ao público atendido. Os 90 alunos matriculados eram divididos em seis turmas funcionando nos períodos matutino e vespertino, na sede e nas salas anexas que estão situadas na aldeia Acorizal, distante 3,5 km do Posto Central, a qual atende 30 alunos divididos em 04 turmas, incluindo uma sala de Educação de Jovens e Adultos – EJA.

O quadro de funcionários era composto, em 2011, por 13 servidores distribuídos nas seguintes funções: direção, corpo docente e a equipe de alimentação e apoio. Ressalta-se que todos os servidores da escola são Chiquitanos e a indicação é realizada pela própria comunidade.

A equipe formada por nove professores apresenta características bastante heterogêneas em relação a sua formação docente, sendo um professor formado pelo curso de professores indígenas – Projeto Hayô<sup>23</sup>, uma professora cursando 1º ano do ensino médio, três professores com ensino médio completo e três graduados pelo Programa de Formação de Professores Indígenas da Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, com formação em Letras, Física e História, respectivamente.

A escola, por dispor de energia elétrica, conseguiu da SEDUC/MT um laboratório de informática e uma antena de captação de internet, porém, devido a sua localização e falta de manutenção dos equipamentos, a conexão com a internet apresentava constantemente problemas, deixando alunos e servidores durante longos períodos sem utilização efetiva dos equipamentos.

A estrutura física da escola e salas anexas era bastante precária, pois os alunos eram obrigados a assistirem às aulas nos corredores ou espaços abertos, o que no período chuvoso acarreta muitos problemas. Entretanto em 2010, tiveram início as obras de construção da escola e salas anexas pelo governo do Estado de Mato Grosso.

Fruto da reivindicação e da mobilização da comunidade Vila Nova Barbecho, que, apesar dos percalços não desiste, foi implantada a E. E. I. Chiquitano José Turíbio, criada pelo Decreto 1878-9, de 26 de março de 2009. Suas atividades se iniciaram oficialmente em 2010,

---

<sup>23</sup> Projeto de formação em nível de magistério para professores indígenas, desenvolvido pela Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso entre os anos de 2005 e 2010.

pois até então permaneceu como extensão da E. E. I. Chiquitano, localizada na TI Portal do Encantado. A unidade ofertava o Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos - EJA, com aproximadamente 30 alunos, sendo suas turmas multicicladas. O quadro de servidores é formado por pessoas da própria comunidade.

A luta pelo direito a uma educação escolar específica, bilíngue e diferenciada só foi possível diante da mobilização da comunidade em exigir do Governo do Estado de Mato Grosso seus direitos. A criação da escola na comunidade significou, aos mesmos, mais do que um local de ensino/aprendizagem, representou na prática o reconhecimento público de sua etnicidade, fortaleceu a comunidade diante das ameaças vindas dos grupos de fazendeiros da região, que passaram a considerar a presença do Estado nessa comunidade.

Sobre a presença da escola nas comunidades indígenas, Bergamaschi (2008, p. 97), ressalta:

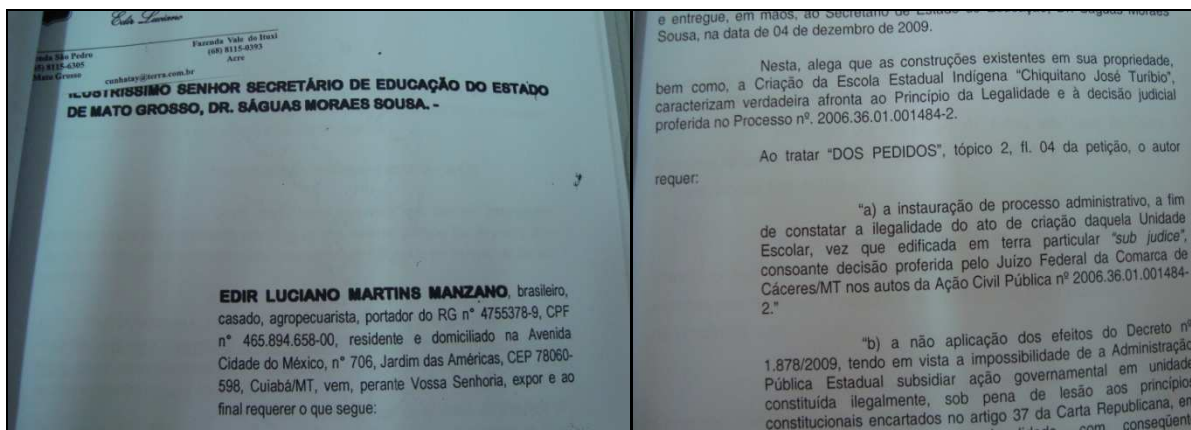
Mesmo com tantos desafios, os povos indígenas assumem a escola como instituição importante e necessária, mas justificam a sua existência no anseio de que ela possa contribuir com suas lutas mais amplas e, se pararmos para escutar as palavras indígenas em encontros e reuniões que problematizam a experiência escolar, vamos perceber o quanto eles procuram delimitar o lugar político da escola.

Nesse sentido, a reivindicação da comunidade em ter uma escola própria que contemplasse os processos próprios de aprendizagem e de luta política remontam ao ano de 2008, pois até então tinham salas anexas da E. E. I. Chiquitano. Para tanto, acionaram a servidora da FUNAI em Cuiabá Hilda Maria Stümel Gonçalves que, à época, respondia pelo setor de educação indígena da instituição. No sentido de atender aos interesses da comunidade, foi encaminhada à SEDUC/MT pela FUNAI a solicitação de estudos necessários à criação da nova escola.

Diante das reivindicações apresentadas à SEDUC-MT, o fazendeiro Edir Luciano encaminhou ao então Secretário de Educação do Estado de Mato Grosso, Dr. Ságuas Moraes Sousa, um ofício, de acordo com a Figura 11, no qual relatou a ilegalidade da criação da escola, argumentando que a terra onde se encontra a comunidade seria particular e estaria “Sob Judice”.



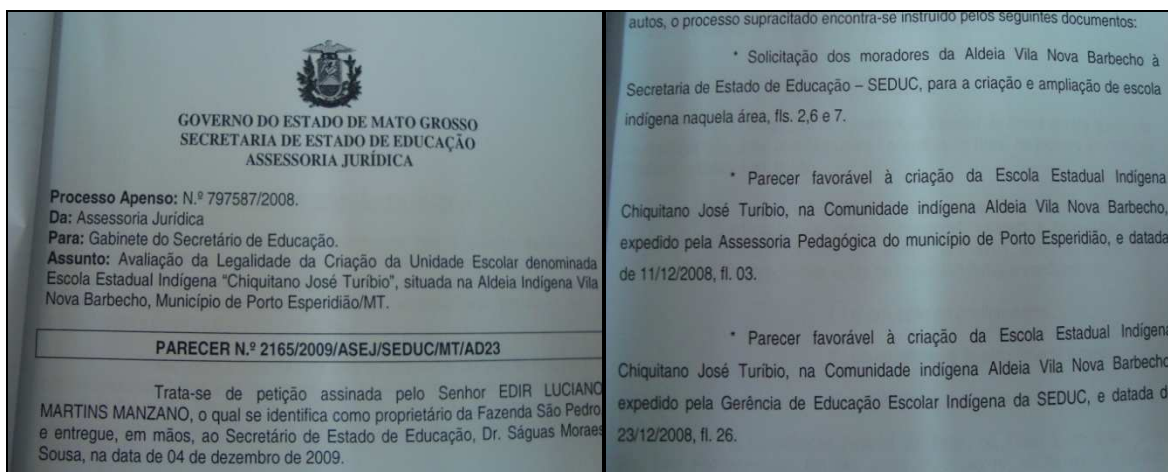
**Figura 11:** Ofício encaminhado ao Secretário de Educação do Estado de Mato Grosso por Edir Luciano Manzano, em 04 de dezembro de 2009, questionando a legalidade da criação da escola da comunidade Vila Nova Barbecho



**Fonte:** Arquivos da Funai (2013).

Frente aos questionamentos sobre a criação da escola, a SEDUC/MT, após estudos detalhados com pareceres da Assessoria Pedagógica de Porto Esperidião, Gerência de Educação Indígena - SEDUC/MT e FUNAI compreenderam a legalidade da reivindicação da comunidade e empreendeu esforços para a criação da unidade escolar na comunidade Vila Nova Barbecho.

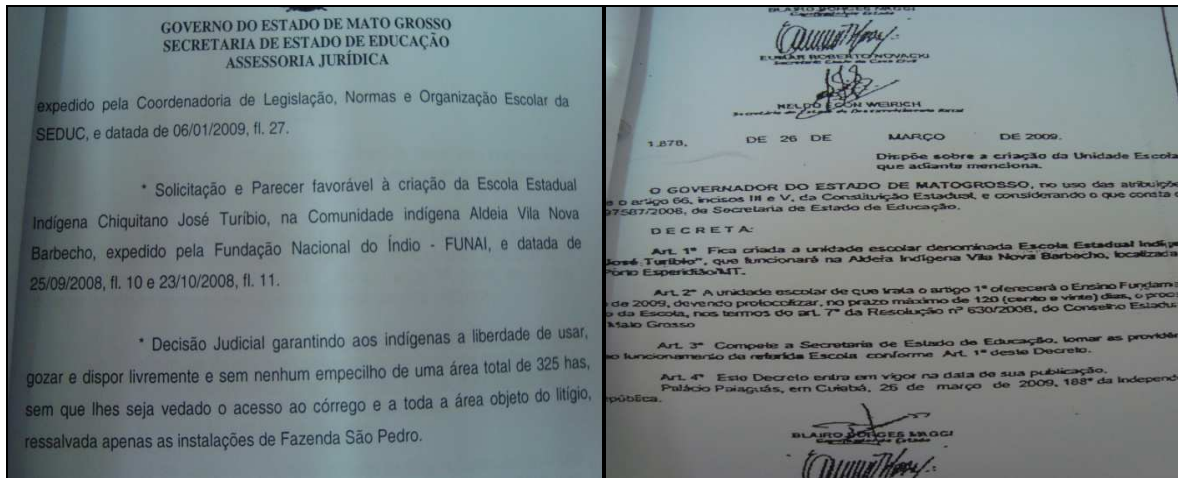
**Figura 12:** Parecer da SEDUC/MT, em resposta às denúncias formuladas por Edir Luciano Manzano e Parecer da Assessoria Pedagógica de Porto Esperidião, bem como da Gerência de Educação Escolar Indígena da SEDUC/MT



**Fonte:** Arquivo FUNAI (2013).

Ainda permeado pelos conflitos inerentes à implantação da escola Chiquitano José Turibio na comunidade Vila Nova Barbecho, buscou-se nos arquivos da FUNAI indícios das vozes que se levantaram em favor dos direitos dessa etnia, conforme mostra a Figura 13.

**Figura 13:** As imagens em questão apresenta o parecer da FUNAI, quanto da criação da escola, bem como na figura seguinte traz o Ato de Criação da escola



Fonte: Arquivo: FUNAI, 2013.

Após tantos percalços, em 26 de setembro de 2009, finalmente a E.E. I.Chiquitano José Turíbio foi implantada. Esse momento representou para a comunidade o reconhecimento do Estado, por meio de sua Secretaria que regulamenta a educação básica, quanto a sua composição étnica e cultural.

Porém, observa-se que, contrapondo as ações desenvolvidas pelo Estado, o levante das forças agropecuárias de Mato Grosso, ao comporem parte do governo estadual e figurarem como lideranças no cenário político nacional, se articularam na tentativa de impedir que os Chiquitanos e outras etnias, pudessem acessar plenamente seus direitos, inclusive de permanecerem ou retornarem a seus territórios tradicionais.

Para reforçar essas impressões, buscou-se respaldo em Silva (2008) que mostra em seus estudos a complexa e conflituosa relação estabelecida nessa região de Mato Grosso onde se encontra a etnia Chiquitano, sendo possível verificar o poder político regional organizado em defesa do capital agropecuário.

No ano de 2008, foi publicado um artigo intitulado “Identidades e Conflitos na Fronteira: poderes locais e os Chiquitanos”, o qual representou um levantamento de matérias divulgadas pelos veículos de comunicação regional e nacional a partir de 2004, questionando a indianidade e a nacionalidade brasileira dos Chiquitanos.

O artigo publicado na Revista Veja (2005)<sup>24</sup>, intitulado “Índios por imposição - a FUNAI quer transformar descendentes de bolivianos em aborígenes, em Mato Grosso”,

<sup>24</sup> O artigo em questão aponta que os Chiquitanos são o resultado de uma manobra da Funai, e que os mesmos não estariam de acordo com os resultados apresentados pela instituição. Fonte: [http://veja.abril.com.br/141205/p\\_094.html](http://veja.abril.com.br/141205/p_094.html).

apresenta forte cunho ideológico, pois tenta atribuir à FUNAI a “invenção” dos Chiquitanos, bem como busca desacreditar os estudos realizados por antropólogos.

Silva (2008, p. 138) argumenta:

Nesta reportagem observa-se uma insidiosa maneira de discutir a identidade dos Chiquitanos. Afirma o repórter José Edward que “O projeto oficial de conversão dos chiquitanos em índios foi baseado em um estudo antropológico”. Conversão aqui deve ser entendida como transformação compulsória em algo que não se é. Na reportagem, em consonância com as opiniões ligadas ao poder econômico da região, o autor reafirma enfaticamente a ideia de que os Chiquitanos não são índios e acusa a FUNAI de má fé, pois está forjando a existência de um povo.

Ainda segundo a autora:

Uma campanha, promovida por alguns políticos e pelo governador de Mato Grosso, foi veiculada entre 2005 e 2006 pela imprensa escrita no estado buscando convencer a população mato-grossense da não indianidade dos Chiquitanos e comprovar que são estrangeiros, imigrantes da Bolívia para o Brasil. O que está em jogo não é apenas uma questão ligada à identidade e autenticidade, mas uma disputa por terras indígenas por parte dos donos de terra da região(2008, p.120).

A argumentação evidencia uma estratégia bastante comum no cenário político regional, ou seja, a construção de um discurso ideológico, que se opõem a todo um contexto histórico na “fabricação” de verdades.

Sobre essa questão, Pacini (2013) coaduna com os estudos empreendidos por Silva (2008), ao apresentar em seu artigo intitulado “As identidades nas fronteiras: o caso de Manoel Chiquitano” que, segundo suas análises, a articulação das forças políticas regionais em suas várias esferas busca manter as estruturas que resultam na usurpação de territórios tradicionais, contrariando princípios constitucionais, reivindicados pelos indígenas no direito ao acesso, permanência e demarcação de suas terras, bem como ao reconhecimento de direitos fundamentais, como a cidadania.

Em resposta às reivindicações das etnias brasileiras quanto à demarcação de seus territórios tradicionais, argumenta Pacini (2013):

Contra isso se levantam as forças do agronegócio no Brasil e no Mato Grosso. Quando Blairo Maggi assumiu como governador, conseguiu um compromisso do Ministro da Justiça que não se demarcasse mais terra indígena no Mato Grosso e esta política continua até os dias de hoje. O Projeto de Lei nº. 349/2013, da senadora de Kátia Abreu (PSD-TO) tem como objetivo impedir que terras ocupadas por indígenas em processo de retomada sejam demarcadas ou continuem os estudos para

constituição como Terras Indígenas. Impressionante é no Brasil a ofensiva do agronegócio contra os indígenas<sup>25</sup>.

Ainda nessa perspectiva, ao elencar trechos proferidos por integrantes da Frente Agropecuária<sup>26</sup>, ou seja, a bancada ruralista que representa o agronegócio em nível nacional, em defesa do patrimônio privado que em muitos casos é fruto da expropriação de terras, levanta-se a bandeira de que em nome do crescimento econômico tudo é permitido, desconsiderando a memória, a cultura e as tradições das comunidades tradicionais e dos pequenos agricultores.

Segundo o Parlamentar Homero Pereira, PSD-MT, (2013):

[...] ninguém é contra índio, nós queremos conviver em harmonia com nossos irmãos indígenas que são os habitantes originais de nosso país. No entanto nós não podemos agredir o produtor rural, áreas produtivas que estão com agricultura, com agropecuária, hoje estão sendo invadidas e a grande maioria não é por demanda dos índios, é por demanda de Ongs internacionais é por demanda de interesses escusos. É que querem atrapalhar nossa logística, **são invasão de índios de outros países. Agora tá vindo índio do Paraguai, índios boliviano, como os chiquitanos lá no Mato Grosso, que não tem nada a ver com o Brasil, então tem que dar um basta [...]**<sup>27</sup>. (entrevista) (Grifo nosso).

A Frente Parlamentar agropecuária, que era representada pelo referido parlamentar (falecido em 21/10/2013), exterioriza o conceito que a bancada tem sobre os povos indígenas e questiona a nacionalidade dos Chiquitanos, colocando-os na condição de estrangeiros que buscam usurpar o território que na atualidade tem “dono”. Ao mesmo tempo, tenta recolocá-los na condição de invisíveis, mantendo uma relação bastante comum na região, pois até há alguns anos os Chiquitanos não manifestavam sua identidade étnica, permanecendo no campo como trabalhadores, que não reivindicavam “terra”, portanto não incomodavam.

O processo de reivindicações deflagrado por essa etnia implica diretamente o direito e a necessidade de retomarem seus territórios tradicionais, conforme relata a historiografia,

---

<sup>25</sup> Fragmentos do texto apresentado na Jornada de Antropología, Historia y Arqueología - Tierras Bajas, no Grupo de Trabalho Fronteira Bolivia-Brasil, realizado no Museo de Historia de la Universidad Autónoma Gabriel René Moreno, em Santa Cruz de la Sierra, Bolivia, de 16 a 18 de outubro de 2013. O texto não apresenta numeração das páginas.

<sup>26</sup> Denominação elencada em audiência com o Vice-Presidente Michel Temer, que abarcava as dificuldades e necessidades segundo o presidente da Frente Parlamentar Agropecuária, deputado Luiz Carlos Heinze (PP-RS), de rever a política de demarcação de terras indígenas nessa reunião.  
Fonte: <http://www.fpagropecuaria.com.br/noticias/16-05-2013-frente-agropecuaria-pede-a-temer-suspensao-da-demarcacao-de-terras-indigenas>

<sup>27</sup> Trecho de entrevista do parlamentar ao defender o Projeto de Emenda Constitucional 215 – PEC 215, que transfere para o legislativo a demarcação de Terras Indígenas. Fonte: <http://www.fpagropecuaria.com.br/noticias/16052013-frente-agropecuaria-pede-a-temer-suspensao-da-demarcacao-de-terras-indigenas>. Acessado em: 20/05/2013.

através de diversos documentos dos viajantes durante o período colonial e dos estudos acadêmicos de cunho histórico que asseguram a presença dos Chiquitanos nessa região.

Pacini (2012, p.554) ressalta:

Para os Chiquitanos, a terra não serve somente para pisar e correr, é o sustentáculo de sua vida. A floresta nasce na terra, é a terra que dá espaço para a plantação através do ritual de preparo da lavoura. Lavrar a terra é ato sagrado como plantar a semente. Os córregos correm sobre a terra e as fontes nascem na terra para dar água potável para os filhos da terra, segundo Elizabete e Elena da Vila Nova Barbecho. “A terra é *mãe* e a água também é *mãe*, fonte de vida!”, dizem elas. Parece-me que não há melhor definição para o território tradicional indígena chiquitano. Assim os povos nativos das Américas conseguem sentir e viver para dizer repetidamente que a terra é pátria-mãe!

Conforme Moreira da Costa (2006, p.131):

Mesmo diante da ameaça constante, representada pelo avanço das fazendas, pelo cercamento dos caminhos, baías, campos e cemitérios, os Chiquitano subsistem em um ambiente adverso e hostil, cada vez mais separados e excluídos de seu território tradicional, do acesso aos recursos materiais e imateriais necessários as suas reproduções físicas e culturais.

Nesse sentido, considera-se que a relação estabelecida com o ambiente possibilita aos povos indígenas a prática de tradições ancestrais, ou seja, a continuidade de sua cultura que é repassada aos mais jovens pelo fazer. Ter acesso a terra, às matas, aos rios é muito mais do que abstração, é sobrevivência física e cultural. Quando se retira do índio o acesso a esses bens, retira-se deles a continuidade de sua existência.

Portanto, o Estado, que reconhece os índios Chiquitanos como pessoas de direitos, fornecendo serviços básicos de saúde e educação, os invisibiliza quando parte de sua estrutura política tenta publicamente desacreditar sua indianidade e nacionalidade, questionando juridicamente seus direitos e politicamente tentam manipular as leis no sentido de proteger os interesses do capital agropecuário, contrapondo muitas vezes a Constituição Brasileira.

Nessa perspectiva, a Frente Parlamentar ligada ao agronegócio tenta a todo custo aprovar o Projeto de Emenda Constitucional 215 - PEC 215, que transfere para o legislativo a demarcação de terras indígenas; a ela somam-se a PEC-38, PEC-237, Projeto de Lei Complementar 227 (PLP-227) e o Projeto de Lei 1610, todos no sentido de limitar, impedir ou cercear os direitos das comunidades tradicionais, como os Quilombolas, Ribeirinhos e Indígenas.

As comunidades tradicionais, com destaque às comunidades indígenas, são percebidas por alguns parlamentares como empecilho ao desenvolvimento e crescimento do país. Nesse

sentido, questiona-se: como um país pode se desenvolver preterindo seu contexto histórico e a memória de sua sociedade? Como uma nação pode ser reconhecida e respeitada na esfera internacional se tenta manipular a constituição Federal em benefício de alguns?

Esses questionamentos levam a compreender que preterir a história da sociedade brasileira é negar às comunidades tradicionais acesso, permanência e manutenção de referenciais culturais que se constituem como aportes de uma memória coletiva. Bem como considerar que a Constituição Brasileira de 1988, que prevê direitos diferenciados as comunidades tradicionais, não pode ser manipulada para atender aos interesses de uma parcela da sociedade que detém o capital e que se mantém em bases tão desiguais, sendo a exploração da classe trabalhadora o alicerce de sustentação do capital financeiro desse país.

Conforme dados apresentados pelo Conselho Indigenista Missionário- CIMI, através do relatório de violência contra os povos indígenas em 2012, houve um crescimento acentuado na proporção de violências cometidas contra as etnias brasileiras. Na categoria de violência contra a pessoa, a exemplo de homicídios, ameaças de morte, tentativas de assassinato, racismo, lesões corporais e violência sexual, houve um aumento de 237% <sup>28</sup>em comparação com 2011.

O relatório do CIMI apresenta diminuição no processo de homologação de terras indígenas ao comparar os anos de 2011 em que foram homologadas quarenta e seis terras e em 2012 apenas sete. O relatório destaca ainda que a morosidade na demarcação de terras indígenas tem propiciado invasões e exploração ilegal de recursos naturais, o que coloca as comunidades em situação de maior fragilidade com seu entorno, além de colocar em risco de morte as pessoas que formam essas comunidades, pois, sem território demarcado e sem assistência efetiva do poder público, muitas etnias encontram-se em situação de miséria, abandono e extrema vulnerabilidade.

Nesse contexto, as disputas por terra em nosso país não é novidade, onde forças antagônicas se confrontam, sendo que os efeitos são sentidos em maior escala por aqueles que não detêm o capital financeiro.

Nessa perspectiva, a manutenção da identidade étnica fica ameaçada. Tomando por base as reflexões sobre a etnia Chiquitano, percebe-se claramente que os golpes deferidos contra essa etnia ao questionar sua indianidade e nacionalidade não se sustentam no campo das diferenças culturais, mas na esfera da posse do território.

---

<sup>28</sup> Fonte: <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=6998> . Acessado em 14/11/2013.

Assim, essa intrincada relação entre identidade e território vai além dos conflitos agrários, ganhando contornos diferenciados para essas pessoas que, nascidas na fronteira entre estados nacionais, tornam-se despatriadas, tendo por vezes que abrir mão de suas origens, negando publicamente sua ancestralidade para então conseguirem ser reconhecidas como brasileiros.

### 3.4. O Chiquitano no Estado Brasileiro

Em meio a um contexto cultural amplo, diverso e cheio de contradições, é possível localizar os Chiquitanos entre as quarenta e duas etnias identificadas em território mato-grossense, conforme Quadro 04, transitando entre visíveis e invisíveis.

**Quadro 04:** Nome das etnias em Mato Grosso

Apiaká	Juruna	Mehináko	Rikbaktsa	Yawalapiti
Arara	Kalapalo	Metuktire	Suyá	Zoró
Aweti	Kamayurá	Munduruku	Tapayuna	
Bakairi	Karajá	Mynky	Tapirapé	
Bororo	Katitaulú	Nafukuá	Terena	
Cinta larga	Kayabí	Nambikwara	Trumai	
Enawené-Nawê	Kayapó	Naravute	Umutina	
Hahaintsú	Kreen-Akarôre	Panará	Waurá	
Ikpeng	Kuikuro	Pareci	Xavante	
Irantxe	Matipu	Parintintin	<b>Chiquitano</b>	

Fonte: FUNAI, 2012.

Dessa maneira, retornam as questões que envolvem a fronteira, pois a ela é imputado muito da ideologia discriminatória construída em relação aos Chiquitanos. Historicamente, esse discurso foi se fortalecendo de tal forma que a invisibilidade étnica desse grupo pode ser percebida na fala de muitos moradores de Cáceres, que desconhecem a própria história da região, bem como o relevante papel desenvolvido pelos indígenas na construção do município e na consolidação da fronteira brasileira.

Frente a essa fronteira que, mais do que uma definição espacial, torna-se um paradoxo entre o bom, o salutar e o ruim, encontram-se os chiquitanos, expostos a todas as formas de riscos atribuídos às regiões de fronteira.

A fronteira política se constitui a partir da consolidação da soberania nacional entre países. Nesse sentido, essa região torna-se um espaço no qual o poder público, devido a grande extensão, cerca de 750 km, de “fronteira seca”<sup>29</sup> entre Brasil e Bolívia, não consegue se fazer presente de forma concreta.

A região aqui tomada por base é constituída pelos municípios de Cáceres, Porto Esperidião e Vila Bela da Santíssima Trindade, considerada o corredor por onde se operam muitas ações ilícitas, sendo o narcotráfico, a mais extensiva delas. Contrapondo as ações ilegais que ocorrem na região, pode-se destacar a presença das Forças Armadas Brasileiras, representada pelo Exército brasileiro, com o objetivo de coibir essas ações.

A presença militar na região de fronteira remonta ao século XVIII, considerando que sua organização diferia da atual composição militar que conhecemos, pois, segundo indicam os estudos de Meireles (1989), o fim das missões propiciou a muitos indígenas se estabelecerem junto aos fortes edificadas por paulistas contribuindo para resguardar a fronteira brasileira.

Assim, o 2º Batalhão de Fronteira de Cáceres foi criado em 24 de maio de 1939, com a missão de garantir a soberania nacional, fiscalizar e manter a ordem nos perímetros fronteiriços. Teve, em 1978, sua nomeação alterada para 66º Batalhão de Infantaria Motorizada, permanecendo até 1994, quando então voltou a receber sua primeira designação.

Tendo como sede a cidade de Cáceres, o 2º Batalhão dispõe ainda de oito destacamentos militares, que, a exemplo do período colonial, efetiva a presença do Estado em território Chiquitano, que demarca a fronteira entre os dois países.

Como ocorrem com outras fronteiras brasileiras, os povos nativos geralmente mantêm seus territórios tradicionais que os dividem em duas nacionalidades, mas sendo um povo só, mantém a língua e a cultura, mesmo apropriando-se da língua nacional e outros elementos identitários.

---

<sup>29</sup> Denominação comumente usada entre a população que habita a região de fronteira entre Brasil e Bolívia, a partir de Mato Grosso para designar as estradas não oficiais desse perímetro.



**Figura 14:** Mapa de localização dos destacamentos de fronteira em Mato Grosso, onde se lê Comando dos Elementos Destacados, com as iniciais que identificam cada destacamento do 2º BEFRON



**Foto:** Adriana Nezeir de Almeida Duarte.

Os destacamentos militares de fronteira criados a partir da década de 40, conforme Quadro 05, tornaram-se um efetivo fiscalizador dessa região, influenciando comportamentos e estabelecendo relações com seu entorno. Nesse viés, sua presença ao longo do tempo termina por interferir na dinâmica cultural e geográfica da região.

**Quadro 05:** Destacamentos militares localizados na região de fronteira

Ordem	Nome	Data criação	Localização
1	Destacamento Militar de Corixa	02/07/1940	BR 070, ligando Cáceres a San Mathias.
2	Destacamento Militar de Casalvasco	25/08/1940	Em linha reta, cerca de 15km separam-no da Bolívia. Controla o acesso à cidade de Vila Bela da SS. Trindade.
3	Destacamento Militar de Fortuna	11/01/1941	Localizado às margens da MT 265, está a pouco mais de 500 metros da fronteira, que faz ligação com o povoado de Ascención. A oeste de seu aquartelamento, existe uma via de acesso que, vinda de San Bartolo, liga-se a MT 265.
4	Subdestacamento Militar de Porto Esperidião.	03/12/1957	Localizado na cidade de mesmo nome, mantém uma área de propriedade do Exército. No passado servia de ponto de apoio aos destacamentos.

5	Destacamento Militar de São Simão	14/08/1964	Localizado às margens da MT-199. Controlam as vias que provem das cidades bolivianas de Coyu e San Vicente.
6	Destacamento Militar de Palmarito	02/01/1975	Subdestacamento de Cassalvasco, situa-se a 20 km do mesmo. Controla o acesso entre povoados da Bolívia e Vila Bela SS. Trindade
7	Destacamento Militar de Santa Rita	12/08/1975	Localizada às margens da MT-265, a cerca de 20 km do povoado boliviano Las Petas.
8	Destacamento Militar do Guaporé	31/03/1996	Localiza-se às margens do Rio Guaporé. Controla diretamente as atividades estrangeiras na calha desse rio.

Fonte: 2º BEFRON, 2013.

O interesse em pesquisar os arquivos do 2º BEFRON surgiu durante a investigação nos arquivos da Câmara Municipal de Cáceres. Nas incursões ao arquivo já citado, encontrou-se um ofício, conforme Figura 15, encaminhado àquela instituição, dando conta da quantidade de veículos que cruzaram o Rio Paraguai no ano de 1972, pois, segundo o que pareceu, cabia ao Exército de Cáceres realizar esse controle.

Figura 15: Movimento mensal de veículos que transitaram na Ponte Marechal Rondon, no ano de 1972

MOVIMENTO MENSAL DE VEÍCULOS QUE TRANSITARAM PELA PONTE MARECHAL RONDON, NO ANO DE 1972.-

MÊSES	Nº DE VEÍCULOS
Janeiro	2.545
Fevereiro	1.943
Março	1.473
Abril	1.524
Mai	1.898
Junho	2.016
Julho	2.172
Agosto	1.356
Setembro	2.283
Outubro	2.093
Novembro	1.391
Dezembro	2.411
TOTAL	23.105

Quartel em Cáceres, MT, 20 de Fevereiro de 1973.

FERNANDO ANTONIO NOGUEIRA MARTINS - Ten Cel  
CMT DO 2º BEFRON

Fonte: Câmara Municipal de Cáceres.

A possibilidade de obter maiores informações sobre a presença de Chiquitano no município remeteu então ao Comandante do 2º BEFRON, onde foi protocolado ofício solicitando acesso aos arquivos da instituição. A princípio recebeu-se como resposta uma

negativa, pois, conforme foi explicado, os registros documentais em função do desgaste do tempo encontravam-se bastante danificados.

Diante da resposta obtida, foi procurada novamente a instituição e ao conversar com o Capitão Asauri, responsável pelos destacamentos de fronteira, expôs-se ao mesmo as intenções de identificar nos documentos elementos que ampliassem o entendimento sobre a presença dos Chiquitanos em Cáceres e região, inclusive informações que pudessem advir do controle estabelecido pelo Exército às pessoas que cruzavam o Rio Paraguai, através da Ponte Marechal Rondon.

Ao ouvir esses argumentos, o Capitão se comprometeu em conversar com o Comandante e solicitar novamente autorização. Após três dias dessa conversa, o capitão em questão, nos transmitiu a permissão do Comandante.

Porém, nas idas e vindas ao batalhão, teve-se oportunidade de observar os militares presentes e até conversar com alguns, quando se tomou conhecimento da presença de soldados vindos de famílias que residiam na região de fronteira entre Brasil e Bolívia.

Em função da presença militar na região de fronteira, sabia-se das relações estabelecidas entre militares e indígenas Chiquitanos, inclusive as relações de casamentos entre eles, porém em virtude dos diálogos estabelecidos suscitaram outras possibilidades, qual a participação dos Chiquitanos no 2º BEFRON? De que forma eles figuram? O Estado os reconhece etnicamente?

Buscando respostas a esses questionamentos, iniciaram-se as investigações dos registros sob o cuidado do soldado Moura, responsável pelo arquivo da instituição. Por não conhecer a organização dos serviços militares, teve-se grande dificuldade em compreender os registros, pois apresentavam informações técnicas, correspondentes a outro período e forma de governo.

Em virtude dessa organização, o recorte desta investigação foi ampliado, na tentativa de encontrar mais elementos que fornecessem as respostas que se buscava. Assim, os primeiros documentos analisados remontam aos anos de 1940 a 1942, conforme quadro 06, a seguir.

**Quadro 06:** Livro Companhia de Comando e Serviço – CCSV, anos 1940, 1941, 1942

Registro Número	Graduação	Descrição	Observação
220	Soldado	Sem descrição	p. 23
454	Soldado	Natural desse Estado, solteiro, analfabeto, cor parda, 1,65 de altura, nariz achatado, boca grande, profissão: lavrador.	p. 31
220	Soldado	Baixa por tempo de serviço	p. 58
453	Soldado	Transferência	p. 133
454	Soldado	Cedente	p. 133

**Fonte:** Arquivo 2º BEFRON, 2013.

Checou-se as 44 páginas do livro em questão que correspondem ao ano de 1940, foram encontrados 144 registros, escritos à mão, o que em alguns momentos dificultou este trabalho. Outro elemento observado foi a presença do sobrenome Arruda nos registros número 262 (pág. 17), 200 (pág. 22), 119 (pág. 29) e 420 (pág. 38). A relevância desse sobrenome se apresenta em função de que o mesmo foi identificado no interior das comunidades Chiquitano, conforme dito anteriormente.

As páginas 45 a 112 contemplam o ano de 1941, contendo 67 registros. O estado dos documentos pode ser considerado frágil, dificultando o manuseio dos mesmos. A sequência dos registros também apresentou variações, conforme se pode observar na comparação da ordem de registros, assim orientou-se pela numeração das páginas para manter a organização da coleta de dados. Nos registros verificados, encontrou-se, além dos indivíduos elencados no Quadro 06, o sobrenome Arruda que aparece nos registros 200 (pág.58), 237 (pág.59), 119 (pág.61), 361 (pág.63), 420 (pág.64), 359 (pág.80), 361 (pág.94).

No total de 148 registros verificados que correspondem ao ano de 1942, compreendendo da página 113 a 150, foram identificados dois indivíduos com sobrenomes que remetem ao Povo Chiquitano, além do sobrenome Arruda que figura nos registros número 361 (pág.131) e 359 (pág.141). Sobre o militar, conforme identificado no Quadro 06, como transferidos os registros não indicam para onde. Bem como o termo cedente, caso de outro militar citado, o documento não indica o que significa.

Nesse sentido, a análise do livro em questão, que compreende os anos de 1940, 1941 e 1942, indica a presença de pessoas de descendência Chiquitano nas Forças Armadas Brasileiras. Embora, em um total de 359 registros verificados, a presença dessas pessoas tenha sido pequena, não se pode desconsiderar participação.

Na continuidade deste trabalho, buscou-se o livro que dava continuidade ao ano de 1942 e de 1943, porém o mesmo encontrava-se bastante danificado, apresentando muitas folhas soltas e rasgadas. Assim, optou-se em não realizar a verificação, pois mesmo utilizando luvas, máscaras, lupa, o manuseio poderia danificar ainda mais os documentos em questão.

Os trabalhos avançaram com o livro que compreende o ano de 1944, verificando um total de 237 registros distribuídos em 170 páginas, onde o sobrenome Arruda aparece nos registros 206 (pág.20), 204 (pág.37) e 492 (pág.40). Portanto, essas foram as possibilidades de parentesco Chiquitano percebidas nesse livro.

O livro em questão, a partir da página 79 até a página 170, deixa de registrar ordens de serviço ou condição funcional dos militares para então registrar vencimentos e vantagens dos praças<sup>30</sup> para o ano de 1950.

**Quadro 07:** Livro Companhia de Comando e Serviço – CCSV, ano 1948 e 1949.

Ano	Registro Número	Graduação	Descrição	Observação
1948	793	Soldado	Registro de detenção por 07 dias	p.24
1948	Não consta	Soldado	Excluído do estado efetivo, por ser considerado incapaz fisicamente para o serviço do Exército.	p.25
1948	653	Soldado	Natural de Corumbá, solteiro, ajudante de pedreiro, analfabeto, cor parda clara.	p.41

**Fonte:** 2º BEFRON - Cáceres, 2013.

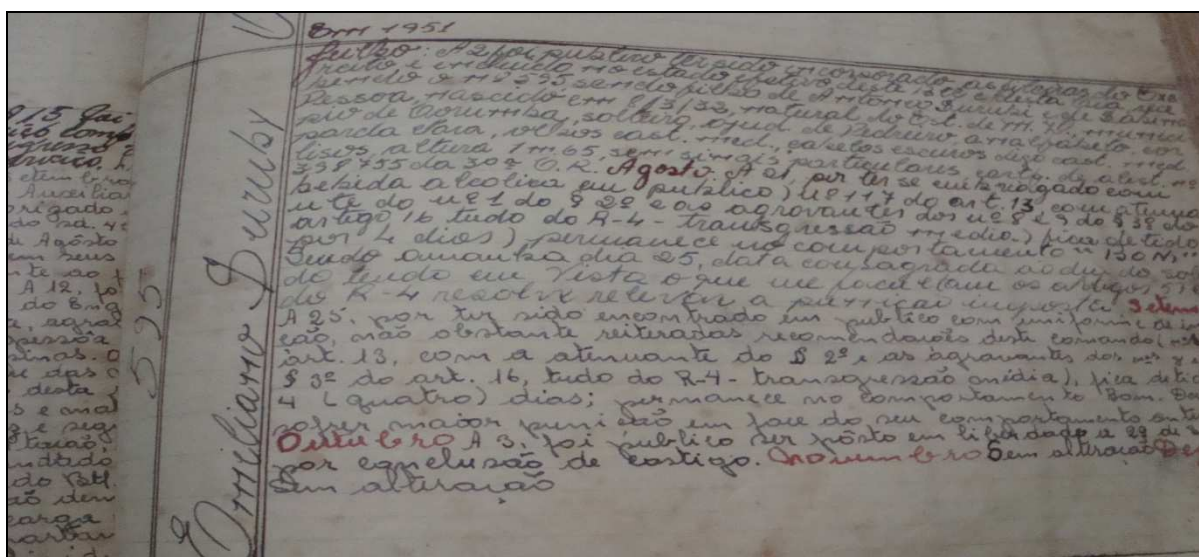
No livro que compreende os anos de 1948 e 1949, contendo 147 páginas, foram verificados 580 registros. De acordo com o Quadro 07, foram elencadas as possibilidades de descendência Chiquitano. Ainda nesse sentido, ressalta-se o registro de pessoas com sobrenome Arruda. Conforme os registros 709 (pág.38), 53 (pág.69), 244 (pág.86), 70 (pág.90), 550 (pág.97), 552 (pág.98), 559 (pág.99), 574 (pág.103), 579 (pág.104), 587 (pág.106), 579 (pág.131) e 552 (pág.132).

<sup>30</sup> Denominação dada aos militares do Exército.

Portanto, ao finalizar a pasta arquivo denominada “Secretaria de Alterações de CB/SD<sup>31</sup> - CCSV – 1940 a 1949”, contendo 05 livros, foram verificadas 465 páginas, 1.176 registros dos quais 08 indicaram descendência Chiquitano e 26 pessoas que apresentam sobrenome Arruda. Pode-se perceber que, embora tímida, há presença de Chiquitanos, os mesmos figuraram na década de 40, como membros do Exército Brasileiro, contribuindo com a consolidação do projeto de nação. Nesse sentido, reforçam-se as perspectivas de visibilizar aqueles que foram preteridos pela historiografia.

Na próxima pasta arquivo investigada, denominada “Secretaria de Alterações de CB/SD. 1ª Cia Fuz<sup>32</sup>. Ano 1950 – 1953” foram verificados 1.826 registros distribuídos em 447 páginas, onde identificou-se 02 possibilidades de Chiquitanos, conforme Figura 16.

**Figura 16:** Registro da vida funcional de soldado



**Fonte:** Adriana Nezeir de Almeida Duarte, 2013.

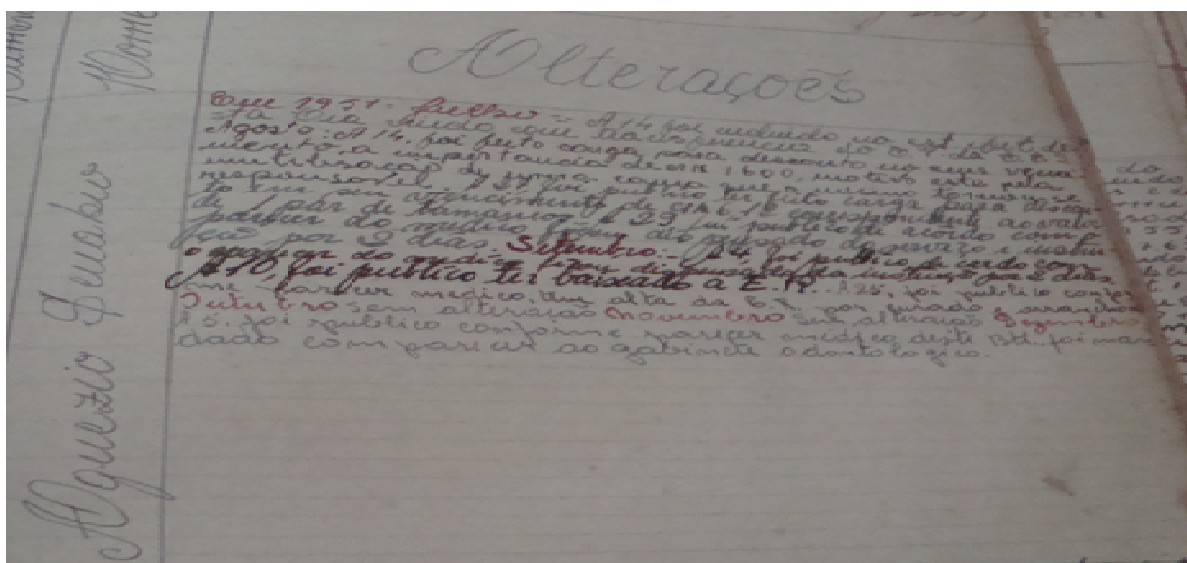
Segundo os registros que se referem ao soldado Emiliano Suruby, o mesmo era natural de Corumbá, ajudante de pedreiro, analfabeto, de cor parda. Os registros indicam que fora detido duas vezes por mau comportamento. Em uma das situações relatadas, ele apresentava sinal de embriaguez em público e em outra estava trajando o uniforme sem permissão.

Ainda sobre a Figura 16, pode-se observar que a escrita do sobrenome Suruby difere da escrita identificada no interior das comunidades Chiquitano, conforme apresenta o Quadro 03 no primeiro capítulo do texto dissertativo. A esse respeito, retomar-se-á mais adiante nas análises sobre os dados obtidos no Cartório de Registro Civil.

<sup>31</sup> Nomeação de Cabos e Soldados.

<sup>32</sup> 1ª Companhia de Fuzileiros.

**Figura 17:** Registro da vida funcional de soldado



**Fonte:** Adriana Nezeir de Almeida Duarte, 2013.

Os registros do soldado Aquézio Senábio, de acordo com a Figura 17, tratam do percurso militar do mesmo durante o ano de 1951, relatando, além das ordens de serviço recebidas, tratamento médico e odontológico ao qual fora submetido.

Diante da escassez do tempo e tendo em vista o grande número de registros verificados nos livros “Secretaria de Alterações”, optou-se, então, em buscar evidências da presença de Chiquitano em outras pastas.

Foram investigados a seguir os livros intitulados “Boletim Interno”, registros que tratam do cotidiano do quartel. Apresentam a escala de serviço, com nome e graduação de militares, instruções institucionais, ou seja, as orientações do Ministério de Guerra e as alterações de pessoal, como licença, visita médica, recebimento e entrega de materiais, inspeção de saúde, limpeza e trato dos animais<sup>33</sup>. Constam ainda desses Boletins a transcrição de radiogramas, transferências, pensão, proventos, desligamento da corporação, formação de comissões, ordens de desconto e disciplinamento dos militares, com relato das faltas cometidas.

Dentre os 51 Boletins Internos verificados, referentes ao ano de 1964, foram identificados dois soldados. Trata-se de Manoel Massavi e Pedro Choré, ambos constam da Ata de Exame da Escola Regimental, com grau 4.4 e 4.0. Buscou-se saber mais sobre essa questão, porém a pessoa que acompanhava nosso trabalho não dispunha dessas informações.

<sup>33</sup> Ressalta-se que, na década de 60, o 2º BEFRON, dispunha de equinos, usados interna e externamente nas atividades militares. Foram encontrados registros que falam da utilização dos mesmos no transporte e locomoção dos militares destacados.

Ao finalizar os trabalhos no 2º BEFRON, em virtude do tempo exíguo, não se encontrou os registros de controle do trânsito sobre a Ponte Marechal Rondon que, no primeiro momento, instigou a ida à instituição. Nesse sentido, de posse de uma cópia do documento em questão, obtido na Câmara Municipal de Cáceres, procurou-se novamente o Capitão Asauri, expondo a ele a situação.

Ele, então, explicou que, se havia esses documentos, eles poderiam estar nos arquivos confidenciais e assim não ser permitido acesso, ou já haviam sido incinerados, considerando que a cada cinco anos alguns documentos são destruídos. Porém se dispôs a olhar no arquivo e relatar a existência ou não. No caso de serem encontrados, falar-se-ia com o comandante, solicitando acesso.

O Capitão em questão fez algumas buscas no arquivo confidencial e, não obtendo êxito, conversou com alguns militares desse setor para saber deles sobre a existência desses registros, mas também não foi bem sucedido.

Diante da inexistência desses registros, o oficial solicitou se poderia ser fornecida uma cópia do documento em questão para a instituição, a fim de preservar a memória do batalhão militar de fronteira, pois, segundo ele, essa parte da história era desconhecida.

Quanto à participação dos Chiquitanos no 2º BEFRON, os documentos analisados confirmaram sua presença, sejam incorporados ao corpo militar ou nas relações de trabalho estabelecidas na construção dos destacamentos de fronteira.

Sobre o reconhecimento étnico dos Chiquitanos pelo Estado, representado por essa instituição, não se identificou em nenhum registro qualquer referência sobre sua indianidade, assim compreendeu-se que a identidade cultural dos mesmos não era visível.

As informações obtidas sugerem ainda que a curta permanência dos mesmos no quadro do exército pode justamente ter-se dado em função dos referenciais culturais, pois existe a possibilidade de não adaptação à rigidez e disciplina militar.

No Espaço de Memória “Sentinela do Marco do Jauru”<sup>34</sup>, conforme Figura 18, teve-se acesso a um pequeno acervo fotográfico da instituição, onde se identificou a participação de Chiquitano em três situações.

---

<sup>34</sup> Considerado o Salão Nobre do 2º BEFRON, reúne um acervo fotográfico, que conta visualmente um pouco da história da instituição.



**Figura 18:** Espaço de Memória, 2º BEFRON



**Fonte:** Adriana Nezeir de Almeida Duarte, 2013.

Dois registros retratam o início da construção do destacamento e casas dos militares de Corixa, onde figuram alguns trabalhadores, sugerindo pelo fenótipo e pela composição social da região a presença e relação de trabalho entre Chiquitanos e militares.

Apenas um dos registros fotográficos apresenta como data o ano de 1965, e retrata homens exercendo atividades braçais, sendo essa uma situação comum na região. Em estudos já realizados, foram relatadas situações onde índios Chiquitanos eram chamados a trabalhar nos destacamentos, sem, no entanto, serem reconhecidos como trabalhadores de direito.

O terceiro registro segundo a ficha de identificação remonta a 1976, intitulado Escola Militar de Santa Rita, Comunidade de Asa Branca. Identificou-se a presença de treze crianças, sendo sete meninos e seis meninas, sob a tutela do primeiro professor da escola, o Cabo Edmundo. Esse registro retrata todas as meninas de vestido, com os braços cruzados à frente do corpo e sentadas. Já os meninos estão em pé ao fundo. O professor está sentado ao centro, entre as meninas. A imagem indica uma postura de disciplinamento do corpo condizente com a educação militar, pois as crianças apresentam sinais de enrijecimento dos braços, com um semblante sério. Porém, um detalhe chamou a atenção, apesar da seriedade do professor, este está com um dos braços envolvendo uma das crianças, o que sugere afetividade do mesmo em relação às crianças, algo incomum naquele período.

A imagem em questão remete ao universo das crianças, que, embora se deixem disciplinar, arrumam formas de negociar com seu entorno meios de romper as conveniências do universo dos adultos. Ainda sobre essa imagem, a mesma sugere haver um equilíbrio de gênero quanto ao acesso à educação formal desenvolvida pelos militares na fronteira Brasil/Bolívia.

Segundo informações, o acervo foi doado ao batalhão pelo 2º sargento Sandro Miguel S. Paula, já aposentado, que durante sua vida militar sempre manifestou interesse em preservar a memória da instituição, conseguindo registros documentais e visuais inéditos. Diante dessas informações, tentou-se contatar o mesmo, porém sem sucesso.

Como visto, as imagens ajudam a contar um pouco da história do Batalhão, apresentando fotos que marcam diversas fases de consolidação da instituição, que contribuem ainda para preservação da memória do município de Cáceres-MT.

Portanto, diante dos achados no 2º BEFRON, pode-se perceber que o mesmo dispõe de um rico manancial histórico, onde gostaríamos de ter permanecido por mais tempo, porém, em função do tempo disponível, foi finalizada por ora a atividade na instituição.

Retomando os estudos já desenvolvidos, constatou-se que, embora as relações entre militares e Chiquitano fossem uma constante, têm sido marcadas por movimentos de aproximação e afastamento, pois, se na fase colonial, os indígenas eram concebidos como necessários, no período mais recente da história regional, são percebidos pela instituição como pessoas que ocupam de forma irregular as terras que pertencem à União.

Sobre essa questão ressalta Silva (2008, p.123):

No caso de moradores próximos aos Destacamentos Militares (Asa Branca, Fortuna, Santa Rita, Santa Mônica, Corixa Grande, Palmarito e Casalvasco), parte das novas famílias constituídas foi obrigada a mudar-se para a área urbana, uma vez que o exército não concedia permissão para novos casais construírem suas casas e fazerem suas roças.

A referência da autora, quanto à proibição em se construir novas casas, se assenta no fato de que a presença dos Chiquitanos nessas áreas é compreendida como permissionária e assim estaria sujeita às regras de ocupação e desocupação impostas pelos militares.

Conforme relata Santana (2012, p. 61):

Alguns moradores das comunidades de Acorizal e Fazendinha contam que, em 2002, um pouco antes dos técnicos da FUNAI, participantes do Grupo de Trabalho coordenado pela antropóloga Joana Fernandes da Silva lá chegarem, todas as famílias Chiquitano haviam sido convocadas pelos comandantes do Destacamento Fortuna, para assinar um documento que dava a elas um mês de prazo para sair daquele lugar. O motivo alegado pelos militares para expulsão, segundo os

moradores, era de que eles não eram índios, que eram posseiros, e estavam ocupando as terras pertencentes ao Exército Brasileiro (Terras da União).

O episódio descrito pela autora, no entanto, foi compreendido pela comunidade como o momento de buscar o reconhecimento étnico. A partir de então, os Chiquitanos passaram a reivindicar junto ao Estado Brasileiro o direito de permanecerem em seu território tradicional.

Diante dessas reivindicações, as forças do capital privado, presentes na região, que variam entre grandes, médias e pequenas propriedades rurais, se articularam para desqualificar os índios Chiquitanos, questionando sua identidade étnica e sua nacionalidade.

O clima de instabilidade entre os indígenas, fazendeiros e militares levou ao rompimento de antigas relações de trabalho e “amizade”. Comumente era possível identificar os Chiquitanos trabalhando nas fazendas da região em troca de pequenos salários. Com o advento de sua reivindicação na demarcação de seu território ancestral, a oferta de trabalho foi parcialmente suspensa, obrigando muitos a se deslocarem para as cidades próximas, destacam-se as cidades de Cáceres, Porto Esperidião e Vila Bela da Santíssima Trindade, em busca de manterem sua subsistência e de suas famílias.

Quanto às relações de “amizade”, é possível identificar que ocorria por meio do compadrio que possibilitava que crianças Chiquitano, especialmente as meninas, viessem a viver com outras famílias nas cidades com o objetivo de estudarem e realizarem atividades domésticas.

Embora houvesse certa harmonia nas relações entre os atores sociais desse universo de fronteira, a mesma sempre foi marcada pelo silêncio da identidade dos Chiquitanos que permaneciam à mercê das forças daqueles que detinham o poder pela posse das terras ou pelas funções públicas que exerciam. Ao assumirem publicamente sua identidade étnica, os mesmos tornaram essas relações mais equilibradas, não no campo econômico, mas no acesso a direitos fundamentais, dos quais a demarcação do território tradicional é urgente na afirmação do ser Chiquitano.

### **3.5. Registro Civil: o direito de existir**

No Brasil, em 1852, foi criado o primeiro regulamento de N° 798, que tratava do Registro Civil de Nascimento em substituição ao registro paroquial ou eclesiástico, que se mantinha desde o período colonial, porém foi suspenso no mesmo ano de sua criação.

Somente em 07/03/1888, pelo Decreto N° 9.886, foi instituído o Registro de nascimento, casamento e óbito exclusivamente civis, tornando obrigatório a todos. Assim, as

peças nascidas em período anterior deveriam apresentar as certidões de batistérios para terem acesso ao registro civil. A nova norma se sobrepunha aos registros paroquiais e dava indícios de novos tempos na esfera do Estado, onde a separação entre Estado e Igreja já se anunciava como algo em processo de consolidação.

As pessoas responsáveis pela realização dos registros se alternaram ao longo do tempo, pois ora essa atividade estava sob a responsabilidade de servidores que recebiam seus benefícios diretamente dos cofres públicos, ora essa atividade ficava a cargo da iniciativa privada.

Sobre essa questão, a Constituição Federal de 1988 estabelece:

Art. 236. Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público.

§ 1º. Lei regulará as atividades, disciplinará a responsabilidade civil e criminal dos notários, dos oficiais de registro e de seus prepostos, e definirá a fiscalização de seus atos pelo Poder Judiciário.

§ 2º. Lei federal estabelecerá normas gerais para fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro.

§ 3º. O ingresso na atividade notarial e de registro depende de concurso público de provas e títulos, não se permitindo que qualquer serventia fique vaga, sem abertura de concurso de provimento ou de remoção, por mais de seis meses.

Nesse sentido, as normas estabelecidas pela Carta Magna do país deixam evidente a participação direta ou indireta do Estado no processo de reconhecimento de brasilidade. Ressalta-se ainda que os serviços executados pelos Cartórios de Registro vão além dos elencados, porém, obedecendo à problemática da pesquisa, os interesses se mantêm no âmbito dos registros de nascimento e óbito.

Segundo Pessoa (2006, p.31):

Sobre os pilares das ideias expostas, ergue-se um conceito próprio e mais consentâneo de registro civil de nascimento: a inscrição da declaração de nascimento com vida de uma pessoa natural, em livros ou bancos de dados públicos, sob a responsabilidade de delegados do Poder Público ou direta do próprio Estado, observando-se as formalidades legais, **conferindo ao assentamento segurança, autenticidade, publicidade, eficácia, validade contra terceiros, existência legal e perpetuidade.** (Grifo nosso)

O registro de nascimento tornara-se o alicerce de construção da cidadania do indivíduo, pois é através do mesmo que o Estado reconhece oficialmente a pessoa como parte da sociedade brasileira. Segundo o Código Civil Brasileiro<sup>35</sup>, em seu Artigo 1.603 - A filiação

---

<sup>35</sup>Lei Nº 10406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: <http://www.sesconrs.com.br/legis/lei10406.html> Acessado em 18/11/2013.

prova-se pela certidão do termo de nascimento registrada no Registro Civil, ou seja, este confere nome, naturalidade, paternidade, idade e nacionalidade do indivíduo ao comprovar sua existência legal.

Os registros civis se constituem em importante ferramenta para o Estado, pois suas ramificações são percebidas em todos os setores da estrutura administrativa do país. Porém considera-se que, além das funções institucionais, o mesmo possibilita especialmente as pesquisas históricas através de seus acervos.

Muito da cultura de épocas passadas pode ser captado pela leitura dos livros de registro ou de notas mais antigos: a linguagem empregada, os nomes que se davam às pessoas, a idade com que se casavam, as práticas mercantis da época, tais como a venda de escravos por meio de escritura pública (PESSOA, 2006, p.37).

Coadunando com o autor, entende-se tais instituições como espaços de investigações que oportunizam conhecer a memória civil de uma sociedade, bem como possibilita ao indivíduo acesso a direitos fundamentais.

Nesse sentido, Pessoa (2006, p.44) esclarece: “Os direitos fundamentais seriam, portanto, as garantias concretizadas pelo Direito positivo destinadas à realização do homem, à convivência digna, livre e igualitária de todas as pessoas e, às vezes, indispensáveis a própria sobrevivência humana”.

Assim, a partir da definição de Direitos Fundamentais, retomou-se o cerne da investigação e da opção pela identificação nominativa dos Chiquitanos no município de Cáceres – MT.

A Declaração Universal de Direitos Humanos, proclamada pela Assembléia Geral das Nações Unidas, no ano de 1948, versa sobre os princípios balizadores de manutenção da dignidade humana, tendo em vista a consolidação de uma sociedade justa onde o Estado garanta a condição de direito de sua sociedade. Nesse sentido, o Artigo XV apresenta: “1. Toda pessoa tem direito a uma nacionalidade. 2. Ninguém será arbitrariamente privado de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade.”

O que define a nacionalidade de uma pessoa? A esse questionamento, buscou-se na Constituição Federal do Brasil os princípios que norteiam essa questão. O Capítulo III, Artigo 12, faz saber que são considerados brasileiros natos “aqueles nascidos na República Federativa do Brasil”. Entretanto o reconhecimento de nacionalidade postergado aos Chiquitanos não condiz com a realidade de sua presença em território brasileiro, em virtude das manifestações que negam sua brasilidade.

Essas atitudes podem ser percebidas ainda na própria escrituração de seus registros, onde a forma tradicional dos mesmos conceberem nomes e pré-nomes é sempre alvo de desconfiança por parte dos escrivães que se posicionam em sentido contrário à forma tradicional de organização dos nomes.

É tradição entre os Chiquitanos conceber o nome geralmente ligado à religião católica, herança do período colonial, e atribuir o pré-nome ou sobrenome considerando o primeiro de parte paterna e o segundo de parte materna, o que contraria as regras da sociedade do não índio, que considera os sobrenomes na lógica de registrar primeiramente o sobrenome da mãe e depois o do pai.

Essa regra nacional tem ao longo do tempo influenciado-a construção dos nomes Chiquitanos, que vêm no Registro Civil uma forma de serem reconhecidos pelo Estado brasileiro.

A esse respeito relata uma liderança Chiquitano:

“É tradição entre os Chiquitano no registro vir primeiro o nome do pai e depois o da mãe. Quando fui registrar os últimos filhos, disseram no cartório que primeiro vinha o sobrenome da mãe, caso contrário seriam considerados bolivianos (H. L. C. Entrevista realizada em 01/11/2013).

A liderança em questão relatou ainda que, dos dez filhos vivos, os cinco primeiros foram registrados seguindo as tradições dos Chiquitanos e os cinco filhos mais novos já tiveram seus respectivos registros seguindo as normas da sociedade dos não índios.

A mesma ainda relatou que a escrita e a compreensão dos sobrenomes Chiquitano também são problema, pois, ao falarem os sobrenomes, remete-se à nacionalidade boliviana.

A esse respeito a mesma argumenta:

“Houve casos de pessoas que foram registrar os filhos e o pessoal do cartório dizia que isso não era nome de gente. Teve gente que ouvia que Urupe não era certo, e assim alguns acabaram virando Rup” (H. L. C. Entrevista realizada 01/11/2013).

A narrativa de dona H. L. C. remete à invisibilidade orquestrada pela instituição em questão que corroborou com a descaracterização nominativa dos Chiquitanos no acesso ao registro civil, pois, em virtude das considerações pejorativas e estereotipadas das pessoas, muitos acabaram por retirar os sobrenomes tradicionais e adotar sobrenomes mais comuns dentro da sociedade envolvente.

Os elementos que contribuíram para esse posicionamento dos indivíduos a serviço dessas instituições podem variar do desconhecimento do contexto histórico da etnia

Chiquitano, ou do senso comum, fruto de um discurso ideológico que nega a indianidade e nacionalidade dos mesmos, ou reflete ainda uma postura puramente preconceituosa que não os reconhece como pessoas de direito com pleno acesso a direitos fundamentais que têm como início do processo o registro civil de nascimento.

Diante desse contexto, buscou-se, mediante os registros civis de nascimento e óbito, mais elementos para compreender a relação de visibilidade e invisibilidade étnica dos Chiquitanos no município de Cáceres-MT.

A princípio, a possibilidade de obter autorização para pesquisar os arquivos do Cartório do Segundo Ofício “2º Serviço Notarial e Registral da Comarca de Cáceres - MT pareceu bastante remota, haja vista a necessidade em preservar seus arquivos. Esta instituição foi elencada como fonte de dados para esta pesquisa, por compreendê-la como de domínio público.

Procurou-se o Dr. Juliano Alves Machado, Tabelião do referido cartório, o qual autorizou a realização do levantamento dos dados pertinentes à investigação. Em função da estrutura física do Cartório e do volume de trabalho, ficou acordado que as buscas seriam realizadas aos sábados das 09 às 11 horas. Não se obteve autorização para fotografar os documentos em questão, apenas transcrever as informações de interesse da pesquisa.

No intuito de preservar a identidade dos sujeitos elencados e de considerar a relevância em ressaltar os sobrenomes, haja vista a opção pela identificação nominativa, decidiu-se registrar em alguns quadros apenas os sobrenomes, omitindo o primeiro nome no decorrer do texto dissertativo.

Iniciaram-se as buscas pelos Registros de Nascimento referentes ao ano de 1961, Livro A 37, compreendendo 174 páginas, totalizando 696 registros verificados.

**Quadro 08:** Registros de nascimento 1961/1962

<b>Ordem</b>	<b>Registro /página</b>	<b>Sobrenome</b>	<b>Data nasc/local</b>	<b>Filiação</b>	<b>Domicílio</b>	<b>Descrição</b>
01	654/	Sonaque	1961/ Cáceres	Mãe: Sonaque	R: General Osório S/N	Nascida em casa
02	745/47	Aires	13/04/1942 Caiçara	Pai:Aires (lavrador) Mãe: Jovió (doméstica)	Caiçara	Avós Maternos: Jovió e Socoré. O documento refere-se à mãe como boliviana.

03	15/53	Ardaia	1962/ Campina- município de Cáceres	Pai: Ardaia (agenciador)  Mãe: Ardaia (doméstica)	Campina	Sem mais dados
04	29/56	Surubi	1962/ Caramujo	Pai: Surubi (trabalhador braçal) Mãe: Leite Ribeiro (não consta profissão).	Caramujo	Avós paternos: Surubi e Garcia.
05	278/119	Aires	1916/ não consta localidade	Mãe: Aires	Não consta	Sem mais informações.
06	330/133	Sabala	1944/ não consta	Pai: Turibe Sabala  Mãe: Ramona. Não consta Profissão.	Não consta	Sem mais informações.
07	350/138	Leite Aires	1944/ Cáceres	Pai: Nazário Aires Mãe: Leite Aires. Não consta profissão	Bairro: Rodeio - Cáceres	Nascida em casa.
08	351/138	Leite Aires	1962/ Cáceres	Pai: Nazário Aires Mãe: Leite Aires. Não consta profissão	Bairro: Rodeio - Cáceres	Nascida em casa.
09	372/???	Surubi	1930/ Santa Rita	Mãe: Parabá	Não consta.	O documento refere-se à mãe como boliviana.
10	463/166	Assis Poquiviqui	1956/ Cáceres	Mãe: Assis Poquiviqui	Rua: Quintino Bocaiúva - Cáceres.	Nascido em casa.
11	631	Fardim	1961/não consta	Mãe: Jovió (doméstica/ solteira)	Residentes em Cáceres	Avós maternos: Xavier Jovió e Socoré. O documento refere-se à mãe como boliviana.

**Fonte:** Cartório do Segundo Ofício de Cáceres – MT, 2013.

Conforme se ressaltou anteriormente, as pesquisas nominativas apresentam algumas dificuldades em função da constituição dos sobrenomes ao longo da história. Assim, ao checar os nomes que constam nos registros, percebeu-se a ausência de sobrenomes que indicassem relação de parentesco com os Chiquitanos, porém, ao verificar os nomes dos pais e avós, ampliou-se o número de possibilidades, pois os mesmos remetiam à origem Chiquitano.

Nesse sentido, esses dados exploratórios inicialmente, neste estudo, ilustraram a fala ao evidenciar no Quadro 08, que, segundo a ordem estabelecida, apresenta o nº 11, que a princípio não foi elencado como sujeito da pesquisa, pois não apresentava sobrenome Chiquitano. No entanto, ao verificar sua filiação, identificou-se no nome da mãe a possível



relação de parentesco com a etnia em questão. Ainda na análise do nº 11, foi identificada, pelo nome dos avós maternos, relação de parentesco com o nº 02.

Outro elemento que chamou a atenção ao verificar o Livro em questão trata-se da distância temporal entre nascimento e registro civil, conforme indicam os indivíduos identificados com os de números 05, 07 e 08, que sugerem se tratar de uma família, onde o pai, nascido em 1916, só realizou o registro civil em 1962, mesmo ano em que realizou o registro de suas duas filhas, sendo uma delas nascida em 1944.

**Quadro 09:** Livro A-38, compreende ano de 1964 – Registros Cíveis de nascimento identificados

Ordem	Registro/ Página	Nome	Data Nasc/ Local	Filiação	Domicílio	Descrição
01	54/182	Sabala	1945/ Cáceres	Pai: Sabala (lavrador) Mãe: Espinosa Sabala (doméstica)	Cáceres	O documento refere-se aos pais como bolivianos.
02	82/189	Jaivona Mendes	1962/ Campinas/ Cáceres.	Pai: Jaivona Mendes (carpinteiro) Mãe: Rocha Mendes (doméstica).	Campinas/ Cáceres	Nascida em casa.
03	83/190	Hurtado	1955/ Porto Esperidião	Pai: Hurtado (ferreiro) Mãe: PoicheesHurtado (doméstica).	Cáceres	Os registros foram realizados em 1964.
04	84/190	Hurtado	1957/ Porto Esperidião	Pai: Hurtado (ferreiro) Mãe: Poichees Hurtado (doméstica).	Cáceres	Os registros foram realizados em 1964.
05	85/190	Hurtado	1959/ Porto Esperidião	Pai: Hurtado (ferreiro) Mãe: Poichees Hurtado (doméstica).	Cáceres	Os registros foram realizados em 1964

06	100/194	Ortiz	1964/ Cáceres	Mãe: Urupi Ortiz (doméstica/ analfabeta).	Cáceres	Avós maternos: M <sup>a</sup> Urupe Ortiz
07	126/200	Senábio	1964/ Cáceres	Pai: Ramos Senábio Mãe: Senábio (não consta profissão)	Cáceres	Sem mais informação.
08	303/243	Leite Poquiviqui	1963/ Fazenda São Sebastião - Cáceres	Pai: Leite Poquiviqui (lavrador) Mãe: Duarte Poquiviqui (do lar).	Município de Cáceres	Registrado em 1964.
09	317/247	Rocha Mendes	1964/ Cáceres	Pai: Jaivona Mendes (carpinteiro) Mãe: R. Mendes (do lar).	Cáceres	Sem mais informação.
10	347/255	Matucari	1942/ Fortaleza – Cáceres.	Mãe: Solis (brasileira/solteira).	Município de Cáceres.	Avós maternos: Sollise Mananhá.
11	360/258	Rojas	1964/ Cáceres	Mãe: Rojas Filha (doméstica)	Cáceres	O documento refere-se à mãe como boliviana.
12	386/264	Ardaia	1964/ Cáceres	Pai: Ardaia (militar) Mãe: Dourado (doméstica).	Cáceres	Sem mais informações.

**Fonte:** Cartório Segundo Ofício de Cáceres-MT, 2013.

A investigação no livro A-38 de registro de nascimento compreendeu a análise de 580 registros, distribuídos em 145 páginas, onde foram identificados 12 sujeitos com grande possibilidade de descendência Chiquitano.

Dos elementos identificados, pode-se constatar a nacionalidade dos sujeitos elencados, que, conforme o Quadro 09 são todos brasileiros nascidos no município de Cáceres-MT e região.

Das profissões exercidas pelos mesmos, percebe-se que a maioria é composta de trabalhadores braçais, com exceção de um militar (nº 12). Os mesmos apresentavam baixa escolaridade, conforme revelam os registros.

**Quadro 10:** Livro de Registro de Nascimento N° A- 39 - continuação do ano de 1964

Ordem	Registro / Página	Nome	Data Nasc/ Local	Filiação	Domicílio	Descrição
01	610/24	Brito Salvaterra	1946/ Porto Esperidião	Pai: Salvaterra (lavrador) Mãe: Pouché Salvatorre (doméstica).	Não consta	Registrado em 1964.
02	614/24	Solis	1946/ Porto Esperidião.	Mãe: Castidos	Cáceres	Avôs maternos: Castidos e Surubis. Registrado em 1964.
03	658/35	Jovió	1964/ Fazenda Corimba – município Cáceres.	Mãe: Jovió (não consta profissão).	Município de Cáceres.	Avós Maternos: Jovió e Poschê.
04	665/45	Tomichá	1943/ Fazenda Aguaçu- município Cáceres.	Mãe: Salvaterra (doméstica).	Caiçara/ município Cáceres.	Registrado em 1964. O documento refere-se a mãe como boliviana.
05	733/61	Surubi	1964/ Cáceres	Pai: Surubi (lavrador) Mãe: Leite Ribeiro (doméstica).	Cáceres.	Sem mais informações.
06	736/62	Soares Ariava	1960/Baia Bela – município de Cáceres.	Pai: Ariava (agricultor) Mãe: Pereira Soares (do lar).	Município de Cáceres.	Avós Maternos: Ariava e Manacá. Registrado em 1964.

07	737/62	Soares Ariava	1963/ Baia Bela – município de Cáceres.	Pai: Ariava (agricultor) Mãe: Pereira Soares (do lar).	Município de Cáceres.	Avós Maternos: Ariava e Manacá. Registrado em 1964.
08	836/88	Magalhães Ponhé	1947/ Cáceres.	Pai: Ponhé (lavrador/ boliviano) Mãe: Pachori(do lar/ brasileira).	Cáceres.	Registrado em 1964.
09	847/91	Aires	1912/ Campo Alegre – município Cáceres	Mãe: Severina Aires (do lar)	Cáceres.	Registrada em 1964 com 52 anos.
10	890/102	Pereira	1963/ Fazenda Descalvados – município de Cáceres.	Pai: Pereira (lavrador) Mãe: Candia(do lar).	Município de Cáceres.	Avós: maternos: Candia e Fernandes. Registrada 1964.
11	891/102	Pereira	1964/ Descalvados – município de Cáceres.	Pai: Pereira (lavrador) Mãe: Candia(do lar).	Município de Cáceres.	Avós: maternos: Candia e Fernandes. Registrada 1964.
12	901/105	Candia	1953/ Descalvados – município de Cáceres.	Pai: Candia(lavra dor) Mãe: Alves (do lar).	Município de Cáceres.	Registrada em 1964.
13	902/105	Candia	1959/ Descalvados – município de Cáceres.	Pai: Candia (lavrador) Mãe: Alves (do lar).	Município de Cáceres.	Registrada em 1964.
14	903/105	Candia	1962/ Descalvados – município	Pai: Candia(lavra dor)	Município de Cáceres.	Registrada em 1964.

			de Cáceres.	Mãe: Alves (do lar).		
--	--	--	-------------	-------------------------	--	--

**Fonte:** Cartório Segundo Ofício de Cáceres-MT, 2013.

Os registros apurados no Quadro 10 permitiram a identificação de uma família de Chiquitanos residindo em uma região ribeirinha do município de Cáceres, denominada Descalvados. Tratava-se uma família que, conforme a ordem de identificação nº 10 a 14 era formada por pais, filhos e netos, que aparentemente estabeleceram matrimônios com os demais habitantes da região, compondo novas famílias num processo de miscigenação.

Dando continuidade à investigação no Livro A-39, encerrou-se o ano de 1964 e iniciou o ano de 1965. O ano de 1965 compreendeu a análise de 701 registros, onde foram identificados 13 sujeitos.

Dando um salto temporal em virtude da escassez de tempo, buscou-se o Livro A-44, que compreende os anos de 1969 e 1970. Essa opção se justifica em tentar perceber se na virada da década de 60 para 70, houve uma movimentação diferente do que fora descrito até aqui, por se tratar de um momento histórico para o país, onde o projeto político de oposição ao “integracionismo” desenvolvido pelo Estado em relação às demandas da população indígena começa a ser gestado no âmbito de suas reivindicações.

Assim, investigou-se 532 registros correspondentes a esse período, identificou-se 17 sujeitos. Dentre as informações obtidas, duas chamaram a atenção, uma em relação ao registro de nascimento nº 58, página 92 do Livro A-44, onde a pessoa em questão teve o nome alterado em função do casamento, ocorrido em Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro. A outra situação remonta ao registro nº 20, página 82, do mesmo livro, onde os pais casaram-se em Tanabi, Estado de São Paulo.

A relevância desses dados consiste em identificar a presença dos Chiquitanos fora dos limites geográficos do Estado de Mato Grosso, conforme revelaram alguns registros, e que ganha ressonância nos estudos empreendidos por Silva (2009), que versam sobre a presença dos Camba Chiquitano em Corumbá – MS.

A segunda possibilidade trata-se dos matrimônios que têm sido ao longo do tempo uma estratégia de inserção social, principalmente entre as mulheres que realizaram casamentos fora de seu grupo étnico. Mesmo não tendo verificado os registros de casamento, foi possível perceber que muitas pessoas com sobrenomes Chiquitano tiveram filhos com não índios, inclusive registrado os filhos apenas com os sobrenomes que figuram na sociedade envolvente.

Portanto, para muitos, a substituição dos sobrenomes tradicionais por outro que não traz em seu cerne todo um contexto de inferiorização corresponde a uma forma de serem socialmente aceitos.

Após investigar os registros de nascimento, pesquisou-se, nos livros de registros de óbito, os livros de identificação C-17 e C-18, compreendendo os anos de 1971 a 1979.

**Quadro 11:** Sistematização dos registros de óbito investigados

<b>Livro</b>	<b>Ano</b>	<b>Quantidade de registros verificados</b>	<b>Resultados</b>
C- 17 – Óbito	1971/1975	Registros verificados: 1.195 Quantidade de páginas: 300	Resultado: identificados 13 registros.
C-18 – Óbito	1975/1979	Registros verificados: 398 Quantidade de páginas: 100	Resultado: identificados 02 registros.

**Fonte:** Cartório de Segundo Ofício de Cáceres-MT.

No Quadro 11, dentre os registros verificados, foram identificados pelos sobrenomes 15 sujeitos com provável descendência de Chiquitano. Assim, as informações contidas nos registros analisados demonstram a precariedade da estrutura do sistema de saúde do município de Cáceres. No decorrer dos trabalhos no Cartório do 2º Ofício da comarca de Cáceres-MT, percebeu-se que a maioria dos registros apontou como causa morte “sem assistência médica”, assim, procurou-se uma das escriturárias para esclarecer de que se tratava, e ela informou que “tratava-se de pessoas que faleceram em casa ou a caminho de atendimento médico”. Nesse sentido, a informação da pessoa em questão coincidia com o local de falecimento dos indivíduos, pois, em todos os documentos que traziam como causa morte a falta de assistência médica, os indivíduos haviam falecido em suas residências.

**Quadro 12:** Sistematização dos registros de óbito de 1971 a 1979

<b>Registro Página</b>	<b>Idade</b>	<b>Ano</b>	<b>Causa Morte</b>
155/16	04 meses	1971	Desidratação
148/14	06 anos	1971	Desidratação
68/51	02 meses	1972	Desidratação – gastroenterite – broncopneumonia
212/87	36 anos	1972	Sem assistência médica
128/66	06 meses	1972	Pneumonia – lobar direita
198/83	24 anos	1972	Sem assistência médica
163/74	02 anos	1972	Sem assistência médica

40/101	07 meses	1973	Sem assistência médica
197/140	04 dias	1973	Sem assistência médica
104/117	16 anos	1973	Septicemia
242/151	02 anos	1973	Meningite
21/96	18 anos	1973	Sem assistência médica
304/167	71 anos	1973	Sem assistência médica
138/53	08 anos	1976	Sem assistência médica
323/100	11 anos	1976	Tétano - ferimento

Fonte: Cartório Segundo Ofício de Cáceres-MT, 2013.

Dos registros verificados, pode-se perceber que, entre os sujeitos elencados menores de 12 anos, conforme Quadro 12, 50% faleceram antes de completar o primeiro ano de vida. Essa informação condiz com os dados apontados pelo IBGE, referentes à década de 70.

Dados do IBGE, sobre a Transição no Brasil da Mortalidade Infantil<sup>36</sup>, compreendendo o período de 1930 a 1990, destacam de forma quantificada que, entre 1970 (89.7%) e 1980 (69.9%), houve um declínio de mortalidade infantil na região Centro-Oeste.

Nesse sentido,

A queda consistente da mortalidade que se observa, a partir da década de 70, parece estar fortemente dependente do modelo de intervenção na área das políticas públicas, então adotado principalmente no campo da medicina preventiva, curativa, de saneamento básico e, mais recentemente, na ampliação dos programas de saúde materno-infantil, sobretudo os voltados para o pré-natal, parto e puerpério; a ampliação da oferta de serviços médico-hospitalares em áreas do País, até então bastante carentes, as campanhas de vacinação, os programas de aleitamento materno e reidratação oral (IBGE, 1999, p. 21).

As ações promovidas pela União, Estados e Municípios a partir da década de 70, no combate à mortalidade infantil podem ser consideradas positivas. Porém evidencia-se ainda a falta de infra-estrutura dos bairros periféricos, precariedade do sistema de atendimento à saúde, entre outros, como fragmentos de um problema maior, que consiste na desigualdade de distribuição de renda em nosso país.

Retomando as análises, outro ponto relevante que se encontrou na documentação pesquisada trata da condição profissional dos Chiquitanos, o que permite perceber a participação desses no cenário sócio-econômico do município de Cáceres-MT.

---

<sup>36</sup> Evolução e Perspectivas da Mortalidade Infantil No Brasil/IBGE Departamento da População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/evolucao\\_perspectivas\\_mortalidade/evolucao\\_mortalidade.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/evolucao_perspectivas_mortalidade/evolucao_mortalidade.pdf). Acessado em 11/09/2013.

Conforme explicitado, os Chiquitanos, ainda no período colonial, foram absorvidos pela sociedade envolvente como mão de obra no campo. Apesar da distância temporal entre o período colonial e o nosso recorte temporal, foi possível identificar os Chiquitanos domiciliados no espaço urbano desenvolvendo atividades camponesas.

Dentre os sujeitos identificados, a maioria figurava como lavradores, no entanto, não foi possível identificá-los como pequenos produtores rurais ou como trabalhadores assalariados. Pelo contexto histórico desse povo, acredita-se que os mesmos encontravam-se em condições de trabalhadores, vendendo sua força de trabalho principalmente no campo, porém sem deter a posse da terra.

Outras profissões foram identificadas como pedreiro, carpinteiro, doméstica e militar. Com exceção de dois militares identificados nesses documentos, os demais foram absorvidos pelo mercado de trabalho, exercendo atividades braçais. Portanto, percebe-se que os Chiquitanos contribuíram com o desenvolvimento econômico do município e região, ao ocupar as ofertas de trabalho que lhes foram disponibilizadas. Embora tais funções sejam consideradas socialmente modestas, ou seja, sem prestígio social, não se pode desconsiderar a relevância das mesmas.

Ao verificar os registros, percebeu-se que as informações constantes nesses documentos eram mais completas do que as dos registros de nascimento, pois grande parte dos mesmos apresentavam endereços, o que permitiu ampliar a identificação dos espaços urbanos ocupados por essas pessoas.

Nesse sentido, as ruas Porto Carreiro e Padre Cassemiro figuram nos registros, bem como os bairros DNER, Lavapés, Lagoa de Francisquinho e Avenida São Luís são citados como endereço das possíveis residências. Dos sujeitos identificados, apenas 03 não residiam em Cáceres, sendo eles moradores de Pontes e Lacerda, Corumbá e Fortuna.

Percebeu-se ainda que, além das informações sobre a distribuição geográfica, da ocupação profissional, da precariedade do sistema de saúde da época e da presença e participação social dos Chiquitanos no município, pode-se identificar as histórias de vida do cotidiano cacerense.

Uma das várias situações identificadas chamou a atenção, trata-se de uma família com sobrenome Massavi, sendo o pai militar e a mãe do lar, da qual, no ano de 1972, faleceu em casa um filho com 02 meses de idade. No ano seguinte (1973), sepultaram dois outros filhos, um com 04 dias de vida e o outro com 02 anos de idade, sendo a diferença temporal entre os dois últimos óbitos de menos de dois meses. A situação identificada intrigou no sentido de



buscar saber mais sobre os fatos ocorridos, porém ao tentar localizar a família em questão não se obteve sucesso.

Portanto, os documentos analisados, além das informações inerentes à pesquisa, permitiram, mesmo que parcialmente, identificar histórias de vida de homens e mulheres marcados pela fatalidade. Nesse sentido, a pesquisa histórica cumpre seu papel quando reconstrói na escrita os fragmentos do cotidiano das pessoas invisibilizadas por sua condição social, política, econômica ou cultural, pois nessa compreensão a trajetória histórica de um povo não se dá em função dos mitos, mas na simplicidade das ações de cada um dos participantes.

Nesse contexto, torna-se necessário retomar a fala de dona H. L. C. ao explicar sobre os registros civis e a dificuldade em ser reconhecido civilmente como Chiquitano, pois, no decorrer das pesquisas no Cartório de Registro Civil, dos registros verificados apenas um manteve na escrita a forma tradicional de construção dos nomes, ou seja, apenas em um caso, visualizou-se o nome materno vindo após o nome paterno. Observou-se ainda que, entre os registros, grande parte deles preteria ou desconsiderava o sobrenome materno, quando esse remetia à ascendência Chiquitano, o que leva a entender que essa prática tornou-se uma estratégia de continuidade em meio à sociedade envolvente. Tendo em vista que os sobrenomes evidenciavam a descendência do indivíduo, muitos optaram em retirá-lo, por compreenderem que o momento era desfavorável a sua afirmação étnica.

Na contramão dessas ações, percebe-se na atualidade muitos Chiquitanos reivindicando direitos, inclusive ao uso dos sobrenomes na forma tradicional, pois, se no passado se mantiveram em situação de invisibilidade, na atualidade a afirmação da identidade os coloca no caminho do protagonismo, e os parentes que ainda temem as forças contrárias a essa manifestação aguardam resultados para se afirmarem etnicamente.

Porém, o acesso ao registro civil perpassa pela fronteira inventada, quando os nascidos na região, reunidos em pequenas comunidades, ao buscarem o reconhecimento de sua nacionalidade, são obrigados a lidar com os entraves burocráticos das instituições responsáveis pela identificação oficial do indivíduo.

O calvário percorrido pelos Chiquitanos tem início no processo de comprovação do local de nascimento, que, ocorrido em região de fronteira, muitas vezes não há precisão do local, suscitando nos agentes públicos dúvidas quanto à nacionalidade dos mesmos.

Outra situação percebida trata do fenótipo e da forma de falar dos mesmos que, nascidos entre os dois estados nacionais, terminam por falar o espanhol, devido ao

convívio com parentes e amigos bolivianos, o português e a língua materna que se mantém no interior de alguns agrupamentos. Assim o “falar” Chiquitano aliado ao seu fenótipo contribui para ampliação das suspeitas relativas à sua nacionalidade.

Agrega-se a esse quadro a distância temporal entre nascimento e registro, onde informações como a precisão da data de nascimento, nome, sobrenome e nacionalidade dos pais se perderam, contribuindo para uma avaliação equivocada dos agentes que realizam tais registros.

Portanto, o Estado que deveria garantir os princípios constitucionais e civis do indivíduo, propiciando a todos condições de acesso aos direitos fundamentais, nega aos Chiquitanos sua indianidade, ao sugerir a troca da escrita e organização dos sobrenomes e ao pressupô-los como estrangeiros.

Nesse sentido, as forças antagônicas empreendidas pelo Estado no reconhecimento legal das reivindicações dos Chiquitanos se desenvolvem em um contexto onde a terra suscita questionamentos que vão além do direito à demarcação de território, pois perpassam por uma nacionalidade entre fronteiras, em que ser brasileiro, ser índio Chiquitano não é concebido pelo entorno como algo natural, exigindo desses atores sociais empenho, coragem e determinação na consolidação de seu protagonismo político, econômico e social.

Nessa perspectiva, a educação se apresenta como um elemento de referência dessa etnia que, embora tenha sua presença negada, mantém-se de forma concreta no sistema de educação escolar do município de Cáceres.

## **CAPÍTULO IV**

### **EDUCAÇÃO ESCOLAR DA INVISIBILIDADE À VISIBILIDADE CHIQUITANO EM CÁCERES-MT**

A educação escolar se constituiu em uma importante ferramenta de disciplinamento e aprendizagem das regras sociais estabelecidas no processo de desenvolvimento da humanidade, especialmente na imposição da cultura homogeneizante da sociedade ocidental. A escola, como instrumento do Estado de disciplinarização dos diversos corpos que nela adentram desde a infância objetivou transformá-los em pessoas que se identificam como ocidentais a partir de padrões de comportamentos e linguagens, expressando a tentativa de invisibilidade das diferenças e homogeneização da cultura escolar.

Ao considerar o relevante papel da educação na sociedade atual, propõe-se um breve contexto da mesma, salientando algumas características ou resquícios que possibilitem a compreensão da presença de forças ideológicas implícitas nas estruturas do sistema educacional brasileiro.

Para tanto, se faz necessário abordar as relações estabelecidas entre Estado e sociedade, sendo a educação um instrumento de produção e reprodução de conhecimento. Nesse sentido, o homem contemporâneo traz arraigadas em sua constituição marcas de valores estereotipados e pejorativos em relação àqueles com identidade cultural diferente.

Envolta em discursos que ressaltam a igualdade, a educação operada no contexto escolar ainda se mantém alicerçada em bases frágeis quando se fala de igualdade de direitos.

Nesse cenário de afastamentos e aproximações, identificou-se a etnia Chiquitano como parte constitutiva da sociedade fronteiriça da região de Cáceres-MT que, ao longo do tempo, tem se inserido de forma silenciosa nas instituições escolares da região, ao mesmo tempo em que reivindica o reconhecimento de sua etnicidade e o direito constitucional à educação escolar diferenciada em suas comunidades (aldeias), independente da situação de conflito de terras que envolvem processos de apropriações e desapropriações de seus territórios tradicionais pelo Estado e por outros poderes constituídos por este, conforme explicitado.

Nos capítulos anteriores, buscou-se evidenciar esses processos a fim de compreender melhor como conduzem as famílias à vulnerabilidade e expropriação enquanto comunidade/etnia, pois, ao serem envolvidos pela força do capital, tornam-se estrangeiros em sua terra e levados a migrarem para as cidades como estratégia de sobrevivência e paz para o futuro de seus descendentes.

Diante dos estudos efetuados sobre a população Chiquitano na região de fronteira, que se localiza a 80 km da zona urbana de Cáceres, neste capítulo, procura-se reconhecê-los nos espaços urbanos acessando as instituições públicas na consolidação de sua cidadania. Ao reportar ao Poder Público em suas várias frentes de atuação, é considerado o contexto da educação escolar como lugar de produção e reprodução de comportamentos que garanta o acesso à cidadania ao mesmo tempo em que padroniza os comportamentos definindo uma brasilidade cultural. Com isso, buscou-se compreender a escola que cabe aos Chiquitanos organizados no município de Cáceres.

Para tal, recorreu-se a uma breve análise do contexto histórico de implantação do sistema de educação escolar no Brasil que, como explicitado no capítulo II, é marcado pela presença das Missões Jesuíticas que iniciaram o processo de padronização de uma cultura colonial na América Latina. Porém, ao trazer as discussões para o período mais recente da história das reivindicações da população indígena, observa-se que, mesmo havendo avanços significativos por meio de políticas públicas, o processo de implantação e implementação dessas legislações ainda ocorre de forma morosa.

#### **4.1. A educação escolar e a invisibilidade das diferenças**

O modelo de educação escolar adotado e defendido por grandes pensadores da Idade Antiga, a reestruturação da educação proposta pela pedagogia cristã na Idade Média e a educação para a liberdade, proposta pelos pensadores liberais a partir da Idade Moderna, influenciaram o modo de educação proposto para o Novo Mundo, em especial, a pedagogia cristã, que influenciou fortemente a educação brasileira.

Permeando períodos cristalizados na historiografia, a educação é vista como produção de um determinado período, a serviço de um grupo específico e voltada especialmente às crianças, compreendidas como uma clientela em formação, no atendimento das necessidades de manutenção do Estado.

Ao se observar a influência do Estado na concepção do espaço escolar, como *lócus* de regulação social e moral na consolidação do projeto de nação, coaduna-se com as considerações de Kreutz (1999, p. 85), ao considerar que a educação escolar, “[...] ao fundir o significado de nação com o de pátria, forçou uma homogeneização a partir de certos núcleos de adesão, realizando um movimento complementar de integração e exclusão ao descrever grupos, impor espaços, conferir a palavra ou negá-la”. Nessa perspectiva, a educação escolar

gestada e mantida na atualidade exerce significativo papel na invisibilidade das diferenças que se apresentam em seu contexto em favor da unidade nacional.

A escola, ao se firmar como espaço legal de produção de conhecimento, conquistou no campo social importância, confiança e destaque. As instituições escolares adquiriram, então, poder de determinar comportamentos e de consolidar valores éticos e morais com forte cunho ideológico.

Ao pensar a educação formal a serviço de um determinado grupo, é possível visualizá-la sob a ótica de manutenção de interesses particulares, tornando-a instrumento político na manutenção de um sistema econômico que inclui e exclui os indivíduos a partir das necessidades do Estado, representado por forças políticas que, ao se apropriarem desse importante instrumento, utilizam-se deles na construção de pilares que perpetuam as desigualdades sociais, culturais e econômicas.

O conhecimento sistematizado, fruto da educação escolar, tem preterido ao longo do tempo o contexto cultural de sua clientela, apresentando-se como conhecimento superior. As consequências dessa forma de pensar o universo educacional remetem aos princípios da educação jesuítica que nortearam sua implantação no período colonial no Brasil, no qual o conhecimento europeu se sobrepunha aos conhecimentos dos ameríndios.

Tomando o processo histórico da educação indígena no Brasil, observa-se os alicerces da mesma no período colonial, conforme apresenta o Capítulo II desta dissertação, sendo possível perceber que a política educacional para o indígena brasileiro, implantada pelos jesuítas, se manteve no âmbito da “integração” (no sentido de negação da cultura de origem para imposição de outra cultura), na qual o “índio” (genérico, sem qualquer diferença étnica e cultural, mas como selvagem a ser dominado e padronizado em comportamentos, pensamentos e linguagens) deveria ser integrado à sociedade nacional, constituída a partir da visão preconceituosa de valores culturais europeus.

Neste processo de imposição cultural, a escola é uma estratégia de imposição da separação da cultura indígena da cultura do colonizador. Nela, impõe-se uma forma de falar, de sentar, de conviver e de pensar que nega todas as demais formas de relacionar-se, inclusive e especialmente, com o Divino. A vida coletiva que conduz as crianças e jovens de uma comunidade indígena, que orienta formas de pensar e de se identificar com os antepassados e com os pais é considerada demoníaca, e a escola, como instituição que garante uma nova e moralmente correta forma de ser gente, passa então a impor-se na Colônia no sentido de

conduzir as comunidades nativas a transformarem-se em pessoas que se ajustasse aos interesses e aos desejos do povoamento dos colonizadores.

Esse contexto de interesses que, a princípio, consistia na exploração humana e de recursos naturais, com o passar do tempo foi adquirindo contornos mais reais, tendo em vista que as riquezas produzidas em terras brasileiras tornaram-se importante elemento econômico da coroa portuguesa, que, em função de instabilidade econômica no cenário mundial, passou a depender dos lucros advindos do sistema de exploração colonial. Assim, o Brasil colonial passou a ser visto na perspectiva de construção de uma sociedade capaz de continuar gerando lucros à metrópole.

Como elemento propulsor dessa sociedade que se edificava, tornou-se necessária a educação formal que, a serviço do Estado, solidificou valores morais e limitou ou coibiu ações concebidas como excessivas. Ao forjar os valores de composição social, considerou a concepção de bom europeu, desconsiderando os valores sociais das sociedades já estabelecidas nessa parte da América.

Embora transcorridos mais de quinhentos anos do início desse processo, os resquícios dessa formação ainda podem ser percebidos, ao considerar o discurso de igualdade tão fomentado na construção da sociedade brasileira.

Oliveira (1995, p.62) ressalta:

O mito da nação constituída a partir da fusão das três raças (brancos, índios e negro) pretende justificar a inexistência do racismo e a impossibilidade de prosperar o preconceito racial. Isto ainda é mais evidente tratando-se do índio, muitas vezes identificado como “o primeiro brasileiro”, que diferentemente do negro africano não foi tão claramente visualizado como força de trabalho e marcado pelo estigma da escravidão.

A extensão dessa negação histórica torna-se ainda mais grave do que a omissão, pois contribui na manutenção de estereótipos equivocados, abrindo espaço para que a imagem dos indígenas seja associada à esfera da improdutividade, preguiça e atraso. Pois:

Quando falamos em discriminação étnico-racial nas escolas, certamente estamos falando de práticas discriminatórias, preconceituosas, que envolvem um universo composto de relações raciais pessoais entre os estudantes, professores, direção da escola, mas também o forte racismo repassado através dos livros didáticos (SANT’ANA, 2005, p. 50).

Esses elementos, construídos por uma visão de suposta superioridade de alguns povos sobre outros, têm ainda sido perpetuados pela visão deturpada ofertada aos alunos por meio

dos materiais didáticos que, no caso dos indígenas, apresentam-nos como “selvagens” ou como “pessoas com conhecimentos limitados”.

A imagem de “selvagens” termina por ser associada a uma carga de negatividade, em que o comportamento não condiz com a concepção de civilidade da sociedade envolvente. Nesse viés, a falta de civilidade pode corresponder à ausência de conhecimentos, disciplina e educação.

Ao compreendê-los como “pessoas de pouco conhecimento”, entende-se que a ausência de “nossos” saberes os tornam pessoas dependentes, necessitando de que alguém fale por eles e delibere sobre suas necessidades. A esse respeito, destaca-se o “protecionismo”, que justificou durante muitos anos as ações desenvolvidas pelos órgãos indigenistas, oficiais ou não.

Tomam-se como relevantes os efeitos dos recursos pedagógicos no processo de internalização de valores positivos ou negativos dos educandos, ao se reconhecerem nos materiais didáticos. Esse autorreconhecimento processa-se nas associações de cunho econômico, social e político, estabelecidas entre os diversos grupos e as representações concebidas como superiores ou inferiores a partir dos recursos pedagógicos adotados pelos educadores.

Poder-se-ia expandir ainda mais as concepções geradas a partir da construção das imagens das etnias em nosso país, porém considera-se que os elementos apontados já suscitam refletir sobre a imagem que se procurou criar sobre os ameríndios, tendo seus referenciais culturais, em muitos casos, relegados ao plano do folclore ou do exótico.

Diante desse cenário de negação da participação histórica das populações indígenas no Brasil, destaca-se a Constituição Federal de 1988 que, atendendo as reivindicações e articulações dos indígenas, insere em seu texto artigos que tratam dos direitos dos povos indígenas. Ainda no campo institucional, destaca-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, como relevante no projeto político dos povos indígenas, ao considerar a legalidade dos “processos próprios de aprendizagem” dos indígenas.

Portanto, mesmo havendo significativos avanços no reconhecimento das necessidades específicas das etnias brasileiras pelo Estado, há muito que avançar, pois, mesmo com a criação de escolas indígenas, estas ainda se encontram dentro de um sistema educacional que, na maioria das vezes, é pensado no sentido de educação indígena “comum a todas as etnias”, não priorizando as especificidades próprias de cada comunidade indígena.

Embora se possa reconhecer no processo de escolarização a supremacia de conhecimentos eurocêntricos que engendraram novos elementos à vida dos nativos, a sua complexidade evidencia que a sobreposição de conhecimentos não se deu de forma completa, pois muito dos elementos das culturas indígenas foram incorporados por espanhóis e portugueses, o que possibilitou sua permanência em terras do Novo Mundo.

A escola, no entanto, mesmo com essa imposição cultural, transforma-se num espaço de encontro de diversas formas de falar, de pensar e de agir que cada pessoa, nela inserida, leva expressas, assim como no corpo, as marcas de suas origens étnicas e culturais.

Com isso, compreende-se que a escola, mesmo como esse espaço de imposição e poder institucionalizado do Estado, mesmo antes, como poder da Igreja – Missão Jesuítica – tem se constituído como um espaço de “fronteira étnica e cultural”, como afirma Grandó (2004), para quem esta se estabelece nos contextos indígenas brasileiros, nesse espaço de “fronteiras culturais”, no qual, ao mesmo tempo em que se impõe como uma cultura homogeneizante vitaliza-se no cotidiano as diversas formas de ser e de viver coletivamente que cada pessoa/corpo leva para, neste espaço, educar-se e educar o outro. Com isso, a escola nos contextos indígenas é um espaço socialmente constituído pelos sujeitos que dela participam, transformando-se num espaço de “fronteiras culturais” cujos confrontos históricos e étnicos, presentes na construção da sociedade nacional, bem como a resistência empreendida na manutenção de elementos culturais próprios, se estabelecem num permanente movimento de resistência e de constituição de identidades (GRANDO, 2004).

Nesse movimento de disputa de poder, a escola também pode ser compreendida como um espaço social no qual os indígenas buscam ter visibilidade e se inserir como grupo social de direito no contexto do Estado. Passa a ser um espaço de luta e de visibilidade no processo de organização da educação indígena no Brasil, passando de espaço de poder imposto pelo Estado a espaço de reivindicação de direito pelos indígenas, assim como de vários outros grupos sociais marginalizados que em movimentos sociais se organizam e lutam pela igualdade de direitos e de visibilidade na sociedade brasileira.

Com essa compreensão, esses grupos sociais vão aos poucos garantindo espaços de visibilidade e direitos, especialmente, mesmo que de forma modesta e ainda marginal, no reconhecimento da “diferença” como sujeitos de direito presentes na sociedade brasileira.

Embora longe do ideal de sociedade igualitária e democrática, percebe-se que, gradativamente, negros, mulheres, os povos indígenas e as pessoas com as mais diversas deficiências, assim como os diversos sujeitos que reivindicam diferença às opções e



manifestações de suas sexualidades, entre outros, conquistam o acesso ao sistema educacional conforme prevê a legislação.

Entretanto esse “acesso” não pode ser compreendido como inclusivo, pois os estudos realizados indicam que a legislação não tem sido suficiente para gerar ações afirmativas nas escolas, que, uma vez desenvolvidas plenamente, deveriam atingir a sociedade como um todo e fomentar o ingresso, a permanência e a conclusão do percurso escolar dos alunos oriundos dos movimentos sociais.

Considera-se ainda que a luta travada pelos indígenas na perspectiva de seu protagonismo remete-os para além dos limites de suas comunidades, seja na tentativa de galgar espaços anteriormente negados pela sociedade nacional ou na busca de subsistência, tendo em vista a articulação a nível nacional para impedir ou retomar territórios indígenas, por parte das forças capitalistas.

Nesse viés, identifica-se grande quantidade de indígenas residindo em espaços urbanos, inseridos no mercado de trabalho formal ou informal, sendo seus filhos incluídos no sistema de educação escolar.

Portanto, a presença de alunos indígenas nas escolas do não índio é hoje uma realidade que se apresenta e suscita pensar como essas unidades têm desenvolvido ações que permitem a inclusão e afirmação da identidade étnica desses alunos.

#### **4.1.1. O contexto escolar urbano e as relações interétnicas**

Os recentes avanços na elaboração da legislação brasileira para a educação, a partir dos movimentos sociais que demandam e constroem processos mais democráticos no país, têm garantido aos grupos sociais marginalizados historicamente, pelo menos em tese, a acessibilidade ao sistema educacional comum, no qual as diferenças devem ser respeitadas.

Entretanto, ao pensar uma educação diferenciada, na qual grupos distintos passam a dividir os espaços, observa-se que o *apartaid* social e cultural se instala e, no decorrer do tempo se firma, ganhando contornos de normalidade.

A segregação dos alunos oriundos dos segmentos sociais marginalizados econômica e socialmente tem se mantido na esfera de olhares depreciativos sobre as identidades culturais que permeiam a sociedade, corroborando para o abandono precoce da vida escolar.

De acordo com Gomes (2005, p.154):

Não faz sentido que a escola, uma instituição que trabalha com os delicados processos da formação humana, dentre os quais se insere a diversidade étnico-racial, continue dando uma ênfase desproporcional à aquisição dos saberes e conteúdos escolares e se esquecendo de que o humano não se constitui apenas de intelecto, mas também de diferenças, identidades, emoções, representações, valores, títulos [...]. Dessa forma, entendo o processo educacional de uma maneira mais ampla e profunda (GOMES, 2005, p.154).

Ao coadunar com a autora, reafirma-se o ponto de vista de que a prática pedagógica que não considera os saberes prévios dos sujeitos envolvidos, ao se apresentar desconectada da realidade e da trajetória de vida individual e coletiva, termina por não fazer sentido, ficando retida ao campo da abstração. Esse sentimento de “ausência de sentido” tem reflexos no educando que, diante da reprodução de conhecimento, termina por ficar desmotivado.

A desmotivação, por vezes confundida com dificuldades de aprendizagem ou indisciplina, pode ser reflexo da exclusão vivenciada pelos educandos na educação formal. Associada a essa questão, destacam-se as relações sociais criadas e recriadas nos espaços escolares que podem inibir os alunos quando esses não são reconhecidos como parte do grupo.

Ainda nesse sentido, segundo relatou uma liderança Chiquitano, “existem comunidades que os jovens não falam por que têm vergonha, mas entendem” (H. L. C. Entrevista, 01/11/2013), ao se referir à “vergonha” que os jovens sentem em falarem a língua materna. Percebe-se a importância que tem para o público mais jovem ser aceito pelo grupo social, tendo o reconhecimento de uma auto-imagem positiva. Evidencia-se com essa afirmação que o preconceito se dá nas relações cotidianas que evidenciam a cultura autoritária construída historicamente, que remeteu a população nativa a uma condição de inferioridade.

Segundo Gomes (2005, p.148), “No Brasil, o racismo ainda é insistentemente negado no discurso brasileiro, mas se mantém presente nos sistemas de valores que regem o comportamento da nossa sociedade, expressando-se através das mais diversas práticas sociais”.

O preconceito se mantém e produz, inclusive nas salas de aulas, situações de constrangimentos que reforçam a negação das diferenças e das identidades, como uma negação de si mesmo e da sua família, sua origem histórica. A negação, por sua vez, produz o silenciamento das histórias ocultadas pela História que marca os conteúdos acrílicos repassados nas disciplinas, por professores que, de forma alienada, também são produzidos nessas relações.

Ao preterir o contexto histórico e cultural dos educandos, oriundos dos grupos historicamente marginalizados, o educador contribui com a invisibilidade étnica, racial e social, corroborando na manutenção de uma sociedade homogênea, sendo a diferença concebida com negatividade.

O subdimensionamento dos efeitos das desigualdades étnico-raciais embota o fomento de ações de combate ao racismo na sociedade brasileira, visto que difunde a explicação da existência de igualdade de condições sociais para todas as pessoas (BRASIL, 2010, p.21).

Assim, ao propor ações pedagógicas que igualem todos e todas, contribui-se para a manutenção do discurso de igualdade das diversidades na sociedade brasileira, não permitindo que as identidades culturais se encontrem e se confrontem na desconstrução do preconceito.

Só assim a escola poderá, levando em consideração as diferenças étnicas de seus alunos, reconhecer de forma integral os valores culturais que carregam consigo para integrá-los à sua educação formal. Isto é essencial no caso de grupos que, por força da inércia da herança histórica ou pela pura força do preconceito, são quase sempre considerados “inferiores”, ou naturalmente “subalternos” (MOURA, 2005, p. 77).

Portanto, as reivindicações dos movimentos sociais, destacando o movimento empreendido pelos povos indígenas e aliados, têm conseguido avanços quando exigem da sociedade envolvente e do Estado o reconhecimento de sua forma de ver e viver o mundo, buscando igualdade de direitos sem, no entanto desconsiderar suas especificidades.

Ao ressaltar as Leis 10.635/03 e 11.645/08, como forma de corrigir as distorções produzidas na elaboração dos currículos escolares, quanto à participação de negros e indígenas na constituição da sociedade brasileira, entende-se que esta oportuniza a todos os educandos conhecer e se reconhecer de forma positiva a contribuição e relevância daqueles que foram preteridos pela historiografia.

Esta educação, profundamente vinculada às matrizes culturais diversificadas que fazem parte da formação da nossa identidade nacional, deve permitir aos alunos respeitar os valores positivos que emergem do confronto dessas diferenças, possibilitando-lhes ao mesmo tempo desativar a carga negativa e eivada de preconceitos que marca a visão discriminatória de grupos sociais, com base em sua origem étnica, suas crenças religiosas ou suas práticas culturais [...]. (MOURA, 2005, p. 77).

Entretanto, a força de uma legislação não é suficiente para romper com séculos de construção do pensamento de uma sociedade igualitária, livre do preconceito, onde todos se reconhecem como sujeitos de direitos. Desconstruir comportamentos preconceituosos requer

que os preconceitos arraigados em nossa formação emergjam para que possam ser combatidos, pois os preconceitos ocultos ou disfarçados são a forma mais perversa de exclusão.

A escola e os educadores tornam-se peças-chave na consolidação de um projeto de combate à discriminação, aos estereótipos que impregnam a sociedade, ou seja:

[...] a escola pode ser concebida como o espaço de encontro entre as diferentes formas de ser, de pensar e de sentir, de valorizar e de viver, construídas em um marco de tempo e de espaço que dão pertinência e identidade a indivíduos e grupos sociais. Deseja-se despertar os alunos e a sociedade toda para a perspectiva intercultural, para uma sociedade aberta, marcada pela diferença cultural. (KREUTZ, 1999, p.92).

Por educação intercultural, na perspectiva de Grandó (2014), entende-se uma prática educativa que reconhece nas diferenças de cada pessoa o direito universal de ser único como humano e, por isso mesmo, garante a todas as pessoas direito ao acesso aos bens culturais e científicos produzidos pela humanidade; o *locus* privilegiado desse direito é a escola, mas uma escola que tenha por princípio educativo a educação intercultural e não a imposição monocultural ideologicamente imposta pelo Estado ou por qualquer outro poder instituído pelo sistema econômico ou religioso.

Ao tratar as diversidades presentes no âmbito escolar, reduzi-las à condição de iguais é corroborar na manutenção do discurso de igualdade que não se efetiva na prática, pelo contrário, colabora na construção do preconceito e de estereótipos, ao mesmo tempo em que produz no aluno índio ou negro uma autoimagem negativa.

Ainda nesse sentido,

A presença dos estereótipos nos materiais pedagógicos e especificamente nos livros didáticos pode promover a exclusão, a cristalização do outro em funções e papéis estigmatizados pela sociedade, a autorrejeição e a baixa autoestima, que dificultam a organização política do grupo estigmatizado (SILVA, 2005, p. 24).

Assim, a escola, enquanto espaço privilegiado de produção de conhecimento, precisa romper com os resquícios colonizadores, colocando-se na linha de descolonização, capacitando os diversos sujeitos para a vida em sociedade, compreendida por nós como a vida em meio a culturas diferentes.

Portanto, superar o modelo educacional imposto e consolidado na sociedade brasileira requer dos educadores conhecimento sobre as diversidades que permeiam os espaços escolares. Para tanto, faz-se necessário compreender o contexto cultural no qual as diversas identidades foram constituídas, no âmbito das relações estabelecidas com os grupos elencados

como “superiores”, ou seja, o conhecimento do processo histórico de formação do Brasil é fundamental.

Enxergar no alunado possibilidades de aprendizados diferentes valorizando sua origem, suas raízes contribui para a construção de sujeitos que afirmam seu pertencimento com autonomia e protagonismo de buscar os espaços historicamente negados.

Assim, compreende-se a Lei 11.645/08 como a oportunidade de efetivar, na prática, ações pedagógicas de superação das dicotomias produzidas social e historicamente, no sentido de valorização do outro, que traz no corpo as marcas de suas raízes, de sua história e, por fim, de seu contexto com a sociedade envolvente.

Para tanto, torna-se necessária e urgente a instrumentalização dos educadores brasileiros no sentido de buscarem desconstruir velhos paradigmas deturpados, edificados a partir da educação a qual foram submetidos, sobre os diferentes grupos culturais que compõem a sociedade nacional.

Nesse viés, percebem-se mudanças no comportamento de educadores, e, embora tímidas, os efeitos são perceptíveis na autoatribuição de alunos negros e indígenas que começam a manifestar sua identidade cultural e reivindicam ações pedagógicas e humanas que contemplem suas especificidades.

Portanto, ao apontar a importância assumida pela escola na sociedade, considera-se, neste texto, sua gestação e seu propósito, considerando seu tempo, o contexto histórico e social de seu entorno. Nessa perspectiva, ressalta-se sua importância no combate ao discurso de sociedade brasileira igualitária e sem preconceitos, que termina por diluir as especificidades étnico-raciais, negando o direito à diferença.

Assim, a escola, enquanto espaço de produção de conhecimento sistematizado, pode e deve propiciar aos indivíduos meios de implantar a interculturalidade, que caminha em direção a consolidar o respeito e a valorização do ser humano, oportunizando, no processo, a vivência de culturas diferentes que contribuem para o alargamento da visão de “homem” em sua plenitude.

Concebe-se ainda que a educação voltada para a valorização das diversidades deve ter início ainda nas séries iniciais, pois a percepção de diferenças é uma construção, assim, quanto menor o sujeito, mais eficiente seria a oferta de uma educação voltada para um olhar respeitoso em relação ao “outro”. Nesse sentido, “a educadora é a mediadora entre a criança e o mundo, e é por meio das interações que ela constrói uma auto-imagem em relação à beleza, à construção do gênero e aos comportamentos sociais” (BRASIL, 2010, p. 39).

As impressões da primeira infância podem acompanhar o sujeito durante toda a vida, contribuindo favorável ou negativamente na constituição do indivíduo. Ao considerar que “O acolhimento da criança implica o respeito à sua cultura, corporeidade, estética e presença no mundo” (BRASIL, 2010; p.39), sinaliza-se para a relevância do ambiente escolar como o segundo momento de socialização na vida das pessoas, onde as mesmas estabelecem novas relações; daí a importância do educador, que recebe esse aluno que traz consigo a educação familiar, com normas e valores bem específicos, em reconhecê-los como potencialidades diversas.

#### **4.2. O Chiquitano no Sistema de Educação Escolar de Cáceres-MT**

A etnia Chiquitano, habitante histórica da região de fronteira entre Brasil e Bolívia, em função da expropriação que tem sido vitimada ao longo de seu contexto histórico, encontrou na dispersão uma forma de continuar existindo. O resultado do tratamento imputado a eles contribuiu significativamente para que sua presença se expandisse além do contorno da fronteira, sendo possível identificá-los em municípios como Porto Esperidião, Vila Bela da Santíssima Trindade e Cáceres. Esta última é o *locus* onde se desenvolveu esta pesquisa pela relevância histórica da participação dos Chiquitanos no processo de constituição da cidade.

Cáceres, na atualidade, apresenta população estimada em 87.942 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010), compreendendo uma extensão territorial de 23.351,408 Km<sup>2</sup>. Mantém ainda como base da economia a produção agropecuária. Entretanto Cáceres, a exemplo das demais cidades históricas de Mato Grosso, com exceção de Cuiabá, mantém-se no isolamento não mais geográfico, mas sim político.

Nesse cenário adverso, com poucas possibilidades de emprego, com sérios problemas na saúde, educação e segurança, que atingem a base da sociedade, é possível perceber seus municípios como força produtiva assalariada ou inserida em atividades informais. O município apresenta altos índices de atividades ilícitas em virtude de sua localização, aproximadamente 80 km da Bolívia.

Conforme explanado no capítulo que versa sobre o processo histórico da etnia Chiquitano, os mesmos têm sido vitimados pelo preconceito, manifestado por questionamentos quanto a sua identidade étnica e sua nacionalidade. Ou seja, são indígenas? São indígenas brasileiros ou bolivianos? Geralmente esses questionamentos se apresentam

mais como afirmações, frutos de um discurso que tem como objetivo negar a sua indianidade, sua condição de brasileiro e também de cacerense.

Com o avanço das forças do agronegócio em Mato Grosso e mais especificamente nessa região a partir da década de 1970, os Chiquitanos viram-se espoliados de sua cultura, sua língua e de suas terras, sendo obrigados a se tornarem mão de obra barata no campo ou migrarem para os bairros periféricos das cidades próximas.

Conforme salienta Secchi (2013)<sup>37</sup>:

[...] tentaram tirar sua humanidade resumindo os chiquitano a bugres; retiraram suas terras, silenciaram sua língua, retiraram sua nacionalidade”, [...] todas essas tentativas objetivaram transformá-los em “ninguém”, fato esse não percebido em relação às demais etnias no Brasil. [...] assim o Brasil tem uma dívida enorme com os chiquitano, tendo em vista as estratégias desenvolvidas por eles para não desaparecerem. [...] portanto existe a necessidade da criação e efetivação de políticas públicas voltadas para essa etnia, onde os conhecimentos produzidos na academia possam ser revertidos em aporte para benefício do povo chiquitano.

Coadunando com Secchi, é possível reconhecer na trajetória dessa etnia as estratégias empreendidas por eles para manterem sua etnicidade, sendo o silêncio, talvez, a mais relevante delas.

#### 4.2.1 Quando o silêncio fala

Ao buscar compreender o silêncio dos Chiquitanos brasileiros, frente aos questionamentos de sua identidade étnica e de sua nacionalidade, coaduna-se com Grando (2007, p. 274), “O discurso da democracia racial, sendo mito e sonho, parece operar como uma totalidade, aprisionando no silêncio a esperança, a resistência e produzindo a resignação”, pois esses homens e mulheres, ao longo de seu percurso histórico, criaram estratégias que possibilitaram sua continuidade, sendo o silêncio uma delas.

Segundo os estudos realizados por Santana e Cintra (2009, p. 62):

Existe uma temporalidade da significação que implica uma relação (um batimento) entre o dizer e o não dizer, assim, significa dizer que o silêncio tem sua materialidade significativa, sua forma material específica, mesmo quando não fala. Quando um sentido é silenciado, faz-se necessário buscar a história para compreender o que esse silêncio cala. Aqui a opção dos chiquitano foi a de calar

---

<sup>37</sup>Comentário proferido durante defesa de dissertação de Letícia Maria Queiróz, em 21/02/2013. Cidade universitária- UNEMAT, Cáceres, Mato Grosso, Brasil.

aquilo que o diferenciava dos não índios, o silêncio como refúgio, da resistência, da oposição (ORLANDIR, 1994), da não aceitação total dos valores impostos, mas que fizeram de modo com que fossem “aceitos” pela sociedade dominante e, para isso, esconderam sua identidade étnica e obedecem aqueles considerados dominadores.

O silêncio observado pelas autoras remete aos conflitos pertinentes à identidade étnica dos Chiquitanos, pois comumente a eles são atribuídas denominações como, chiquitano, bugre, índio ou boliviano. Nesse sentido, os termos utilizados manifestam todo um conjunto de estereótipos, colocando-os em uma condição de inferioridade frente à sociedade envolvente. Nesse contexto processual,

Os indígenas foram recebendo essas conotações diversas e o sentido pejorativo a ele atribuído é resultado desse convívio nada humano com os colonizadores e fazendeiros. [...] Quando são chamados de chiquitano, são considerados índios da Bolívia, nesse caso, estrangeiros em seu próprio território, se denominados índios, recebem o preconceito que a sociedade não indígena impõe aos índios. [...] se chamados bolivianos são considerados estrangeiros e, ainda sofrem o estigma que os bolivianos recebem da sociedade brasileira (SANTANA; CINTRA, 2009, p. 56-57).

Se, por um lado, há o silêncio enquanto estratégia de resistência, por outro lado, pode-se perceber que, ao longo dos estudos realizados, o silêncio no sentido concreto contribuiu para que outros elementos constitutivos da identidade dessa etnia fossem silenciados.

As relações estabelecidas entre os Chiquitanos e a sociedade envolvente foram alicerçadas em uma plataforma nada harmoniosa, como se observou até o momento. Nesses conflitos que levaram esse povo a uma condição de estrangeiros, pode-se ainda inserir a questão da língua. Com base em estudos realizados por Cintra (2006), Santana & Cintra (2009), Bortoleto (2007), Santana (2012), entre outros autores, pode-se afirmar que a língua Chiquitano é o resultado de uma diversidade linguística do período em que estiveram nas missões, sendo a língua Chiquitano tomada como oficial.

Os estudos em questão demonstram que, apesar de serem postas como oficiais, as variações linguísticas ainda se mantêm preteridas na atualidade, compreendendo tanto os Chiquitanos brasileiros como os bolivianos. A opressão a qual essa etnia esteve submetida quase levou ao desaparecimento da língua materna no Brasil.

Nesse sentido, “Os silêncios, no caso dos Chiquitano, se fizeram na perspectiva de sobrevivência e agora os anciãos viviam o momento do retorno de sua voz e língua como estratégias de reconhecimento de sua identidade” (SANTANA, 2012; p. 72), ou seja, a retomada da língua ocorre ao mesmo tempo em que eles se mobilizam para a reivindicação de seu reconhecimento étnico na sociedade nacional.



A compreensão do quase desaparecimento da língua materna pode ser compreendido a partir das relações estabelecidas entre índios e não índios, pois que, em meio ao processo de civilidade objetivado no período colonial a variedade linguística precisava ser combatida, antepondo a necessidade de consolidação da soberania nacional, em que a mesma se constituiu em um elemento necessário na composição de uma língua oficial.

Os estudos realizados por Cintra (2006) e Santana (2012) discorrem sobre as causas que conduziram ao silêncio da língua Chiquitano.

Conforme destaca Santana (2012, p. 92-93):

[...] fatores em contexto mais imediato também contribuíram para o deslocamento da língua Chiquitano: o contato e as relações de trabalho com os fazendeiros, a escola com o tipo de ensino e as concepções político-doutrinárias da época, a convivência subalterna com os militares, os novos produtos vindos da sociedade envolvente, dentre outros. Todas essas influências e interferências contribuíram para o silenciamento da voz e também dos usos da língua Chiquitano, pois faziam com que os indivíduos tivessem uma atitude negativa em relação a sua língua materna. (Grifo nosso).

Pelos estudos realizados, percebe-se que as crianças, quando inseridas na escola do não índio, eram proibidas de falar a língua materna, e, caso insistissem, eram duramente repreendidas. Dessa forma, as gerações foram se sucedendo e os pais deixaram de falar, justificando que assim os filhos não aprenderiam e não seriam repreendidos pela sociedade envolvente.

Entretanto, observa-se que a revitalização da língua materna pelos povos indígenas tem se intensificado nos últimos anos. A ampliação do número de escolas indígenas, com um quadro de professores da própria comunidade, tem contribuído sensivelmente para a manutenção de um dos maiores patrimônios que uma etnia dispõe – sua língua.

Segundo Santana & Cintra:

Para os indígenas brasileiros, escrever a língua materna e manter a continuidade nas escolas tem representado um avanço e constituído aspectos relevantes nos projetos de reafirmação sociocultural, pois se tiverem atitudes positivas de sua língua, isto é, se sentirem orgulho e a usarem cotidianamente nas mais diversas situações, passando-a de uma geração à outra, as chances são de manutenção (2009, p.70).

Assim, é possível hoje chegar às aldeias dos Chiquitanos e ser saudado na língua materna, as crianças falando e escrevendo, fato que há alguns anos não ocorria, pois:

Cada geração começa, portanto, a sua vida num mundo de objetos e de fenômenos criados pelas gerações precedentes. [...] Com efeito, mesmo a aptidão para usar a linguagem articulada só se forma, em cada geração, pela aprendizagem da língua

que se desenvolveu num processo histórico, em função das características objetivas desta língua (LEONTIEV, 2004, p. 284).

Tendo em vista que a transmissão de conhecimento dos povos indígenas se alicerça na oralidade, o conhecimento da língua Chiquitano, salvo algumas exceções, acabou por ficar limitado aos anciãos. Esses, por sua vez, em função da idade avançada, aliada ao desuso da língua, acabaram por esquecer algumas palavras.

Outro ponto que se considera relevante no papel desempenhado pelos anciãos na revitalização da língua trata da participação dos mesmos, presentes nas escolas Chiquitano, ensinando a língua a professores e alunos.

Embora estando a língua Chiquitano em processo de estudos, conforme salienta Santana (2012), o resgate e a revitalização de aspectos culturais inerentes a essa etnia, bem como a reivindicação de seu território tradicional, alteram e promovem mudanças de comportamento dos Chiquitanos, quando se inicia o processo de rompimento com o silenciamento de sua identidade.

Assim, nesse cenário de questionamentos da sua identidade étnica pela sociedade envolvente, observa-se grande número de Chiquitanos morando no município de Cáceres, permeando pelos vários espaços que são socialmente disponibilizados a eles, ou seja, integrados ao mundo do trabalho assalariado ou exercendo atividades informais.

Conforme Pacini (2012):

Os Chiquitanos estão atravessando as fronteiras culturais e físicas escolhendo melhores condições de vida, muitas vezes também forçados a migrar dos seus locais de ocupação tradicional para cidades ou mesmo para trabalhar nas fazendas que tomaram partes de suas terras (2012, p. 304).

A travessia em questão oportuniza refletir duas possibilidades antagônicas. Uma como resultado da opressão que nega o direito e condições de se manterem em suas comunidades de origem; outra, como possibilidade de ocupar espaços, que até então fora negado a eles, nesse sentido pode-se ainda considerar que esse movimento coaduna com a reivindicação de reconhecimento étnico.

Diante do processo de invisibilidade étnica dos Chiquitanos, já descrita em capítulos anteriores, buscou-se identificar a presença dos Chiquitanos nos espaços escolares do município de Cáceres-MT. Para tanto, recorreu-se ainda na fase inicial da investigação a instituições públicas, para compreender a forma como os indígenas Chiquitano eram percebidos. Os caminhos percorridos nessa fase da pesquisa, bem como os elementos

identificados, foram descritos no Capítulo I do texto dissertativo. Porém, retoma-se essa questão no intuito de esclarecer as ações advindas da percepção dos servidores das instituições públicas consultados sobre a condição de bolivianos.

Para tanto, no primeiro semestre de 2013, direcionou-se as investigações ao Arquivo Público Municipal de Cáceres que abriga os documentos referentes à educação escolar do município, respeitando o recorte temporal a partir da década de 1960.

A primeira impressão sobre o arquivo foi de perplexidade diante das condições estruturais do espaço. A estrutura física disponível do arquivo poderia naquele momento ser considerada inadequada para manutenção e preservação da documentação ali existente, bem como imprópria para servidores e pesquisadores que fazem uso desse espaço.

O espaço que abrigava o arquivo à época das incursões consistia em um grande salão, ressaltando que no passado ali funcionava uma casa comercial, com muitas prateleiras, algumas de aço e outras de madeira que serviam de abrigo às pastas arquivos. Os servidores municipais ali lotados não dispunham de bebedouros e o único alívio ao calor era um pequeno e antigo ventilador. Havia ainda três mesas grandes de madeira e algumas cadeiras do mesmo material, a diferença de altura entre mesas e cadeiras sugere que a escolha das mesmas foi aleatória.

Durante a pesquisa na instituição, um incidente evidenciou a precariedade física do local. Havia muitas prateleiras de aço, organizadas uma ao lado da outra, em um dos dias que ali estávamos uma dessas prateleiras que já se encontrava torta em função do peso das pastas arquivos, cedeu, criando um efeito dominó, derrubando as demais. As servidoras que se encontravam no local comunicaram a Secretária de Educação municipal, a fim de que fossem tomadas as providências necessárias, mas até o período em que se encerraram os trabalhos na instituição ainda não havia sido resolvida a situação. Segundo as servidoras, os responsáveis alegaram que, por estarem aguardando a reforma de um novo espaço físico, deveriam esperar a conclusão das obras, para então realizarem a transferência. Nesse sentido, a última lembrança dessa convivência é de muitos livros e pastas distribuídos sobre mesas ou no chão.

A descrição do espaço físico torna-se relevante, pois uma pesquisa histórica busca nas fontes documentais elementos que possibilitem a compreensão do desenvolvimento de uma determinada sociedade, bem como permite a manutenção da memória individual e coletiva da comunidade. O descaso com os acervos se assenta na tradição do Poder Público em preterir a historicidade da nação, colocando-a em segundo plano.

Retomando os trabalhos desenvolvidos no Arquivo Municipal de Cáceres, receberam-nos as funcionárias que, ao tomarem conhecimento da solicitação, forneceram as pastas com as Atas de Resultado Final das escolas.

Por estarem em processo de mudança, muito do acervo estava encaixotado, o que dificultou nosso acesso a documentos considerados necessários. Assim, foi gasto muito tempo procurando e, conforme as atendentes iam encontrando os arquivos fazia-se a sondagem necessária.

Dos documentos encontrados, foram transcritos trechos de Atas onde figuravam alunos com sobrenomes que remetem à etnia Chiquitano, elencando endereço, quando possível, pois geralmente essas informações não apareciam.

Respeitando o período temporal a partir de 1960, foram verificados registros escolares, atas de resultado final, históricos escolares, registros sem identificação da origem apenas com nome de alunos e dos professores, porém com carimbo da Secretaria de Educação do município e jornais.

Dentre as informações obtidas, destacam-se registros que falam sobre o ingresso de alunos Chiquitano na educação escolar pública, os quais tornaram possível a localização desses sujeitos no município e região.

Os dados extraídos das folhas de matrículas que remontam ao ano de 1970, em uma comunidade denominada Padre Inácio, região de Cáceres, reforçam a argumentação sobre a presença de agrupamentos Chiquitano nas imediações da região de fronteira, e, embora formados por pequeno número de pessoas, preterir sua presença seria concordar com a invisibilidade imposta a eles.

Ainda sobre a década de 70, na documentação que trata da relação de Suplência compreendendo os anos de 1970 a 1979, foram identificados 17 sujeitos, em idades diversas, circulando pela rede pública de educação. Sobre esses “achados” que tiveram adesão de tantos brasileiros e brasileiras, não se poderia preterir saber mais sobre o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL.

Criado em 1967, esse sistema de educação popular propunha a erradicação do analfabetismo no Brasil, atendendo uma lógica de desenvolvimento nacional no contexto de uma Ditadura Militar. Para tanto foram criadas diversas salas de aula e contratados professores, na maioria pessoas com baixa escolaridade, porém em condições de alfabetizar os alunos.

O projeto de desenvolvimento do país passou por uma educação que consistia em aprender a ler, escrever e realizar cálculos básicos, coadunando com o projeto governamental de inserção de pessoas no mundo do trabalho assalariado.

Nessa perspectiva, Saviani, em seu texto "O Legado Educacional do Regime Militar", analisa algumas das características consolidadas durante esse período, enfatizando principalmente o papel da educação:

[...] na educação como formação de recursos humanos para o desenvolvimento econômico dentro dos parâmetros da ordem capitalista; na função de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho atribuída ao primeiro grau de ensino; no papel do ensino médio de formar, mediante habilitações profissionais, a mão de obra técnica requerida pelo mercado de trabalho; na diversificação do ensino superior, introduzindo-se cursos de curta duração, voltados para o atendimento da demanda de profissionais qualificados [...] (2008, p.196).

Esse período para a história da educação no Brasil pode ser compreendido como a fase em que os recursos destinados para a educação foram sensivelmente diminuídos, os instrumentos de controle foram ampliados, o projeto educacional implantado visava garantir mão de obra para o novo Brasil, sendo necessário alfabetizar, formar profissionais para a área técnica e fornecer mão de obra especializada. Por esse tripé de interesses, pode-se concluir que o projeto educacional, durante o governo militar, consistiu em atender os interesses do mercado emergente.

Portanto, as informações coletadas no Arquivo Público Municipal de Cáceres indicaram que, a exemplo dos demais municípios brasileiros, a sociedade cacerense também pleiteava sua integração ao projeto de desenvolvimento da educação escolar Nacional.

#### **4.2.2. Relações interétnicas: a partir de uma escola do município de Cáceres**

A opção pela escola ocorreu em função de que, as instituições por onde foi desenvolvido o levantamento documental sempre remetia ao bairro em questão, como um espaço que abriga grande número de Chiquitano.

Mesmo contando com autorização da gestora da instituição, preferiu-se manter o anonimato de seu nome. Assim, a partir de agora, a referência será pela denominação E/D.

Ao versar sobre a unidade escola, não se pode desconsiderar seu entorno como elemento necessário na compreensão do público atendido, considerando a mesma como espaço de produções de relações sociais que recebe em seu interior alunos de vários

segmentos sociais, dos quais se pode destacar a presença de alunos Chiquitano, conforme demonstraram as fontes documentais do Arquivo Público.

A escola E/D está localizada a sudoeste da cidade em um bairro periférico do município, distante da área central. Trata-se de um bairro bem antigo que ainda enfrenta sérios problemas de infra-estrutura, que vão desde a ausência de saneamento básico, falta de pavimentação e de iluminação pública a altos índices de violência.

Entretanto, mesmo diante desse cenário adverso, o local abriga várias chácaras e mantém um padrão de relações sociais, pois as pessoas moradoras mais antigas do bairro se conhecem por nome, imprimindo certo saudosismo ao bairro.

É possível ainda, observar cadeiras nas portas, onde as pessoas se reúnem ao término do dia ou aos finais de semana, bem como se pode encontrar as benzedeadas, as madrinhas, as tias e avós, sempre dispostas a uma boa “prosa” no final do dia, acompanhada de um café, feito no fogão à lenha e biscoito de polvilho, milho, arroz ou trigo.

O atendimento público de saúde é realizado por um pequeno Posto de Saúde, localizado no limite entre dois bairros, em que se realiza o atendimento médico, bem como conta ainda com os Agentes Comunitários de Saúde, que realizam o cadastramento e monitoramento dos moradores.

A diversidade da religiosidade dos moradores pode ser percebida pelo grande número de igrejas no bairro, que variam entre igreja católica e protestante, sendo as últimas em número mais expressivo; foi identificada ainda a presença de cultos de Matriz Africana.

A maioria da população do bairro é constituída por pessoas de baixa renda, sendo, em grande número, trabalhadores assalariados, exercendo diversos ofícios como: trabalhadores do campo<sup>38</sup>, entregadores de mercado, comerciários, empregadas domésticas, cozinheiras, lavadeiras, babás, entre outros. Ressalta-se que grande parte das pessoas apresenta baixa escolaridade.

Nesse cenário antagônico, onde as diferenças econômicas, religiosas, intelectuais e culturais se manifestam no cotidiano do bairro, terminando por imprimir um ar bucólico à comunidade, situa-se a escola identificada como E/D, conforme Figura 19.

---

<sup>38</sup> Nessa denominação reuniram-se pessoas que desenvolvem atividades no campo como: vaqueiros, lavradores, coletoras de sementes (atividade comum na região no processo de exploração da madeira Teca), cozinheiras entre outros.

**Figura 19:** Fachada escola E/D

Fonte: Adriana Nezeir de Almeida Duarte, 2013.

A presença da educação escolar na comunidade remonta ao ano de 1948, com a abertura de uma sala de aula, onde funcionava a 1ª série do ensino fundamental. Porém o Decreto de criação da mesma somente ocorreu em 1974, pois até então esta funcionava como sala anexa de outra unidade escolar. Embora criada oficialmente as estruturas física e pedagógicas se mantiveram inalteradas. As transformações da referida instituição tiveram início a partir de 1981, quando então a escola iniciou o processo de expansão física com a construção de algumas salas de aula e ampliação do atendimento pedagógico da 1ª à 4ª série.

A ampliação do ensino ofertado trouxe grandes benefícios à comunidade, pois os alunos não teriam que caminhar mais longas distâncias para chegarem à escola mais próxima, porém localizada em outros bairros. Considerando que, a essa época, o número de ruas abertas pelo poder público eram poucas, os moradores dependiam de caminhos abertos no meio do mato, ao qual denominavam “trieiros”, ou seja, trilhas abertas no meio do mato que diminuía as distâncias a serem percorridas.

As modificações da escola não se mantiveram apenas na infra-estrutura, pois, em 1991, a unidade teve sua nomeação alterada, quando se procurou homenagear uma de suas mais expoentes professoras.

A escola atendia em 2013, aproximadamente 600 alunos, divididos em dois turnos matutino e vespertino, funcionando o ensino fundamental de 1º ao 9º ano e ainda uma sala de Educação Infantil. Apresentavam em seu quadro funcional 25 professores distribuídos nas áreas de conhecimento, com formação em nível superior, além das funções de gestão e

coordenação. O apoio administrativo era realizado por cinco servidores e mais três nas funções administrativas.

O crescimento do bairro, a partir da década de 80, refletiu também na escola, que, em função do aumento da demanda, teve sua infra-estrutura ampliada. A escola conta hoje com 11 salas de aula, 01 videoteca, 01 sala de leitura, 18 banheiros, 01 biblioteca, 01 sala de coordenação, 01 secretaria, 01 sala da direção, 01 sala de professores, 01 cozinha, 01 almoxarifado, 01 dispensa, 01 cantina, 01 cozinha, 01 laboratório de informática com 10 computadores e 01 quadra poliesportiva coberta. Portanto, da pequena escola que abriu as portas em 1948, restou a velha sala de aula, hoje transformada em videoteca, que ajuda a preservar a memória da comunidade, constituindo-se em um patrimônio material do percurso empreendido pelos moradores, o paradoxo entre o ontem e o hoje.

Outro elemento importante identificado na unidade trata-se do pátio onde se desenvolvem os processos de socialização dos alunos. Este pode ser descrito como bastante agradável, pois, além das plantas ornamentais, no processo de expansão da infra-estrutura da escola foram respeitadas árvores bem antigas, conforme se pode observar na Figura 20, através da espessura dos troncos.

**Figura 20:** Pátio interno da escola E/D



**Fonte:** Adriana Nezeir de Almeida. Duarte, 2013.

As imagens do pátio permitem compreender a importância e o destaque que tem na escola, pois, além da arborização, percebe-se a limpeza e o cuidado que a gestão escolar tem para com esse espaço bastante apreciado pelos alunos.



Retornando ao cerne desta investigação, o Povo Chiquitano brasileiro, organizados no município de Cáceres-MT, tendo como cenário o contexto escolar, questiona-se: os Chiquitanos figuram como sujeitos do processo de educação escolar do município? Eles são percebidos na sua identidade étnica? Como a escola em questão tem possibilitado sua afirmação étnica? Como se estabelecem as relações de identificação ou negação de sua presença?

As investigações na escola E/D tiveram início em maio de 2013, quando, após obter autorização da gestora, centraram-se no arquivo da mesma. O arquivo com os registros da vida escolar dos alunos encontrava-se organizado em ordem alfabética, não por ano, assim iniciamos pela letra A, por observá-lo como o mais volumoso.

**Quadro 13:** Levantamento de sujeitos com sobrenome Chiquitano da pasta “Registro de Aluno” Letra - A

<b>Ano matrícula</b>	<b>Sobrenome</b>	<b>Data nascimento</b>	<b>Local nascimento</b>	<b>Observação</b>
1980	Govio	1968	Cáceres	
1979-1982	Poquiviqui	1966	Cáceres	
1983	Senábio	1969	Cáceres	
1986-1990	Silva Rodrigues	1978	Cáceres	Sobrenome pai: Senábio
1990-1992	Sonaque	1983	Cáceres	
1992-1994	Ardaia	1984	Cáceres	
1998-2003	Potoré	1981	Cáceres	
1999-2002	V. do Carmo	1992	Cáceres	Sobrenome materno: Poichê
1992-1993	Ardaia	1978	Cáceres	1989: E. E. Onze de Março; 1991: E. E. São Luis.
1993-1999	Sabala Ribeiro	1985	Cáceres	Sobrenome: Materno
1994-1999	Silva Poquiviqui	1984	Cáceres	1992-1993: E. M. Novo Oriente. Sobrenome: Paterno
1999-2000	Potoré	1971	Cáceres	
1999-2003	Manacá	1988	Cáceres	
2000	Senábio	1982	Cáceres	E. E. Senador Mário Mota Ano: 1990
2000-2006	Parabá Aguillera	1993	Cáceres	
2001	Parabá	1987	S/localidade	Transferido E. E. Demétrio Costa Pereira.
2002	Parabá Aguillera	N/consta	N/consta	Relatório de rendimento escolar

2002-2003	Morães Sabala	1995	Cáceres	Sobrenome: Paterno.
2003-2005	Poquiviqui Pedraça	1991	Cáceres	1998-2001: E.M. Jardim Paraíso. Sobrenome: Materno.
2005	Poiche	1997	Cáceres	Sobrenome: Materno.
2007- 2010	Pedraça de Morães	1995	Cáceres	Sobrenome materno: Poquiviqui e Pedraça
2011	Bacca	1997	Cáceres	2004-2010: E.M Professor Benevides Lindote. Sobrenome: Paterno.

**Fonte:** Arquivo Escola E/D, 2013.

Conforme Quadro 13, foi verificado um total de 292 registros da pasta referente à letra “A”, sendo identificados 22 de sujeitos. O levantamento em questão corresponde ao período de 1980 a 2011, o que permite confirmar a presença desses indivíduos na unidade escolar.

As observações do quadro permitiram ainda perceber a movimentação desses sujeitos no contexto urbano de Cáceres, cruzando silenciosamente o sistema de educação escolar, bem como traz em casos específicos a herança dos sobrenomes, demonstrando que a maioria dos sobrenomes advém da mãe, sinalizando a opção das mulheres em estabelecer casamentos com não índios, o que nos leva a refletir que pode ser essa uma estratégia de inserção social, conforme dito em capítulo anterior.

Entre os registros, percebe-se que 50% dos sujeitos ingressaram na escola com idade entre sete e oito anos, 13,64% com 11 anos, 9,10% com 12 anos, 9,10% com 14 anos, 4,54% com 17 anos e 4,54% com 28 anos de idade, sendo o último inserido no sistema de suplência da instituição. Um dos alunos identificados não trazia na pasta informações sobre a data de nascimento.

Os números apurados indicam que a idade de inserção na escola da década de 1980 para 2011 não sofreu grandes alterações, mantendo-se estável em nível considerado normal.

Mesmo sendo o número de sujeitos pequeno diante do universo documental investigado, pode-se afirmar que, coadunando com as informações obtidas no Arquivo Público Municipal quanto à organização dos Chiquitanos no espaço urbano de Cáceres, o bairro onde se encontra a escola E/D é um dos referenciais mais significativos da presença dessa etnia nessa região do município.

Portanto, mesmo checando somente o arquivo com a letra “A”, pode-se ter noção e certeza da presença dos indígenas Chiquitano no espaço público escolar; apesar do silêncio

quanto a sua identidade étnica, os sujeitos em questão figuram fisicamente no contexto histórico da unidade.

Diante dos dados obtidos nas fontes documentais checadas, direcionou-se a investigação ao período atual de 2013. Essa parte da pesquisa compreendeu, além de levantamento documental, a observação, necessária na compreensão das relações sociais estabelecidas no âmbito da unidade.

Mediante os documentos de identificação dos alunos, como histórico escolar, ficha de matrícula, relatório de desenvolvimento da aprendizagem, observou-se que os sujeitos de sobrenome Chiquitano são, em sua maioria, moradores do bairro, sendo pequena a presença de sujeitos oriundos de bairros vizinhos, o que pode ser explicado pela ausência de escolas nas imediações.

Em um universo de 497 alunos, segundo lista de fornecida pela instituição, foram identificados 29 sujeitos, os quais apresentam as seguintes nomeações: Poquiviqui, Tossue, Charopá, Chue, Poichê, Ponhes, Ardaia, Manacá, Surubi, Paravá, Sabala, Massavi e Jovió, sendo esse último identificado apenas na figura materna. Ressalta-se ainda que apenas um sujeito apresentou o sobrenome conforme tradição dos Chiquitanos, ou seja, o sobrenome da mãe após o do pai.

Ao analisar as listas com os nomes dos alunos da Educação Infantil ao 9º ano, apurou-se que, de dezoito turmas, duas não apresentavam indícios da presença de sujeitos Chiquitano. As salas em questão correspondem ao 4º ano período vespertino e ao 9º ano período matutino.

Pelas informações obtidas, fez-se a escolha das salas onde seriam realizadas as observações. Para tanto, se buscou as turmas onde houvesse um maior número de sujeitos e que funcionassem no mesmo período, pois se pretendia observar ainda as relações interétnicas estabelecidas no momento do recreio. Assim, foram elencados o 5º e 6º ano do período matutino.

Iniciaram-se as observações acompanhando a turma do 6º ano, sob os cuidados da professora de História, que, ao tomar conhecimento da presença desta pesquisadora, se mostrou bastante receptiva. Dos 36 alunos que constam na relação fornecida pela escola, havia quatro transferências, sendo 32 o número de alunos cursando essa turma, porém nos dias em que se realizaram as observações a frequência variou entre 24 e 26 alunos.

Ao iniciar as atividades, a professora fez o controle de frequência dos alunos pelo primeiro nome, o que pode ser considerado positivo, pois a nomeação através de números cria

uma atmosfera de homogeneização entre os educandos e educadores, que em nada contribui para que as diferenças sejam percebidas e discutidas.

Questionada por se referir apenas ao nome não estendendo ao sobrenome, a educadora argumentou que “realizar a chamada utilizando nome e sobrenome demandaria muito tempo, tempo esse necessário na realização das atividades pedagógicas” (S. L. A., 2013). As palavras da professora evidenciam a complexa relação que envolve os trabalhos escolares, pois os professores têm que adequar às exigências burocráticas as necessidades dos alunos.

Nesse universo antagônico de interesses, a educação escolar cumpre com o currículo, repassando o conhecimento construído pela humanidade, porém preterindo o que se compreende como cerne de todo o processo o contexto de desenvolvimento humano de seu alunado, que se vêem à margem do processo de construção social.

Tendo em vista que nosso foco de estudos não era a relação ensino/aprendizagem, concentrou-se em observar a disposição dos alunos em sala. Os mesmos estavam distribuídos em quatro filas, devidamente sentados. A professora desenvolveu uma atividade de interpretação de texto, utilizando livros didáticos e, conforme eles iam concluindo o exercício, levavam até a mesa para que a mesma fizesse as devidas correções.

Observou-se que, apesar do espaço amplo da sala, os alunos não circulavam por ela. Mantiveram-se sentados, conversando entre si, porém em tom baixo. As conversas se davam geralmente com os vizinhos de carteira. Das 24 crianças presentes, constatou-se que apenas seis sujeitos se agruparam em duplas para desenvolver as atividades.

Durante as observações em sala de aula dessa turma, identificou-se que, embora mantendo uma disciplina comportamental rígida, os alunos durante as atividades em grupo conseguiam interagir e promover ajuda mútua. Demonstraram se conhecerem pelo nome e apresentavam relações de amizade. Quando chamados a organizarem pequenos grupos para realização de atividades, eles se auto-organizaram, demonstrando apreço na companhia dos colegas.

Os grupos em sua maioria se organizaram com divisão de gênero, sendo identificado somente um grupo que reuniu meninos e meninas. Essa postura dos alunos demonstra que as relações de gênero nos espaços escolares ainda se constituem em um imenso abismo que segrega meninos e meninas em lados opostos.

Fruto de um contexto histórico de superioridade masculina, essa postura se faz presente na sociedade, mesmo porque geralmente a educação familiar ainda mantém esses parâmetros. As escolhas e o consentimento em ações que diferenciam as pessoas por sexo, a

partir da visão heterossexual, têm se tornado um problema nos espaços escolares quando se fala das relações homo afetivas que se estabelecem em seu interior. Uma educação para as diversidades se constitui em reconhecer na presença do outro uma forma de ensino e aprendizagem, o que possibilita acesso a direitos na superação das desigualdades e construção de relações sociais pautadas no respeito à dignidade humana.

Embora a organização dos grupos tenha apresentado uma distinção de gênero, outra característica foi percebida em sua organização, pois os alunos agrupados demonstraram ser um grupo dentro do grupo. Mesmo mantendo relações cordiais, não foi percebida interação entre os grupos que, ao desenvolverem as ações pedagógicas, não buscaram ajuda dos colegas de outros grupos.

As relações com os educadores também se apresentou distante, os alunos quase não solicitavam auxílio e só se dirigiam diretamente ao professor quando solicitados ou na tentativa de compreender a atividade proposta. Não foi percebida qualquer situação de afetividade entre educadores e educandos. A referência às questões de afetividade entre os envolvidos no processo educacional ressalta-se no Projeto Político Pedagógico - PPP da instituição.

Segundo o PPP:

[...] muitos educandos são carentes de atenção, de incentivo e de cuidados familiares levando-os muitas vezes a atos de indisciplina. O envolvimento com substâncias entorpecentes demonstra a dificuldade que o adolescente encontra diante da procura de sua identidade pessoal, lembrando sempre que tais problemas geram baixa autoestima, falta de motivação etc.( E/D, p.12).

A descrição dos alunos atendidos pela unidade apresentada acima pelo texto do Projeto Pedagógico demonstra que, mais que um espaço de aprendizagem, esse apresenta relevância no seio da comunidade, como um elemento de afirmação das identidades e superação das limitações dos diversos contextos históricos que se manifestam. Portanto, compreende-se a importância do educador como um referencial positivo na vida de meninos e meninas na construção de uma auto-imagem positiva possibilitando o crescimento pessoal.

Nessa turma específica, identificou-se a presença de seis sujeitos com sobrenomes Chiquitano, sendo eles Surubi, Paravá, Sabala, Massavi e Ponhes. Dentre esses sujeitos, a divisão por gênero foi de três meninos e três meninas, e, segundo informações da escola, um dos meninos havia sido transferido para outra unidade.

Embora os sujeitos tenham sobrenomes que remetam à etnia Chiquitano, não demonstraram ter muita proximidade, pois, ao participarem das atividades em grupo, optaram por outros colegas, ou seja, percebe-se que os mesmos estão integrados à sala, não se organizando a parte.

Dos sujeitos elencados nessa turma, apesar de apresentarem sobrenomes Chiquitano, quando observado o fenótipo dos mesmos, pode-se constatar que apenas uma das crianças apresentava traços Chiquitano. A referência ao fenótipo dos sujeitos contribui para ampliar a compreensão dos efeitos dos casamentos entre índios e não índios, podendo ser, no caso específico dos Chiquitano, uma estratégia de inserção social, na procura do reconhecimento de sua nacionalidade e combate ao estereótipo de boliviano que os tem acompanhado.

As atividades de observação prosseguiram com a turma do 5º ano, período matutino, formada em sua totalidade por 22 alunos, sendo que, durante a presença da pesquisadora, frequentaram as aulas 20 alunos.

A turma em questão, quando escolhida para realizar-se a observação, tinha como elemento propulsor os sobrenomes Surubi, Aquilar e Mancila. Entre os alunos dessa turma, foram identificados 03 sujeitos, que, além dos nomes, apresentavam fenótipo da etnia em questão.

A exemplo da sala anteriormente observada, esta mantinha a mesma organização e disciplina. Durante nossa permanência, havia um grupo de estagiários da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT realizando estágio.

Em um dia de observação, a turma estava sob a regência de uma estagiária que desenvolveu atividades relacionadas ao meio ambiente e, durante sua aula, alertava os alunos para a necessidade de preservação. Ao tentar sensibilizar os educandos, ela disse: “não se deve pescar e nem caçar” (06/06/2013), palavras que remeteram ao distanciamento entre o conhecimento sistematizado e o contexto histórico e cultural dos sujeitos.

A referência de que “caçar” e “pescar” é errado, apresentada em uma região onde a maioria das crianças advém de famílias camponesas ou ribeirinhas, coloca em questão os referenciais culturais familiares, provocando uma auto-imagem negativa sua e de seu grupo de pertencimento.

Ao ministrar a aula, ela reproduziu o currículo desconectado da realidade dos educandos, não fazendo qualquer alusão às comunidades tradicionais que, mesmo mantendo a prática da caça e da pesca, o fazem na manutenção de seus pilares culturais de forma

sustentável, não reproduzindo a “relação homem natureza” baseada na exploração que abarca o agronegócio ao objetivar o lucro a qualquer custo.

Cumpridas as observações em sala de aula sem perceber grandes alterações, o trabalho foi direcionado para o espaço social da escola, durante o “recreio”<sup>39</sup>, acompanhando todo o processo de utilização do tempo destinado ao descanso e ocupação do espaço disponibilizado.

Conforme observado, os alunos recebem a merenda escolar pouco antes de saírem para o intervalo. Eles são acompanhados pelo professor até a cozinha, recebem as vasilhas com a merenda e retornam à sala de aula, conforme Figura 21.

**Figura 21:** alunos merendando na sala de aula



**Fonte:** Adriana Nezeir de Almeida. Duarte, 2013.

Pode-se perceber a organização e limpeza da sala de aula, bem como a disciplina dos alunos. O alimento recebido, segundo os próprios educandos, é considerado “bom” e “saboroso”. É possível identificar que, apesar do aparente disciplinamento dos alunos, os mesmos ostentam bonés, e em nenhum momento percebeu-se questionamentos dos educadores quanto a isso.

Uma vez terminada a merenda, logo na sequência ao tocar do sino, os alunos são liberados da sala de aula e se encaminham para o pátio central, mais ventilado e arborizado, dando a impressão de ser o espaço preferido dos educandos.

<sup>39</sup>Referência ao intervalo realizado no decorrer do período de aulas para que os alunos possam ir ao banheiro, tomar água e lanchar. Geralmente tem a duração de 10 minutos.

Enquanto observava-se o recreio, um aluno quis saber o que fazíamos ali, no que foi explicado que se realizava um estudo. O mesmo permaneceu em nosso entorno e então se perguntou a ele:

*“De que você mais gosta na escola?”*

Ele respondeu:

*“À hora do recreio é o melhor momento da escola...”* (07/06/2013).

Quando foi perguntado por que, ele respondeu:

*“por que posso correr...”* (07/06/2013).

A resposta do aluno C., 11 anos, evidenciou o quanto a educação escolar tem se apropriado da disciplina do corpo como instrumento de modelar a mente, inserindo o conceito de “bom comportamento” nas crianças. Nesse sentido, durante o recreio a apatia percebida em sala de aula cede lugar aos encontros e desencontros da pluralidade cultural que passam a ocupar um mesmo espaço, longe da vigilância daqueles a quem o Estado apoderou e incumbiu de manter a ordem.

**Figura 22:** Alunos E/D, alunos aprendendo a fazer artesanato



**Fonte:** Adriana Nezeir de Almeida. Duarte, 2013.

Ao observar a Figura 22, percebe-se que, mesmo sem a presença da autoridade escolar, os alunos ampliam seus conhecimentos, mantendo a organização da aprendizagem, demonstrando atenção às orientações do instrutor. Verifica-se que o aluno mais velho ensina



aos mais jovens a produção do artesanato que, segundo ele, pode ser nomeado como “pulseirinhas”, trata-se um trançado de linhas coloridas que os mesmos amarram nos braços ou pernas.

A organização dos alunos se dá geralmente com uma divisão de gênero, formando dois grupos, os meninos e as meninas. Poucas vezes observaram-se grupos mistos. As brincadeiras também variam conforme gênero e idade.

As meninas mais jovens, na faixa etária de 06 a 10 anos, demonstraram prazer pelas brincadeiras infantis, como roda, pular amarelinha, pular corda. As com mais idade, acima de 10 anos, andam em grupos menores em torno de três pessoas, conversam entre si, circulando pelo pátio, geralmente estão de batom, o que demonstra uma transição para adolescência, não se interessando pelas brincadeiras infantis. Outro elemento que se pode destacar são as demonstrações de afeto expressas em abraços e o segurar nas mãos.

Entre os meninos, a divisão por faixa etária ocorre de forma semelhante à organização das meninas, ou seja, os meninos de 06 a 12 anos compartilham brincadeiras de pega-pega, dão chutes, simulam lutas, ou simplesmente correm de um lado para o outro desafiando os colegas.

O detalhe que chamou atenção no comportamento desse grupo foi o prazer que demonstraram em retirar os sapatos, pois a maioria deles, antes de iniciarem as brincadeiras, se desfez dos calçados, conforme Figura 23.

**Figura 23:** Alunos escola E/D no horário do recreio



**Fonte:** Adriana Nezeir de Almeida. Duarte, 2013.

Embora as crianças em geral utilizem chinelos e permaneçam calçadas em sala de aula, demonstraram que se sentem mais confortáveis em brincar sem os mesmos; o grupo fotografado, ao término do intervalo, colocou os chinelos nas mãos e só voltou a calçá-los ao entrar em sala.

Os meninos a partir dos 13 anos pouco se envolvem nos folguedos dos menores, preferem caminhar em grupos de três a quatro pessoas, conversando entre si. A divisão do pátio é feita por um bloco de salas de aula, nesse sentido os alunos caminham em círculos, tendo acesso aos dois pátios.

**Figura 24:** Circulação dos alunos durante o recreio da Escola E/D



**Fonte:** Adriana Nezeir de Almeida Duarte, 2013.

O espaço comum disponibilizado aos alunos, conforme Figura 24, embora regulado pelos gestores escolares, adquire uma lógica própria negociada entre eles que, com idades diversas (06 a 15 anos), circulam e constroem relações, formando uma grande teia.

Pode-se observar que a diferença na faixa etária dos alunos não se apresenta como um problema na utilização do espaço comum, pois, como a imagem mostra aparentemente se estabelecia um diálogo entre um aluno mais velho com uma aluna mais jovem, assim a questão de gênero, embora feita na composição de grupos, não é vista como empecilho pelos educandos, ao estabelecerem diálogos.

Outro ponto relevante que a figura sugere é a postura do adulto que, embora esteja junto aos alunos, parece não participar dessa rede de relações, pois, enquanto os educando

interagem entre si, o mesmo se mantém de costas, não tomando parte e nem percebendo a pluralidade que o momento oportuniza.

Nesse formato, o processo de homogeneização instaurado pelo Estado e assumido pela escola, ao considerar todos como “alunos”, se desfaz tornando cada sujeito único e específico que, ao cruzar as fronteiras culturais, recebe e transmite conhecimentos na consolidação de seu papel social.

Quanto à presença dos alunos Chiquitano, observou-se que os mesmos mantêm relações com os demais alunos, não sendo percebida, em momento algum, qualquer diferenciação de tratamento em relação a eles.

O aluno anteriormente citado, C., 11 anos, que nos havia abordado no início da observação, apresenta características Chiquitano, e desponta dentro do grupo como uma liderança, organizando as brincadeiras e recebendo dos companheiros reconhecimento, sendo solicitado constantemente. O aluno em questão é extremamente extrovertido, comunicativo e risonho. Durante o período da observação na instituição, sempre buscava nossa companhia, querendo saber mais sobre o trabalho, reunia os colegas e pedia para que fossem tiradas fotografias.

Durante a investigação, constatou-se a presença da etnia Chiquitano na unidade escolar, mesmo sendo essa presença invisibilizada; as fontes documentais comprovam que essa presença não é fruto da atualidade, que há anos a instituição recebe em seus quadros alunos indígenas, porém ainda se mantém alicerçada nos paradigmas ideológicos da região que negam a indianidade e nacionalidade dos mesmos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar esta escrita e optar, como epígrafe, pela música *Sólo Le Pido a Dios*, pretendia-se mostrar os princípios que orientam a pesquisadora enquanto ser humano e profissional. Envolvida pela música em questão e com a convicção de que é possível contribuir para a transformação das realidades mais adversas em favor de ações que possibilitem a todas as pessoas acesso à igualdade de direitos, consciente, porém, de que toda mudança requer desconstruir velhos paradigmas, o que na prática demanda tempo, paciência, empenho e conhecimento, chegou-se a este texto como síntese de todo processo trilhado nesta pesquisa.

Os questionamentos apresentados durante a tessitura do texto dissertativo tiveram sua origem em 2010, quando houve oportunidade, por meio da Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso, de realizar o acompanhamento do Projeto Sala de Educador das Escolas Indígenas Chiquitano. Desse convívio, laços mais fortes foram se estabelecendo e, com o decorrer do tempo, permitindo maior participação social dentro da comunidade na qual se tomou conhecimento sobre os conflitos envolvendo as comunidades remanescentes de Povo Indígena no Brasil.

Percebeu-se, naquele momento, que as forças contrárias às reivindicações dos Chiquitanos alicerçavam-se sobre um discurso ideológico, preconceituoso, estereotipado e equivocado que reforça os poderes cada vez mais sutis e cruéis do capitalismo atual que se manifesta na manutenção da expropriação histórica do território Chiquitano.

Assim, ao ingressar no Programa de Pós-Graduação em 2012, após os diálogos necessários com a orientação competente da Professora Beleni Saléte Grando e com a parceria constante da professora Adriane Cristine da Silva, pioneira dos estudos Chiquitano no Grupo de Pesquisa Corpo, Educação e Cultura – COEDUC, foi delimitada esta pesquisa e iniciadas as atividades acadêmicas comprometidas com nossas histórias de educadoras que se entrelaçam com o povo nativo da fronteira do Brasil.

Destacando a contribuição dos estudos realizados e do movimento de muitas pessoas que participaram e participam desta luta histórica para o reconhecimento da história e direitos do Chiquitano da fronteira brasileira, esta pesquisa buscou, em diálogo com estes, contribuir especialmente com o reconhecimento dos Chiquitanos que vivem em seus antigos territórios, hoje coabitados por todos nós, cidadãos urbanizados.

Neste diálogo acadêmico, articulado com as pessoas com as quais esta caminhada foi realizada, construíram-se as possibilidades teórico-metodológicas durante toda a pesquisa. Assim, afirma-se que esta produção é o resultado de um esforço coletivo de estudiosos que se dispuseram, cada um a seu modo e a seu tempo, a construir elementos que visibilizam o Povo Chiquitano, sejam históricos, sociais, políticos e culturais do viver interétnico dessa parte do Brasil.

O referencial teórico que compõe o texto se constituiu no esforço de buscar elementos que auxiliassem a preencher as lacunas historicamente produzidas sobre a presença e contribuição dos Chiquitanos na consolidação de Mato Grosso e edificação de Vila Maria do Paraguai, atual cidade de Cáceres. Nesse sentido, os conhecimentos advindos da História, da Educação e da Antropologia foram fundamentais na compreensão do percurso silenciado das reivindicações e protagonismo que envolvem a etnia em questão.

A construção metodológica da pesquisa se fundamenta na historiografia, compreendendo-a como um recorte da história para a compreensão da realidade que está imbricada com a subjetividade da pesquisadora que, como educadora de um tempo e espaço que requer o reconhecimento da diversidade étnica e cultural da população brasileira, busca contribuir com estudos que possam dar visibilidade a um segmento social invisibilizado cotidianamente nas relações sociais comprometidas pelo capitalismo.

Essas relações negam nos processos educativos o reconhecimento e a valorização das identidades de alunos e alunas que acabam sendo marginalizados também na escola. Com este compromisso político e com as contribuições da historiografia, pensou-se em contribuir especialmente com a educação escolar em Cáceres e região, também e especialmente com a Lei 11.645/08 que complementa a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, cujo foco é a obrigatoriedade do ensino da história e cultura dos povos indígenas, e que, sendo o Chiquitano um povo que vive na região, a escola demanda referenciais para implementação dessa lei no currículo atual.

Ao propor uma investigação com essa envergadura, não se tinha claro como seria feita a identificação dos Chiquitanos no contexto urbano de Cáceres sem submetê-los a tal questionamento. A fase exploratória da pesquisa auxiliou muito no sentido de dirimir as dúvidas, pois, durante as visitas de observação e diálogo com gestores de Instituições Públicas no município, percebeu-se a complexidade que permeia a presença do Chiquitano, uma vez que estes são concebidos como estrangeiros, ou seja, como bolivianos. A identificação desta parcela da população urbana é feita pelo fenótipo e pelo sobrenome. Esses dois aspectos, no

entanto, foram sendo evidenciados pela pesquisa como estratégias de invisibilidade étnica e exclusão de direito como cidadão brasileiro.

A partir dessa aproximação com a realidade de Cáceres, a problematização desta levou à possibilidade de identificação nominativa dos educandos, porém, ao assumir os riscos inerentes a esse tipo de investigação, deparou-se com a escassez de produções que tratem das questões nominativas, bem como a falta de regularidade de constituição dos sobrenomes, anteriormente citadas por Bacellar (2006).

Os dados iniciados no contexto escolar se confirmaram no decorrer dos estudos, tendo em vista que, por vezes, recorreu-se aos pais e avós dos sujeitos com descendência Chiquitano para identificá-los. Com isso, a ampliação do universo investigado fez-se necessária e, com ela, a profundidade da compreensão das relações atuais pautadas na historiografia que orientou a pesquisa.

O caminho ficou mais longo e, no caminhar, deparou-se com novas possibilidades para identificar as relações de parentesco com os Chiquitanos e compreendeu-se melhor o processo histórico que levou ao trabalho com a literatura sobre o Chiquitano: a constituição da etnia, o papel das Missões Jesuíticas espanholas a serviço da Coroa Portuguesa. Concluiu-se que, ao reunirem os povos nativos da região que ainda era de direito espanhol, os missionários, ao empreenderem a Missão de Chiquitos, reuniram vários grupos étnicos que, após longo convívio, acabaram por incorporar elementos culturais entre si, consolidaram uma identidade cultural e, atualmente, se reconhecem como o Chiquitano da fronteira.

A pesquisa fez entender que a constituição da etnia Chiquitano passa pela compreensão dos elementos culturais que definem a identidade cultural dos indivíduos sociais marcada pelos processos históricos de relações interétnicas e interculturais. Compreende-se, portanto, que a identidade se constitui na relação que se estabelece com o contexto, num tempo e espaço de relações sociais, de valores, crenças, ambiente e defesa da vida coletiva, donde construí-se as marcas de pertencimento.

Com base em estudiosos do conceito de cultura como elemento flexível, aberto às influências e influenciador, concebem-se os Povos Indígenas não na forma genérica, propagada pela historiografia, mas como pessoas cujas relações e contextos são muito específicos e dinâmicos, vivenciados em redes geracionais e de parentesco muito particulares que influenciam e são influenciadas no tempo e espaço vivido com outros grupos étnicos e culturais, portanto, compreende-se que cada povo indígena brasileiro, assim como cada comunidade indígena, está em constante processo de transformação cultural que se consolida

com as mediações e negociações da vida coletiva. Esse processo é responsável pela manutenção do protagonismo que coletivamente consolida cada identidade indígena em particular.

Reconhece-se a legitimidade dos processos inclusivos de costumes da sociedade envolvente como algo que não leva à descaracterização, mas à continuidade das populações indígenas, pois essas mantêm, no cerne de suas organizações sociais, os alicerces dos saberes que remontam à ancestralidade e que são renovados e ressignificados cotidianamente por cada grupo familiar e comunitário.

Os estudos históricos levaram a observar a dualidade da presença das Missões que, ao mesmo tempo em que se propunha a proteger os indígenas, servia aos interesses de consolidação do Estado, alterando profundamente o modo de ser e de viver dos indígenas da região. Essa presença, como se afirmou em parágrafo anterior, também influenciou e foi influenciada pelas relações com os povos indígenas assim como com o Estado.

Os tratados que conduziram a invenção da fronteira, estabelecendo os limites entre as Coroas, foi uma imposição do Estado sobre os territórios tradicionais. A fronteira foi concebida pelos indígenas mais no plano da abstração do que do real, pois o que se consolidou nas relações cotidianas é a presença da etnia Chiquitano nos dois lados da fronteira, independente do Brasil e Bolívia, termos recentes na história local. Focando nos estudos atuais para compreender o Chiquitano do Brasil, compreendeu-se que o advento da fronteira trouxe a essa etnia problemas concretos que se apresentam ainda na atualidade quando o Estado brasileiro questiona ou nega a essas pessoas a condição de cidadãos indígenas brasileiros com direitos constitucionais garantidos.

A negação da identidade indígena Chiquitano, mais do que manifestações especulativas, se concretiza na prática das relações atuais quando o capital agrário se manifesta na intenção de preservação da ocupação e “posse” de seus territórios tradicionais. A pesquisa revelou que, há mais de dez anos, o reconhecimento do Território Chiquitano, pelos laudos da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), foi feito, mas sua efetivação é marcada pelas relações com o Estado de Mato Grosso, cujos poderes se estabelecem na relação com a defesa do agronegócio que se expande com a chegada de “novos agricultores” (em sua maioria, não mato-grossenses) que avançam permanentemente sobre os territórios tradicionalmente ocupados por populações tradicionais.

Como em outros contextos do cenário nacional, os Chiquitanos, mesmo expropriados de suas terras tradicionais, resistem e permanecem na região de fronteira ocupando

silenciosamente os espaços sociais historicamente negados a eles. Divididos entre os dois países, se configuram como um Povo que, apesar das intempéries do seu entorno, se mantêm, preservando os saberes tradicionais e agregando novos elementos sociais, políticos, econômicos e culturais que garantam a continuidade da vida coletiva e comunitária.

Imersos em um contexto histórico social contrário, para manterem sua identidade cultural, terminam por desenvolver estratégias de sobrevivência, enriquecidas pela cultura dinâmica, como a evidenciada nesta pesquisa, a presença marcante do *curussé*.

Ao mergulhar nas águas profundas do universo Chiquitano, reconhece-se nos mesmos elementos de “pertença” étnica, comuns aos ameríndios, cuja organização atual e estratégia cultural de referência para sua etnicidade corroboram com seu protagonismo e os inserem na luta mais ampla do Movimento Indígena brasileiro. Reconhecendo essa realidade pelos estudos empreendidos na pesquisa, buscou-se identificar e reconhecer esse protagonismo, assim como ocorre em outros locais em todo o país, também no espaço urbano de Cáceres-MT.

Com a pesquisa exploratória a historiografia orientou a evidenciar, nas fontes documentais oficiais de instituições públicas, dados da presença Chiquitano no Município rompendo com o silenciamento da cultura autoritária e preconceituosa que nega sua presença urbana. Os resultados desvelam a realidade rompendo o silêncio produzido pela oralidade, visibilizando a presença indígena na constituição do município, desde a sua origem, mas também na atualidade: a investigação identificou a presença dos Chiquitanos no processo de edificação de Vila Maria do Paraguai, o que possibilitou contrapor o discurso pejorativo, recorrente da região que nega a eles a participação, também a presença de Chiquitanos como propulsores da economia local, inseridos nas fileiras de trabalhadores no campo ou na cidade, desenvolvendo atividades que talvez não tenham prestígio social, mas que se mostram essenciais na composição social e econômica do município.

Portanto, considera-se que preterir a participação desses homens e mulheres é negar as relações interétnicas que se formaram e das quais se constitui a própria identidade na qual o cacerense se reconhece atualmente, pois, no decorrer de séculos de convivência, são essas relações construídas cotidianamente que formaram elementos da cultura local e o próprio fenótipo “bugre” do ser cacerense que nele se reconhece.

Também pela pesquisa, evidenciou-se que o contexto escolar cacerense tem mantido o discurso da invisibilidade ao não reconhecê-los em seu interior, preterindo seu contexto histórico de participação na edificação da cidade e corroborando na manutenção do



estereótipo do preconceito que os marginaliza e os nega como sujeitos históricos. A situação torna-se ainda mais grave quando o projeto educacional das escolas, ao planejar as ações pedagógicas voltadas para as diversidades, permite eleger algumas em detrimento de outras, como se tem percebido em relação às questões indígenas no município, de preferência, buscando o indígena com o qual não se tem contato atual, ou mesmo não há possibilidade de os alunos e alunas se reconhecerem. A negação da história dos educandos na história da vida da cidade e do país reforça a cultura que os marginaliza como pessoas sem direitos, portanto, não os formam para o exercício da cidadania, opondo-se assim ao papel social da escola na atualidade brasileira.

O reconhecimento crítico dos projetos pedagógicos das escolas, no entanto, tem levado educadores que buscam, mesmo com os entraves burocráticos que permeiam as relações de poder e sutilezas do Estado constituído, construir práticas pedagógicas que contemplam o reconhecimento positivo das identidades culturais dos sujeitos oriundos dos grupos historicamente marginalizados, e, especialmente, atender as prerrogativas da Lei 11.645/08, que inclui a obrigatoriedade tanto das culturas e histórias dos povos indígenas quanto dos afro-brasileiros.

Assim, o contexto escolar na cidade de Cáceres, a exemplo de outras cidades nas mesmas condições, torna-se um espaço relevante no planejamento de ações afirmativas quanto às etnias da região, mesmo que isso implique em a escola tratar no seu interior de temas conflituosos da sociedade marcada por relações capitalistas arbitrárias na história dos grupos sociais consolidados nos territórios, sejam eles do campo ou da cidade.

Por se tratar de uma cidade fronteira, em Cáceres, as unidades escolares precisam repensar as especificidades culturais locais, evidenciando a diversidade étnica e cultural no planejamento pedagógico, pois atendem sujeitos oriundos de comunidades quilombolas, ribeirinhas, do campo ou do pantanal, estrangeiros e indígenas.

Embora se tenha identificado um cenário tão adverso para o reconhecimento positivo de culturas diferentes, entende-se que o ponto de convergência na afirmação das identidades perpassa pela interculturalidade, concebida como o espaço de encontros e intercâmbio de diferentes formas de pensar, de falar, de sentir, de ver ou compreender a realidade, pois com essa perspectiva intercultural propõe-se um espaço educativo no qual o aprendizado é recíproco, pois todos podem aprender, rompendo os pré-conceitos construídos historicamente e as limitações iniciais de aprender com o outro.

Porém, ressalta-se o fato de que, para que isso se efetive na prática pedagógica, é necessário desconstruir velhos conceitos que podem manter educandos e educadores presos a uma construção social que desprestigia as diferenças culturais, ao tomar algumas como superiores, no caso das referências culturais eurocêntricas, transformando as especificidades ameríndias ou mesmo afros em exóticas, ou seja, sem seus referenciais históricos e culturais marcados pelas relações sociais contraditórias e conflitivas, em mero folclore que a escola reproduz.

Os levantamentos nominativos realizados nesta pesquisa evidenciaram qualitativamente a presença e a riqueza de possibilidades que historicamente os Chiquitanos trazem para a compreensão da realidade local, da história e cultura da região e de Cáceres.

Com isso, pode-se concluir que os dados aqui apresentados são apenas fragmentos de um universo muito maior e mais rico em informações que se pode ainda trazer à visibilidade quando se investir mais na historiografia das pessoas que produzem a vida da cidade, uma cidade que é a metrópole da região: a Princesinha do Paraguai, desde o tempo da colonização portuguesa, um local que alimenta e é alimentado pela cultura da região de fronteira.

O propósito foi atingido com a pesquisa, pois, no processo e no trabalho aqui apresentado, pode-se reconhecer a relevância da etnia Chiquitano para a história da região, ao mesmo tempo em que surgiram novos dados para dar visibilidade a sua presença na cidade. Com isso, espera-se contribuir para superação do estereótipo recorrente na região de Cáceres, de que o Chiquitano é estrangeiro, ou boliviano, uma vez que a sua identidade indígena é negada para que pessoas que não são do local possam usurpar sua “terra” e desapropriar a própria cidade e região de sua história e sua cultura. A negação desses dois elementos não atinge somente um grupo, mas toda a população, pois a monocultura ou a massificação de uma proposta alienante do capitalismo só atende aos interesses dos que exploram a vida coletiva para benefício de poucos.

O discurso da negação da identidade dos Chiquitanos urbanos é propagado pelas forças capitalistas que movem o Estado, organizadas em defesa dos interesses do agronegócio, que vê na “terra” a possibilidade de lucro e, para tal, em preterindo as comunidades tradicionais desqualificam a cultura local que tem na “terra” a vida, a continuidade do viver coletivo conforme os valores de sua ancestralidade.

Em momentos de grande instabilidade para as populações indígenas brasileiras, em que as forças parlamentares na esfera nacional se articulam no intuito de retirar direitos adquiridos constitucionalmente pelas populações tradicionais, pensa-se ser pertinente

identificar o contexto histórico da presença dos Chiquitanos em território brasileiro, contribuindo para o movimento social histórico em defesa dos direitos de comunidades tradicionais, especialmente as indígenas em situações de conflitos em seus territórios, pois as que ainda não estão com o movimento político atual estarão futuramente.

Os Chiquitanos, um dos mais de 240 grupos étnicos brasileiros, são um povo indígena mato-grossense que vive e viverá em território brasileiro localizado na fronteira, donde reivindicam seus direitos garantidos constitucionalmente, aliando a esperança de sua religiosidade cristianizada à luta pela cidadania e protagonismo, que extrapola seus limites territoriais para, inclusive, ocupar o território da escola urbana, que ainda não se reconhece a história do lugar onde se constitui Estado.

Por fim, com esta pesquisa, evidencia-se a carência de uma autocrítica da escola e de todas nós educadoras e educadores que, juntos, temos que avançar tanto na produção de conhecimento sobre a história e a cultura local para atender e entender melhor a realidade de nossos alunos e alunas, quanto para produzir novas práticas educativas que visem à formação inicial e continuada comprometida com a superação das inúmeras contradições do Estado, aqui apontadas, a fim de implementar a Lei 11.645/08 que, mesmo após quase seis anos, ainda não se efetivou na Educação Básica e tão pouco na Educação Superior, que ainda se limita aos estudos iniciais da cultura e história afro-brasileira.

## REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazom Afonso de. **Etnografia da Prática Escolar**. Campinas, SP: Papyrus, 1995.
- ARAÚJO, Olga Maria C. Mendes. O discurso de Constituição da Fronteira de Mato Grosso. **Fronteira: Memória e Linguagem**. Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Editora Unemat, 2001.
- ARRUDA, Adson. **Imprensa, Vida Urbana e Fronteira: A Cidade de Cáceres nas Primeiras Décadas do Século XX (1900 – 1930)**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2002.
- BACELLAR, Carlos. Fontes Documentais Uso e Mau Uso dos Arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo, 2006.
- BERGAMASCHI, Maria Aparecida. **Povos Indígenas & Educação** / (org) Maria Aparecida Bergamaschi. Porto Alegre: Mediação, 2008.
- BERNARDI, Jorge Luiz. **Funções sociais da cidade: conceitos e instrumentos**. Dissertação (Mestrado Gestão Urbana). Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2006.
- BHABHA, Komi K. **O Local da Cultura**. Tradução: Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis & Glaucia Renata Gonçalves. Belo Horizonte: Ed: UFMG, 1998.
- BRASIL. **Evolução e perspectivas da mortalidade infantil no Brasil** / IBGE, Departamento da População e Indicadores Sociais, - Rio de Janeiro : IBGE, 1999. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/evolucao\\_perspectivas\\_mortalidade/evolucao\\_mortalidade.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/evolucao_perspectivas_mortalidade/evolucao_mortalidade.pdf). Acessado: 11/09/2013.
- BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília-DF: SECAD, 2010.
- CASTRILLON-MENDES, Olga Maria. **Nas raias de Mato Grosso: o discurso de constituição da fronteira**. Dissertação. Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP: [s.n.], 2000.
- CHAVES, Otávio Ribeiro. ARRUDA, Elmar Figueredo de. **História e Memória de Cáceres**. Cáceres: Editora Unemat, 2011.
- CINTRA, Ema Marta Dunck. **Vozes Silenciadas: um estudo sócio linguístico dos chiquitano do Brasil**. SIGNÓTICA, v. 18, n. 2, p. 269-282, jul./dez. 2006.
- COSTA, Celio Juvenal. Fonte Jesuítica e a Educação Brasileira. In: **Fontes e métodos em história da educação**. Organizadores: Célio Juvenal Costa, Joaquim José Pereira Melo & Luiz Hermenegildo Fabiano. Dourados - MS: Ed. UFGD, 2010.

FLEURI, R. M. **Educação Intercultural: Mediações Necessárias**/Reinaldo Matias Fleuri (org). Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

GARCIA, Tiago Almeida. **No Chão da Escola é Diferente?** A Educação Escolar Indígena de Duas Comunidades Chiquitano na Fronteira Brasil/Bolívia. Dissertação (Programa de Pós-Graduação Sobre as Américas). Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

GRANDO, Beleni Salete. **“Corpo e Educação: As Relações Interculturais nas Práticas Corporais Bororo em Meruri-MT”**. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

GRANDO, Beleni Salete. O Curussé: a religiosidade do carnavalito chiquitano em Mato Grosso. In: GRANDO, B.; SILVA, A. C. **Corpo, Educação e Cultura: tradições e saberes da cultura mato-grossense**. Cáceres: Ed. Unemat, 2007.

GRANDO, Beleni Salete. Informação oral obtida em sessão de orientação desta dissertação em 12/01/2014. Cáceres: UNEMAT, 2014.

GOMES, Nilma Lino. Educação e Relações Raciais: Refletindo Sobre Algumas Estratégias de Atuação. In: MUNANGA (org). **Superando o Racismo na Escola**. 2ª edição. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

JANOTTI, Maria de Lourde. O Livro Fontes Históricas como Fonte. **Fontes Históricas**. Organizadora: Carla Bassanezi Pinsky. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

JANUÁRIO, Elias Renato da Silva. **Caminhos da Fronteira: educação e diversidade em escolas da fronteira Brasil-Bolívia**. Cáceres: Editora Unemat, 2004.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flavia Galli. Documento e História. **O Historiador e Suas Fontes**. Organizadores: Carla Bassanezi Pinsky & Tania Regina de Luca. São Paulo. Ed: Contexto. 2009.

KREUTZ, Lucio. Identidade Étnica e Processo Escolar. **Caderno de Pesquisa**, nº 107. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n107/n107a03.pdf>. Acessado em: 22/07/2013.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

LEONTIEV, Alexis. **O Desenvolvimento do Psiquismo**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2004.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagem qualitativa**. São Paulo: Ed. E. P.U; 1986.

MELIÀ, Bartolomeu. **Educação Indígena e Alfabetização**. São Paulo: Edições Loyola, 1979.

MELO, José Joaquim Pereira. Fontes e Métodos: sua Importância na Descoberta das Heranças Educacionais. In **Fontes e métodos em história da educação**. Organizadores: Célio Juvenal Costa, Joaquim José Pereira Melo & Luiz Hermenegildo Fabiano. Dourados-MS: Ed. UFGD, 2010.

MEIRELES, Denise Maldi. **Guardiães da Fronteira Rio Guaporé, Século XVIII**. Petrópolis: RJ, Vozes, 1989.

MORÃES, Maria de Fátima Mendes Lima de. **Vila Maria do Paraguai: um espaço planejado na fronteira 1778-1801**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação/Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2003.

MOREIRA DA COSTA, José Eduardo Fernandes. **A coroa do mundo: religião, território e territorialidade Chiquitano**. Cuiabá: EdUFMT, 2006.

MOREIRA DA COSTA, José Eduardo Fernandes. **O Manto do Encoberto Territorialização e Identidade dos Chiquitano**. Monografia, Departamento de Antropologia, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2000.

MOURA, Glória. O Direito à Diferença. In: MUNANGA (org). **Superando o Racismo na Escola**. 2ª edição. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MUNANGA, Kabengele (Org). **Superando o Racismo na Escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Muita terra para pouco índio? Uma introdução (crítica) ao indigenismo e à atualização do preconceito. **A temática indígena na escola: Novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Org. Aracy Lopes da Silva e Luis D. B. Grupioni. Brasília, MEC/MARI/UNESCO, 1995.

OLIVEIRA, Maria Izete de. **Guia Prático: Projetos de Pesquisa e Trabalho Monográfico**. Cáceres: Ed. Unemat, 2011.

OLIVEIRA, Maria Izete. **O intercâmbio universidade e escola pública: reflexões a partir do depoimento de profissionais de uma delegacia de ensino sobre as produções da pós-graduação**. Dissertação apresentada ao Programa de psicologia da educação. São Paulo: PUC/SP, 1998.

PACINI, Aloir. **As identidades na fronteira: o caso de Manoel Chiquitano**. Fragmentos do texto apresentado na Jornada de Antropología, Historia y Arqueología - Tierras Bajas, no Grupo de Trabalho Fronteira Bolivia-Brasil, realizado no Museo de Historia de la Universidad Autónoma Gabriel René Moreno, em Santa Cruz de la Sierra, Bolivia, de 16 a 18 de outubro de 2013.

PACINI, Aloir. **Identidade étnica e território chiquitano na fronteira (Brasil-Bolívia)**. Tese. Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

PASSOS, Luis Augusto. Cultura: Flecha Humana e Cósmica que Aponta o Caminho para os Sentidos. In: GRANDO, B. S. PASSOS, L. A (orgs.), ALMEIDA, A. J. M. **O Eu e O Outro Na Escola: Contribuições para incluir a história e a cultura dos povos indígenas na escola**. Cuiabá: EdUFMT. 2010.

PAULA, Hébia Tiago de. **Aspectos Culturais e Educação Ambiental: A vida Cotidiana do Povo Indígena Chiquitano**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais), Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2010.

PESSOA, Jáder Lúcio de Lima. **Registro Civil de Nascimento: direito fundamental e pressuposto para o exercício da cidadania. Brasil 1988 a 2006**. Dissertação (Mestrado em Direito), Faculdade de Direito de Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2006.

PUHL, João Ivo. **Territorialidades chiquitanas em comunidades rurais da Província de Velasco – Bolívia - 1953-2006**. Tese (Programa de Pós-Graduação Doutorado em História), Faculdade de História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

QUEIROZ, Letícia Antonia de. **Educação da Criança Chiquitano: o curussé como expressão das práticas corporais sociais educativas**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação), Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2013.

RODRIGUEZ, Margarita Victoria. Pesquisa Histórica: O Trabalho com Fontes Documentais. In **Fontes e métodos em história da educação**. Organizadores: Célio Juvenal Costa, Joaquim José Pereira Melo & Luiz Hermenegildo Fabiano. Dourados-MS: Ed. UFGD, 2010.

ROSARIO, Maria J. A.do; SILVA, José Carlos. **A Educação Jesuítica no Brasil Colônia**. Disponível em:  
<http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/evento2004/GT.11/GT3.PDF>. Acesso: 13/07/2012. ARTIGO.

SANTANA, Áurea Cavalcante. **Línguas Cruzadas, Histórias que se Mesclam: Ações de Documentação, Valorização e Fortalecimento da Língua Chiquitano no Brasil**. Tese (Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística), Faculdade de Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

SANTANA, Áurea Cavalcante. **Pesquisa em Língua Indígena: uma experiência com os chiquitano do Brasil**. Áurea Cavalcante Santana; Ema Marta Duck-Cintra. Cuiabá (MT) Edufmt, 2009.

SANT'ANA, Antônio Olímpio de. História e Conceitos Básicos sobre o Racismo e seus Derivados. In: MUNANGA (org). **Superando o Racismo na Escola**. 2ª edição. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SANTOS, Ângela Maria dos. **Vozes e Silêncio do Cotidiano Escolar: análise das relações raciais entre alunos negros e não negros em duas escolas públicas do município de Cáceres-MT**. Dissertação de Mestrado. Cuiabá: UFMT/IE, 2006.

SANTOS, Antônio Raimundo dos. **Metodologia Científica: a construção do conhecimento**. 6.ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2004.

SARAT, Magda; SANTOS, Reinaldo dos. História Oral como Fonte: Apontamentos Metodológicos e Técnicos da Pesquisa. In **Fontes e métodos em história da educação**. Organizadores: Célio Juvenal Costa, Joaquim José Pereira Melo & Luiz Hermenegildo Fabiano. Dourados-MS: Ed. UFGD, 2010.

SAVIANI, Demerval. O Legado Educacional do Regime Militar. **Caderno Cedes**, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 20 de Fev de 2013.

SILVA, Ana Célia. A Desconstrução da Discriminação no Livro Didático. In: MUNANGA (org). **Superando o Racismo na Escola**. 2ª edição. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SILVA, Aracy Lopes; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Org.). **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995. Cap. 09, p. 221- 236.

SILVA, Joana Aparecida Fernandes. **Chiquitanos no Brasil: Herança Jesuítica em um Vasto Território**. Disponível em: [http://www.utpl.edu.ec/portalchiquitano/images/stories/bibliotecas/archivo\\_interno/mision\\_chiquitos/lamisionenamERICA\\_joana\\_aparecida\\_herencia\\_jesuista\\_identidad\\_chiquitanos.pdf](http://www.utpl.edu.ec/portalchiquitano/images/stories/bibliotecas/archivo_interno/mision_chiquitos/lamisionenamERICA_joana_aparecida_herencia_jesuista_identidad_chiquitanos.pdf). 2009. Acessado em 14/01/2013. ARTIGO.

SILVA, Joana Aparecida Fernandes. **Identidades e Conflitos na Fronteira: poderes locais e os chiquitanos**. Memória Americana 16 (2) - Año 2008: 119-148. ARTIGO.

SILVA, Reinaldo Norberto da. Luz Sobre os Mortos: Prática dos Homens Infames na Fronteira. In: CHAVES, Otavio; ARRUDA, Elmar Figueiredo. (org) **História e Memória de Cáceres**. Cáceres: Editora Unemat, 2011.

SILVA, Renata Bortoleto. **Os Chiquitanos de Mato Grosso: estudo das classificações sociais em um grupo indígena na fronteira Brasil-Bolívia**. Tese (Programa de Doutorado em Antropologia Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SILVA, Sérgio L. P. **Identidade e Complexidade: uma sociologia para os elementos emergentes da sociedade**. V. 1, Nº 9 (2000). Disponível: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/viewFile/2192/4390>. Acessado em: 06/01/2014.

TOMICHA, Roberto Charupa. **La Primera Evangelización en Las Reducciones de Chiquitos, Bolívia (1691-1767)**. Cochabamba, Bolívia: Verbo Divino, 2002.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2006.